

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

LOUISE HERMANIA DE OLIVEIRA MARQUES

MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade

Linha de Pesquisa III - Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais

Orientadora: Prof^a. Dra. Gloria Rabay

Coorientadora: Prof^a. Dra. Marlene Helena de Oliveira França

João Pessoa-PB

Outubro/2021

MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade

LOUISE HERMANIA DE OLIVEIRA MARQUES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Área de concentração em Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Linha de Pesquisa III: Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais

Orientadora: Prof^a. Dra. Glória Rabay

Coorientadora: Prof^a. Dra. Marlene Helena de Oliveira França

João Pessoa-PB

Outubro/2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M357m Marques, Louise Hermania de Oliveira.

Mulheres que amam mulheres: direitos humanos,
territórios e visibilidade / Louise Hermania de
Oliveira Marques. - João Pessoa, 2021.
151 f.

Orientação: Glória de Lourdes Freire Rabay.

Coorientação: Marlene Helena de Oliveira França.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Lésbicas. 2. Gênero. 3. Identidade Sexual. 4.
Territórios. 5. Visibilidade. 6. Espaços
Institucionais. I. Rabay, Glória de Lourdes Freire. II.
França, Marlene Helena de Oliveira. III. Título.

UFPB/CCJ

CDU 34

MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade

LOUISE HERMANIA DE OLIVEIRA MARQUES

Trabalho aprovado em: 25 / 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Glória de Lourdes Freire Rabay (Orientadora PPGDH/UFPB)



Prof^a. Dr^a. Marlene Helena de Oliveira França (Coorientadora PPGDH/UFPB)



Prof^a. Dr^a. Amanda Christinne Nascimento Marques (Examinadora Interna UFPB)



Prof^a. Dr^a. Gilberta Santos Soares (Examinadora Externa)

João Pessoa – PB
Outubro – 2021

*À memória do meu pai Luiz Hermano Marques
Rocha, com todo meu amor.*

AGRADECIMENTOS

No Brasil, vivemos atualmente tempos nebulosos, diante do crescente conservadorismo de nossa sociedade, em uma conjuntura que ataca drasticamente os Direitos Humanos, a produção de conhecimento e desvaloriza da pesquisa científica. Somos desestimulados por todos os lados, por eles, e, às vezes, até pelos nossos. Então agradeço aos companheiros e companheiras pesquisadores(as), que enfrentam infinitas dificuldades e que produzem ciência no Brasil como forma de resistência, por acreditarem na importância de persistir, na luta pela defesa da educação e das Universidades Federais.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba, a todos os profissionais que dele fazem parte, por lutarem mediante dificuldades, na defesa dos Direitos Humanos na esfera acadêmica, e por me ensinarem, antes de tudo enquanto indivíduo, a compreender mundos aléns dos quais cresci, expandindo minha percepção, enriquecendo-me cientificamente, e embasando-me na luta pelos grupos socialmente vulneráveis.

À minha família, minha mãe, Jacqueline Leite, que me ensinou a ler e escrever, que sempre dedicou-se a me oferecer a melhor educação possível, modificando seus objetivos profissionais para que eu pudesse ter acesso as bolsas de estudos ofertadas aos filhos de professores(as), por todas às noites que, ainda criança, você precisou me levar para assistir às aulas na sua graduação em pedagogia, por todo o suporte que me deu ao longo da minha jornada educacional, e seu empenho em ser a melhor mulher, mãe, profissional, e amiga possível.

À meu pai Hermano Rocha (*in memoriam*), que nunca me privou ou limitou por ser mulher, que mesmo crescendo em uma sociedade machista e misógina, sempre buscou ser um exemplo de homem, amigo e companheiro, cuidando de nós, com toda a fé e credibilidade que tinha sobre meus feitos, sobre meu futuro, por nunca me sujeitar e excluir de seu universo, me ensinando tudo sobre carros, motocicletas, animais, músicas, negócios, e a esperteza de como lidar com o mundo, me estimulando sempre a conhece-lo e ocupar os espaços.

À todas as mulheres da minha família, que sempre foram um modelo de luta, perseverança, resistência, diante dos entraves cotidianos gerados por uma estrutura social que tentou subalternizá-las, unicamente em razão de ser mulher, por todo amor, força e acolhimento que sempre me transmitiram.

Aos amigos(as), que me acolheram nos momentos de medo e incerteza, em especial à Gustavo Gualberto, Isaura Nunes, Vinicius Abreu, Rafael Cartaxo, e Ingra Menezes. E aqueles que ganhei durante o mestrado e que carregarei para toda a vida, Segislane Moésia, Daniela Lustosa, e Matheus Rodrigues.

À Marlene França, que além de excelente professora no mestrado, como minha coorientadora e incentivadora na produção acadêmica, sempre foi um exemplo de profissional no trato dos alunos, bem como as questões relativas ao programa. Marlene, você foi fundamental para a realização do nosso trabalho, agradeço infinitamente por todos os ensinamentos e acolhimento.

À minha orientadora Glória Rabay, que sempre admirei enquanto feminista e acadêmica, lembro-me do dia que a conheci ainda na seleção, e como estremeci por poder interagir com um nome que me foi tão caro nesse processo de autoencontro como mulher, por toda sua paciência, carinho e humildade em transmitir seus conhecimentos. Glória, você é um exemplo de conduta, agradeço por toda sua produção nas questões de gênero, e sua presença forte na luta, me sinto extremamente orgulhosa por ter as contribuições de uma lenda que foi essencial ao nosso estudo.

Às integrantes da banca, professora Amanda Christine Marques, e doutora Gilberta Soares, que me acompanharam e direcionaram desde o momento da qualificação, para que nosso trabalho pudesse ter o maior potencial possível.

Ao Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, por todo o trabalho que desenvolve, e por terem sido extremamente solícitas e sensíveis, ao me direcionaram às mulheres lésbicas sem as quais esse trabalho não existiria, agradeço por abrirem-se e revelarem as mais diversas experiências, e por acreditarem que nosso trabalho pode de fato efetivar mudanças positivas em suas vidas.

À todas as mulheres, em especial aquelas que perderam suas vidas, que lutam e lutaram pela mudança de uma ordem social tramada as suas opressões, em especial às mulheres lésbicas, que vivenciam um mundo completamente hostil as suas existências, por toda a resistência e luta na efetivação de transformações, na busca do estabelecimento de uma cidadania e dignidade plenas.

Por fim, agradeço ao meu eu, por ter persistido e superado mesmo mediante todas as dificuldades e desestímulos nessa caminhada, esse é um momento de realização plena, de um sonho traçado ainda na graduação em Direito, que tornará possível continuar minha jornada acadêmica.

RESUMO

As redes de poder e dominação patriarcal desprezam as sexualidades não heteronormativas, ditam o jogo social e enquadram as mulheres lésbicas em espaços de exclusão, potencializados quando interseccionalizados com categorias como raça e classe. Este estudo indagou como a invisibilidade lésbica nos espaços públicos repercute na garantia dos Direitos Humanos deste segmento no Brasil. O objetivo geral foi analisar o construto da invisibilidade lésbica a partir da articulação com as categorias de cultura e território, buscando compreender as injunções entre essas e as violações de Direitos Humanos. Buscou-se também compreender os meandros das assimetrias de gênero na produção sistemática do poder e sua relação com a constituição dos espaços, registrando algumas ações dessas mulheres para romper com o ciclo de invisibilidade social que as rodeiam. Para tanto, foram entrevistadas mulheres ativistas do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, de João Pessoa-PB, e a partir dos relatos observou-se como elas percebem a constituição da invisibilidade lésbica e quais os reflexos disso no acesso às políticas públicas e garantias de Direitos Humanos desse grupo. A metodologia se caracterizou pela interdisciplinaridade, utilizou o método dedutivo na apresentação de explicações baseadas nas teorias do direito, da geografia, antropologia, sociologia, ciência política, da cultura, do gênero e sexualidade, na crítica ao binarismo heteronormativo para compreender a vivência das mulheres lésbicas. Ao apresentar as “vozes” diretamente afetadas pela política misógina brasileira o estudo traz visibilidade ao segmento, dando espaço, autoridade e liberdade para que suas histórias, com os mais variados contextos e subjetividades, sejam ouvidas e positivadas academicamente. O estudo pode afirmar que as mulheres lésbicas ocupam o espaço da não existência, um território não demarcado pela dominação masculina, e, quando elas se reconhecerem entre si, se declaram social e politicamente, passam a marcar o seu território: o território da resistência.

Palavras-chave: Lésbicas. Gênero. Identidade Sexual. Territórios. Visibilidade. Espaços Institucionais.

ABSTRACT

The networks of power and patriarchal domination despise non-heteronormative sexualities, dictate the social game and place lesbian women in spaces of exclusion, heightened when intersectionalized with categories such as race and class. This study asked how lesbian invisibility in public spaces affects the guarantee of Human Rights in this segment in Brazil. The general objective was to analyze the construct of lesbian invisibility from the articulation with the categories of culture and territory, seeking to understand the injunctions between these and human rights violations. We also sought to understand the intricacies of gender asymmetries in the systematic production of power and its relationship with the constitution of spaces, recording some actions of these women to break the cycle of social invisibility that surrounds them. Therefore, women activists from the Maria Quitéria Group of Lesbian and Bisexual Women, from João Pessoa-PB, were interviewed, and from the reports it was observed how they perceive the constitution of lesbian invisibility and what are the consequences of this in the access to public and human rights guarantees of this group. The methodology was characterized by interdisciplinarity, used the deductive method in the presentation of explanations based on theories of law, geography, anthropology, sociology, political science, culture, gender and sexuality, in the critique of heteronormative binarism to understand the experience of women lesbians. By presenting the “voices” directly affected by the Brazilian misogynist politics, the study brings visibility to the segment, giving space, authority and freedom so that their stories, with the most varied contexts and subjectivities, are heard and academically positive. The study can state that lesbian women occupy the space of non-existence, a territory not demarcated by male domination, and when they recognize each other, they declare themselves socially and politically, they begin to mark their territory: the territory of resistance.

Key-words: Lesbians. Genre. Sexual Identity. Territories. Visibility. Institutional Spaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS.....	9
1.1 Jardim Cercado: Conhecendo as Interlocutoras	9
1.2 Cultura e Território: Uma Relação Imbricada.....	13
1.3 Supremacia Cultural do Macho: Um Passado Presente.....	22
1.3.1 O Contexto Latino-Americano: As Mulheres Não Brancas.....	33
2. “LÉSBICA É A PALAVRA MAIS BONITA QUE EXISTE”: MULHERES QUE AMAM MULHERES.....	45
2.1 As Mulheres Lésbicas.....	45
2.2 Memória Coletiva e Visibilidade: Os Ataques a Questão Identitária.....	68
3. “NÃO TER O DIREITO DE DIZER O QUE É, O DIREITO DE EXISTIR”: DIFICULDADES E DESAFIOS	82
3.1 Mulheres Lésbicas e os Espaços Públicos Institucionais	82
3.2 Lésbicas na Paraíba: Direitos Humanos e Políticas Públicas	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES	133
ANEXOS.....	141

INTRODUÇÃO

As questões relativas às mulheres, e seus universos, nem sempre foram objetos de preocupação ou reflexão social e científica. Essa herança de invisibilidade sobre o feminino decorre diretamente de uma estrutura marcada pela dominação masculina e pela divisão social do trabalho que resultou em distintas esferas de existência humana.

A supremacia cultural masculina, autoridade legitimada socialmente ao macho, se constitui enquanto poder patriarcal, que é também heteronormativo, desprezando sexualidades ditas desviantes. As redes de poder e dominação, incorporadas por múltiplas instâncias sociais, ditam o campo das relações estabelecidas entre os indivíduos, e as enquadram como personagens enclausuradas num espaço de exclusão social e cultural, fatores que podem ser potencializados quando analisados em diálogo com as categorias de raça e classe. Num recorte de aproximação desses temas, o estudo *Mulheres que amam mulheres: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade*, se pretende como uma reflexão sobre o amor entre mulheres e sua visibilidade nos espaços públicos institucionais.

A reflexão propositiva sobre a visibilidade lésbica nos apresenta como necessária e vital às soluções dos nossos conflitos de ordem sexual, acirrados pela propagação, em nossa contemporaneidade, das ideias pré-concebidas e discriminatórias, que vitimam, física e psicologicamente, as mulheres que amam mulheres, apontando assim a relevância social do estudo, cuja problemática constitui-se como um dos principais fatores à exacerbação da aversão à lesbianidade.

A dominação cultural masculina¹ é um dos principais mecanismos causadores do afastamento das mulheres em diversos campos sociais, além da aversão às mulheres lésbicas que, dentro da divisão territorial demarcada neste modelo, ficaram relegadas ao espaço da não existência o que implica na negação da sua existência. Partindo disso, temos que a relevância da temática se justifica no fato de que, vivemos em um espaço público não inclusivo para às mulheres lésbicas, baseado em uma cultura que despreza a figura feminina, bem como as diversas expressões da sexualidade, o que irá implicar na constante ameaça à cidadania dessas. A pesquisa de campo buscou contribuir efetivamente com a visibilidade deste

¹ Para Pierre Bourdieu (2020, p.61), a dominação masculina é a primazia universalmente concedida aos homens que se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere a figura do homem a melhor e maior parte.

segmento, configurando-se cientificamente de modo enriquecedor em uma perspectiva acadêmica e institucional, haja vista que ouvir e expor academicamente os relatos vivenciados por mulheres lésbicas inseridas nos mais variados contextos, nos dará a dimensão da real situação de vulnerabilidade social que as aflige.

A historicidade de opressão à figura feminina, seu aprisionamento no espaço privado doméstico, a imposição da heterossexualidade compulsória, e a desvalorização do amor entre iguais, trouxeram implicações significativas na cidadania das mulheres lésbicas. Nessa visão, indagamos como a invisibilidade lésbica nos espaços públicos institucionais repercute na garantia dos Direitos Humanos deste segmento social no Brasil?

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar o construto da invisibilidade lésbica a partir da articulação com as categorias de cultura e território, buscando compreender as injunções entre essas e as violações de Direitos Humanos sofridas por esse segmento social. Advindo desse objetivo geral, temos como específicos: compreender os meandros das assimetrias de gênero, na produção sistemática de poder e sua relação com a constituição dos espaços; analisar as vivências relatadas na pesquisa de campo, por meio da entrevista com mulheres lésbicas paraibanas, e a partir dessas experiências observar de que maneiras vem se constituindo a invisibilidade e a visibilidade lésbica e seus reflexos no acesso às políticas públicas e garantias de Direitos Humanos desse segmento social na Paraíba; por fim, registrar o que essas mulheres têm feito para romper com o ciclo de invisibilidade que as rodeiam, na produção de visibilidade social.

A presente pesquisa seguiu à investigação na obtenção de conhecimentos específicos e estruturados sobre as diretrizes que norteiam o tema, com a forma de abordagem qualitativa. Para analisar o construto da visibilidade das mulheres lésbicas nos espaços públicos institucionais, proporcionando maior familiaridade com o problema pesquisado, a pesquisa é de caráter exploratório, envolvendo entrevistas com pessoas que vivenciam a lesbianidade. Na identificação dos fatores que determinam a visibilidade lésbica, a pesquisa é explicativa, no aprofundamento da realidade factual de acordo com as vivências deste grupo socialmente vulnerabilizado.

O arcabouço teórico foi desenvolvido com base principalmente em livros, teses e dissertações para constituir a pesquisa de modo bibliográfico, dando destaque às abordagens de autores/as como: Gayle Rubin (2012), Joan Scott (1995), Pierre Bourdieu (2020), Judith Butler (2003), Guacira Lopes Louro (2004), Joël Bonnemaïson (2002), Joseli Silva (2009),

Kimberlé Crenshaw (2002), Audre Lorde (2020), Stuart Hall (2016), entre outros(as), que apresentam discussões teóricas pertinentes e enriquecedoras à presente pesquisa.

Na busca por compreender as injunções entre os territórios, a cultura, a produção sistemática de poder, e a visibilidade das mulheres lésbicas, utilizamos o método dedutivo na apresentação de explicações baseadas nas teorias do direito, da geografia, antropologia, sociologia, ciência política, da cultura, do gênero e sexualidade, na crítica ao binarismo heteronormativo, partindo assim do geral para o particular, na compreensão da realidade factual da vivência das mulheres lésbicas na Paraíba. Nesse sentido, nossa metodologia se caracteriza pela interdisciplinaridade, na tentativa de compreender o texto e o contexto nos quais se alocam a opressão à figura feminina, e o afastamento das mulheres lésbicas dos espaços públicos institucionais.

Intentando perceber a areia movediça da qual emerge essas implicações, nossa crítica procurará, coerentemente, compreender os sentidos e as origens, construídas pelos tons da supremacia cultural masculina. Quanto à pesquisa científica, foi dividida em teórica e empírica: a primeira mostrou-se necessária para compreender os meandros das assimetrias de gênero, na produção sistemática de poder e sua relação com a constituição dos espaços. A segunda, empírica, dedicada a relatar a face mensurável da realidade social com os relatos colhidos na pesquisa de campo, trazendo as vivências e subjetividades do grupo, observando, a partir dessas experiências, de que maneiras, modos e intencionalidades vêm se constituindo a visibilidade lésbica, por fim analisando como uma sociedade marcada pela dominação masculina heteronormativa, reflete nas políticas públicas de inclusão social e garantias de Direitos Humanos desse segmento social.

Realizamos a pesquisa de campo, com enfoque local na Paraíba, constituindo-se como um estudo de caso, utilizando a entrevista como instrumento para aprofundar os dados. Foi necessária a aplicação do estudo de caso visto sua adequação à exploração das situações da vida real das mulheres lésbicas, invisibilizadas em espaços públicos institucionais, isto é, capaz de descrever os cenários de acordo com o complexo contexto em que se aloca a problemática, explicando as variáveis causais da referida questão. A pesquisa de campo foi dividida em duas fases: A primeira fase por meio do contato com a coordenação do grupo, a fim de adquirir informações preliminares sobre o funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos. A segunda fase da pesquisa de campo foi a realização de entrevista semiestruturada, envolvendo as mulheres lésbicas que participam do “Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria”.

Com o intuito de viabilizar a realização da pesquisa, contemplando abordagens e olhares a respeito da problemática, escolhemos o “Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria” que atua como uma associação de mulheres, que funciona de forma totalmente voluntária sem fins lucrativos e econômicos, livre de vínculos com partidos políticos e sem subordinação à grupos religiosos, voltadas para o trabalho de equidade de gênero e cidadania das mulheres, com foco nas mulheres lésbicas e bissexuais. Ao entrar em contato com as organizadoras fui recebida em reunião de forma muito solícita, o grupo mostrou-se receptivo e disposto a participar da presente pesquisa científica, onde pedi para ser apresentada às sujeitas que estariam dispostas a se tornarem nossas interlocutoras.

Como critério de seleção entrevistamos apenas mulheres, ativistas, que vivem a lesbianidade em suas relações, maiores e capazes, e que ocupam, ou já ocuparam, espaços institucionais, atuando na equipe multiprofissional ou enquanto usuárias e frequentadoras dessas instituições.

Foram entrevistadas 7 (sete) mulheres, com diferentes faixas-etárias trazendo relatos de diferentes gerações. Os nomes verdadeiros das nossas interlocutoras foram mantidos no anonimato, e atribuímos nomes de flores a elas. Das nascidas entre 1946 à 1964, temos Tulipa de 71 anos de idade, e Girassol de 58 anos; das nascidas entre 1965 à 1978, contamos com Azaléia de 55 anos de idade, e Orquídea de 45 anos de idade; por fim, às nascidas de 1978 em diante, temos Lírio de 41 anos de idade, Margarida de 40 anos, e Rosa de 35 anos de idade. Quanto aos indicadores de raça, quatro das nossas entrevistadas se declaram negras, quais sejam: Lírio, Margarida, Rosa e Azaléia; enquanto que Girassol, Tulipa e Orquídea se declaram brancas. Todas as entrevistadas cursaram ensino superior, com exceção de Rosa que cursou apenas o ensino médio completo. Margarida, Lírio, Orquídea, Girassol e Rosa foram casadas com homens heterossexuais ao longo de suas jornadas, quanto a maternagem, todas tiveram filhos biológicos frutos desses relacionamentos, com exceção de Lírio que tem como filhos àqueles gerados por sua esposa, também nossa entrevistada, Orquídea.

Em virtude da crise sanitária em saúde causada pela pandemia do vírus Covid-19, e, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde com as recomendações acerca do isolamento social, as entrevistas foram realizadas de modo virtual, preservando assim a saúde das interlocutoras, da pesquisadora, bem como da coletividade.

A importância de apresentarmos às “vozes” diretamente afetadas pela política misógina ruidosa do Brasil se dá como meio de trazer visibilidade ao segmento, dando espaço e liberdade para que suas histórias, com os mais variados contextos e subjetividades, sejam

ouvidas academicamente, sendo pré-condição a utilização dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido pelos sujeitos da pesquisa.

No roteiro para a realização da entrevista foram abordadas questões relativas aos sentidos e subjetividades que fazem as interseções relativas à cidadania das mulheres lésbicas e a ocupação dos espaços no Brasil, bem como a incidência real dos Direitos Humanos na vida cotidiana dessas, sendo divididas em sete parâmetros norteadores, partindo dos dados básicos, as questões relativas ao amor entre mulheres, espaços de atuação profissional, espaços públicos institucionais, direitos humanos, produção de visibilidade e as políticas públicas.

Nessa direção, a proposta de estruturação do trabalho seguiu da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado “AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS”, apresentamos nossas interlocutoras, e realizamos uma análise sobre as assimetrias de gênero na constituição dos espaços, partindo de uma perspectiva que estudou a herança sócio-política da cultura ocidental no contexto latino-americano, dividindo-se em três tópicos que trabalham a concepção da cultura e do território, a supremacia cultural masculina e o contexto Latino-Americano das mulheres não brancas.

No segundo capítulo é denominado ““LÉSBICA É A PALAVRA MAIS BONITA QUE EXISTE²”: MULHERES QUE AMAM MULHERES” nos debruçamos sobre a realidade das mulheres que amam mulheres, descrevendo os relatos colhidos na pesquisa de campo, trazendo as vivências e subjetividades do grupo, observando, a partir dessas experiências, de que maneiras, modos e intencionalidade vêm se constituindo as opressões e experiências de abjeção. Também foi debatida a importância da produção de memória coletiva e os constantes ataques a questão identitária e a produção de visibilidade que assola todo o grupo, bem como quais as estratégias encontradas por essas mulheres para driblar os efeitos negativos que a subalternização de suas existências envolve.

Objetivou-se no terceiro capítulo, intitulado ““NÃO TER O DIREITO DE DIZER O QUE É, O DIREITO DE EXISTIR³”: DIFICULDADES E DESAFIOS”, revelar os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres lésbicas, dentro dos espaços públicos institucionais, como também em outros espaços de participação social, além de ser dado um

² Salientamos que a frase “Lésbica é a palavra mais bonita que existe” utilizada em nosso título do Capítulo 2 faz referência a um trecho da fala de Rosa, uma das interlocutoras de nossa pesquisa durante as entrevistas.

³ Salientamos que a frase “Não ter o direito de dizer o que é, o direito de existir” utilizada em nosso título do Capítulo 3 faz referência a um trecho da fala de Girassol, uma das participantes de nossa pesquisa durante as entrevistas.

enfoque especial às questões relativas as mulheres lésbicas no estado da Paraíba e suas relações com as garantias de direitos humanos e as políticas públicas, na reflexão de como esses fatores incidem na proteção e direitos desse grupo, também dedicamos um espaço para os relatos sobre as resistências e lutas na produção de visibilidade e lutas diante das possíveis violações e omissões do Estado para com o grupo.

1. AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS

No presente capítulo buscou-se realizar uma investigação dos meandros das assimetrias de gênero na produção sistemática de poder e sua relação com a constituição dos espaços dentro do mundo sexualmente hierarquizado.

Para atingirmos tal objetivo, trabalhamos a forma que os territórios são constituídos a partir do espaço, e qual o lugar de pertencimento ocupado pela figura feminina, na visão de uma cultura latino-americana inscrita na sistemática patriarcal que impôs a subalternização dos seus corpos e o afastamento da sua figura do jogo social. As reflexões que buscam relacionar os corpos com a espacialidade se apresentam como questões inquietantes, Joseli Silva (2009, p.120) ressalta que existe uma significativa parcela de trabalhos dedicados à compreensão das formas com que certos corpos são marcados como diferentes ou marginais e assim realizam uma espacialidade restrita, enquanto outros corpos, julgados normais e neutros, isto é, socialmente aceitos, podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade.

Em seguida, nos dedicamos a investigação de como se constituiu a supremacia cultural do macho em detrimento dos entes subalternizados nesse processo de dominação masculina, e como agem as redes de poder na reprodução e vigilância colaborativa a essa ordem de organização social.

Por fim, investigaremos como são estabelecidas as relações entre as mulheres lésbicas com os espaços públicos institucionais, apontando como o território e esses espaços, inscritos em um contexto de mundo sexualmente hierarquizado, heteronormativo e heterossexista, podem apresentar implicações nos princípios e garantias constitucionais, nos Direitos Humanos e na cidadania dessas mulheres.

1.1 Jardim Cercado: Conhecendo as Interlocutoras

O meu jardim é cercado
Lá dentro tem toda beleza ao meu lado,
Mas as vezes os muros, deixam tudo tão escuro
Que por proteção, encontro a solidão

Então procura-me,
Procura-me com pressa e sem demora

Que eles querem que eu vá embora
Acho que chegou minha hora,

Então procura-me,
Que ser vista já é minha conquista,
Nos encontros e desencontros ao teu lado
Com meu peito sempre armado,

Então procura-me,
Que minha liberdade é uma chaga aberta de verdade,
Que o meu direito não faz efeito,
Naqueles sujeitos que não amam direito.

Então procura-me
Que querem me apagar, me atacar, e retirar
Todo amor que eu tenho para dar,
A ela que me aceita, a mulher imperfeita.

(O amor que não querem ver – Louise Marques).

Em virtude da crise sanitária em saúde causada pela pandemia do vírus Covid-19, e, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde com as recomendações acerca do isolamento social, as entrevistas foram realizadas de modo virtual, preservando assim a saúde das interlocutoras, da pesquisadora bem como da coletividade.

Perfez-se junto à plataforma digital *Google Meet*⁴, utilizando o recurso de chamadas de vídeo com a finalidade de criar uma atmosfera de proximidade e confiança entre as envolvidas com o apelo visual das imagens transmitidas em tempo real.

Azaléa é uma mulher lésbica, negra, que descobriu sua negritude apenas no ano de 2015, junto a Marcha das Mulheres Negras, fez questão de evidenciar que guarda uma placa do evento com muito carinho, pendurada em sua parede em sua sala, local onde concedeu a entrevista virtualmente. Hoje, com 55 anos de idade, solteira, não tem filhos, possui renda familiar de um a dois salários mínimos, reside em João Pessoa, na Paraíba. Atuou como professora de artes na rede pública e no momento está aposentada. Cresceu convivendo com irmãos, sob os cuidados da mãe e do pai, um homem conservador. Sentiu a primeira paixão depois dos 20 anos de idade, quando estava na universidade, vivendo sua primeira relação com outra mulher. Na infância, outras meninas chamavam sua atenção, mas, segundo ela, não sabia o que era ou o que sentia. Bem humorada, foi bastante receptiva com a entrevista, mas demonstrava certo receio ao falar sobre sua relação com o pai, hoje falecido.

⁴ O Google Meet é uma plataforma digital, disponibilizada pela empresa Google para “videoconferência de nível empresarial para todos” (Disponível em: <https://apps.google.com/intl/pt-BR/meet/how-it-works/>. Acesso em: 27 de ago. de 2021).

Girassol é uma mulher lésbica, branca, de 58 anos de idade, divorciada, mãe de dois filhos. No momento de realização da entrevista pediu desculpas quanto ao barulho, justificando que seu filho estava ouvindo músicas da cantora barbadense Rihanna, bem humorada, completou aos risos que ele era um menino gay. Possui renda familiar de cerca de três à quatro salários mínimos, atuando como professora de escola pública. Foi colocada ainda criança na porta dos pais adotivos que a criaram no município de Sapé, na Paraíba, onde cresceu até se mudar para João Pessoa local em que reside por volta de 30 anos. Cresceu sob os ensinamentos rigorosos da mãe, mulher conservadora e beata de igreja católica, nas palavras de Girassol: “uma mulher extremamente militar” (GIRASSOL, 2021). Sempre escondeu da mãe o interesse afetivo e sexual por mulheres que começou aos 13 anos de idade. Mostrou-se muito receptiva com a entrevista, e entusiasmada em relatar sua história, contando cada detalhe e relatando como se sentia na época dos fatos ocorridos, ainda que dolorosos e difíceis.

Orquídea é uma mulher lésbica, branca, de 45 anos de idade, mãe de três filhos, com uma neta, vive em união estável com sua esposa, reside em João Pessoa, na Paraíba. Possui renda familiar de dois a três salários mínimos, atuando profissionalmente como atendente júnior em call center que presta serviços para empresas de aviação. Concluiu recentemente a graduação em Serviço Social. Sempre foi apegada a mãe, que a ajudava com as atividades do lar quando precisou trabalhar para sustentar a família na época em que vivia uma relação heterossexual com um homem desempregado. A mãe se afastou, foi embora de sua casa, logo quando descobriu sua lesbianidade. Percebeu o interesse afetivo e sexual por mulheres já na vida adulta, após seu divórcio no ano de 2015. Muito aberta aos questionamentos feitos no decorrer da entrevista, Orquídea relatava com calma até mesmo situações conflituosas das quais passou, sempre demonstrando muito orgulho e afeto ao se referir a sua esposa Lírio.

Lírio é uma mulher lésbica, negra, de 45 anos de idade, vive em união estável com Orquídea, tem como filhos os três gerados por Orquídea, possui renda familiar de três salários mínimos, graduada em pedagogia, pós-graduanda em naturologia como terapeuta, atua profissionalmente na Secretaria da Mulher do Estado no Centro de Referência LGBT, como agente de Direitos Humanos. Enquanto realizávamos a entrevista, foi interrompida por sua esposa, que se aproximou para questionar sobre as compras do mercado e logo pareceu tímida ao perceber que sua presença havia sido notada, Lírio disse: “oi amor, está tudo bem, venha aqui me dar um cheiro” (LÍRIO, 2021), fez questão de apresentá-la, e, logo em seguida, deram um beijo carinhoso em frente à câmera, demonstrando que se sentiam à vontade com

minha presença, e que aquele era um lugar seguro para demonstrar seus afetos. Percebeu o interesse afetivo e sexual por mulheres aos 35 anos de idade. Viveu um casamento heterossexual por 10 anos, com uma vida muito ativa socialmente, quando começou a se sentir atraída por uma amiga. Recebeu o apoio da família durante o processo de se perceber mulher lésbica, lembra, com carinho, que a mãe disse que nada iria mudar, nunca deixaria de ama-la. Socialmente e politicamente muito bem embasada, Lírio trouxe sua visão crítica para cada uma das situações vivenciadas e relatadas no decorrer da entrevista, também demonstrou sentir muito orgulho e carinho ao se referir a esposa Orquídea.

Margarida é uma mulher lésbica, negra, de 40 anos de idade, casada, tem dois filhos, reside em João Pessoa, na Paraíba. Possui renda família de dois a três salários mínimos e atua profissionalmente como agente comunitária de saúde pela prefeitura de João Pessoa. Percebeu o interesse afetivo e sexual por mulheres aos 18 anos de idade. A reação da sua família quanto a sua lesbianidade foi muito violenta, em suas palavras: “minha mãe ficou muito transtornada, meu pai sempre foi mais na dele e assim permaneceu [...]” (MARGARIDA, 2021). Revelou que se sente muito desconfortável e revoltada quando a denominam bissexual por já ter se relacionado com homens ao longo da vida. Recebeu-me de um jeito sério, sendo direta e breve com suas respostas, até que, no decorrer da entrevista, demonstrou sentir-se mais à vontade, abrindo-se mais.

Tulipa é uma mulher lésbica, branca, de 71 anos de idade, se definiu como: “lésbica da velha guarda” (TULIPA, 2021). Atualmente reside em uma aldeia próxima a Baía da Traição, viveu muitos anos em João Pessoa, na Paraíba. Possui renda de um a dois salários mínimos, graduada em antropologia, atua profissionalmente desenvolvendo atividade etnográfica, também trabalha com prata e outro, fazendo brincos. Percebeu o interesse afetivo e sexual por mulheres logo cedo, mas não conseguia definir, segundo ela: “naquela época, na geração 50, era tido como uma doença estava escrito nos livros, [...] eu me questionava porque não me sentia doente” (TULIPA, 2021). Se sentiu pressionada por primas a seguir uma orientação sexual diferente, sempre com questionamentos que envolviam o tema maternidade. Mostrou-se muito receptiva com a entrevista, principalmente quando relatou fatos ocorridos na juventude, memórias guardadas com muito carinho e afeição.

Rosa é uma mulher lésbica, negra, de 35 anos de idade, casada, foi mãe aos 16 anos de idade, vivendo uma relação heterossexual psicologicamente abusiva por 17 anos, com quem teve mais três filhos. Fez questão de relatar que sempre criou os filhos sozinha, o marido não participava da vida deles mesmo morando na mesma casa, era frequente em sua rotina

precisar pedir comida ou ajuda financeira de porta em porta. No momento em que realizamos a entrevista, havia sido demitida recentemente, não exercendo atividade remunerada sobrevive com R\$ 600 reais mensais. Percebeu o interesse afetivo e sexual por mulheres logo cedo, em suas palavras: “Eu sei que eu sou desde que eu me entendo por gente” (ROSA, 2021). A primeira grande surra que recebeu da mãe foi quando descobriu que estava se relacionando com outra menina dos 14 aos 15 anos de idade. Também não recebeu apoio da família quando saiu da relação com o ex-marido abusivo e se assumiu lésbica, falavam que ela precisava se curar daquela doença. Rosa foi muito receptiva com a entrevista, exibiu a roupa que estava vestida com orgulho, uma camisa do Grupo Maria Quitéria, e mesmo nos momentos de dor ao contar as situações que vivenciou com o ex-marido abusivo, fez questão de dizer que falar sobre aquilo a fazia bem, visto que durante muito tempo teve sua dor desvalidada e minimizada.

1.2 Cultura e Território: Uma Relação Imbricada

Para compreendermos como as culturas e os territórios alinham-se enquanto marcadores de desigualdades em razão do gênero e da orientação sexual, precisamos examinar a atuação desses pilares na construção da sociedade. Para tanto, nos apropriaremos de estudos interdisciplinares, desenvolvidos em especial no campo da geografia enquanto ciência social, visto que, quando essa assume o campo cultural é capaz de apresentar faces ocultas das realidades.

O espaço ocorre anterior a qualquer ação, como o núcleo original das relações articuladas entre ele e o território, que, por sua vez, desembocam na produção da etnia e da cultura. O território apoia-se no espaço, como uma produção criada através da manifestação de um ator específico, que produz reflexos desta ação. Para Claude Raffestin (1993, p. 02), o espaço é a prisão original enquanto que o território é a prisão que os indivíduos constroem para si, o ator territorializa o espaço, cria, de forma concreta ou abstrata, modifica, projeta um trabalho, altera a natureza original, e, por consequência, revela relações marcadas por poder.

É a partir das reflexões feitas por Claude Raffestin que outros autores passaram a incorporar na geografia a visão multidimensional do território, antes, a imagem ou construção que se tinha era muito atrelada a uma lógica do Estado – Nação, como se o Estado fosse o verdadeiro opressor de todas as relações sociais, a mudança proposta pelo autor anuncia o território como completamente relacional.

As relações de poder fazem parte da natureza inerente à criação de um território, na medida em que, a produção proveniente do espaço fomenta conexões que se apresentam como interações energéticas significativas, cooperativas ou caóticas, que partem do próprio espaço íntimo do indivíduo. Joël Bonnemaison (1999, p.103) refletindo sobre o espaço social, diz que, esse é de alguma forma produzido pela sociedade, devem ser consideradas a organização social e hierárquica, as funções políticas, sociais e econômicas do grupo ou da sociedade estudadas, essas reproduzindo-se no espaço, revelam as estruturas de poder e enquadramento: “O território é, ao mesmo tempo, ‘espaço social’ e ‘espaço cultural’: ele está associado tanto à função social quanto à função simbólica” (BONNEMAISON, 199, p.103).

A subjetividade tem seu grande papel determinando a forma como esse se relaciona no mundo social, criada a partir das predileções, singularidades pessoais, e o contexto histórico-cultural em que cada indivíduo está inserido. Goffman (1974), utiliza o termo “carreira”, para denominar a série de eventos que desenham os sujeitos no espaço e no tempo, que determina a forma como esse se relaciona com os sujeitos e com o mundo social: “A carreira moral de uma pessoa de determinada categoria social inclui uma sequência padronizada de mudanças em sua maneira de conceber os “eus” – entre os quais se coloca, de maneira importante, o seu próprio” (GOFFMAN, 1974, p.142). A constituição de um espaço acaba por ser o conjunto das relações que são desenvolvidas a partir das interações geradas na representação dos “eus”, da subjetividade dos sujeitos, onde estes passam a manter seus vínculos e manifestam suas ações dentro desse. A ordem sistêmica da criação dessas relações, de acordo com Raffestin, começa no espaço que é construído por um ator, esse comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico onde se realizam objetivações que são processos sociais: “É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.1993). Essa relação social de comunicação é aplicada pela interação entre dois ou mais atores, que foram colocados em uma malha de poder construída de acordo com o modelo cultural que hierarquiza as posições e traceja os caminhos a serem percorridos pelo jogo social dentro de um território.

Território, compreendido como construção humana e também como símbolo, acaba como um significado da etnia e da cultura. Acontece que, a construção de um o território pode emanar da etnia e dessa relação é que surge a cultura. Para Bonnemaison (2002, p.9), a etnia, como campo da existência e da cultura, faz parte de uma realidade dinâmica vivida em coletividade determinada pela referência a um ou a diversos modelos culturais. Nas realidades

dinâmicas vivenciadas pela coletividade, positivam-se elementos que comportam expectativas, em anamnese, alicerçadas no inconsciente coletivo e individual como verdades, difundidas sob parâmetros do modelo social vigente. Bonnemaison aponta ainda, que, uma etnia existe, primeiramente, pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz, isto é, ela precede a cultura: “A etnia elabora a cultura e, reciprocamente, a existência da cultura funda a identidade da etnia” (BONNEMAISON, 2002, p. 93-94). Território, cultura, e etnia podem ser encarados, então, como entes interligados, que interagem, perpassam, e produzem reflexos entre si. Essas interações se assentam em esquemas de poder, capazes de impulsionar a construção de uma sociedade.

A territorialidade é sinônimo da cultura. Milton Santos (2007) afirma que a cultura é a forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, assimilados como herança e reaprendizado das relações profundas do próprio processo de viver: “a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento” (SANTOS, 2007, p.81). Com base nessa conceituação, a territorialidade, criação do ator que modifica o espaço original, pode ser sinônimo de cultura. A territorialidade cria sentidos e significados para o espaço, semelhante ao processo da cultura, que os assimila como verdades preexistentes, replicando-as ao longo das gerações. Se o território é a prisão que os indivíduos constroem para si, a cultura são seus elementos edificantes, bem como o resultado que se consolida a partir desta.

No modelo cultural do ocidente, todo o jogo que define as diretrizes, normas, e regulações a serem seguidas socialmente ficou restrito à figura masculina, pautados em uma historicidade de aversão e dominação à mulher. O espaço territorial, real e imaginado, da mulher foi demarcado pela dominação cultural do homem, o poder paternalista seguiu arquitetando ferramentas opressoras da sua sexualidade, liberdade, e dignidade humana. As mulheres foram categorizadas durante séculos e igualmente submetidas a uma cultura capitalista apoiada no patriarcado a qual as expõe à violência, desigualdade, inferioridade e opressões sociais diversas.

Na política espacial que a construção dos lugares envolve, podemos constatar, o que para Doreen Massey (2008) é o afastamento da figura feminina: “inúmeras vezes, o estabelecimento desses lugares estava ligado com a distinção de gênero e a expulsão das mulheres” (MASSEY, 2008, p. 207). O local cultural da mulher, segundo a sistemática patriarcal, é a esfera privada. Essa sistemática trabalhou o afastamento da mulher nos campos de conhecimento, toda a educação feminina era voltada aos ensinamentos domésticos. A mulher era preparada para ser uma boa filha, e de boa filha passava a boa esposa, e, por fim,

uma boa mãe, compreendia-se esse caminho como uma vocação natural do ser feminino, que desempenhava esse percurso, muitas vezes, de forma mecânica sem se ater que eram vítimas de dominação simbólica. Essa naturalização feita tanto pelos costumes e práticas sociais quanto pelas teorizações gera uma problematização inquietante acerca de quem era essa mulher que teve o papel da sua vida destinado a narrativa de mãe, espaço do lar, pureza e virgindade. O feminismo negro aparece justamente problematizando essas afirmações, visto que não foi um espaço social destinado a mulher escravizada que sempre trabalhou, teve o corpo violado, e que não pode exercer plenamente a maternidade, como veremos de forma aprofundada no próximo tópico.

Existe uma ordem de incorporação, e, assimilação histórica, através dos fatores que constituem uma cultura dentro de um território, esse processo faz uso direto do poder simbólico presente nos mais diversos aspectos da construção de uma sociedade. O poder simbólico está presente nas entrelinhas, sorrateiramente por meio de uma série de injunções continuadas, ele fundamenta uma série de outros poderes e atos capazes de determinar as relações de poder dentro de um território. Denomina Bourdieu, que, “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). O exercício do poder simbólico, de modo invisível, o coloca em uma condição de tramitação fluida, continua e não perturbatória dentro da ordem social, ele assume a dimensão natural projetando as expectativas coletivas em convivência com aqueles que foram articulados a ignorar a sua potencialidade.

O sentido relacional das relações entre os indivíduos, torna o poder político indissociável do poder simbólico. O poder de um Estado é intimamente relacionado ao poder dos símbolos que aquela cultura produz. Para Rogério Haesbaert (2004), a visão que temos de poder não pode ficar restrita a uma leitura materialista, esse deve ser encarado com um sentido relacional. O poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados: “envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem” (HAESBAERT, 2004, p.29). As múltiplas instâncias sociais fizeram com que a mulher e seu universo não se tornassem objetos de preocupação ou reflexão social e científica. Essa herança de invisibilidade sobre o feminino decorre diretamente dessa estrutura social marcada pela dominação masculina e pela divisão social do trabalho que resultou em distintas esferas de existência humana.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens e a casa reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2020, p.24).

A imensa máquina simbólica que faz girar as engrenagens da ordem social traçou limites territoriais para as mulheres e deu destaque a dominação dos espaços pelo homem, distribuindo, de forma restrita, as incumbências determinadas para a polarização dos indivíduos e de seus locais sociais de pertencimento, o que gerou uma série de desigualdades de gênero, classe e raça. O comando do funcionamento dessa máquina histórica, está nas mãos de homens, de classe média, brancos, que beneficiaram seus semelhantes em detrimento daqueles considerados inferiores. Ao caracterizarmos quem é o ator dessa dominação, precisamos enfatizar o fato de que a História é contada a partir de um olhar eurocêntrico/ocidental especialmente construída por homens brancos e de classe burguesa falando de outros homens e seus grandes feitos na trajetória da humanidade. De certo, esse fato já nos causa inquietações quanto ao olhar sobre a mulher ao longo dos tempos, especialmente nesta discussão, uma vez que é universal a invisibilidade da mulher como sujeito de estudos científicos, como salienta França (*apud* Belenki et al, 1997).

As distintas esferas da existência humana, com base na divisão social do trabalho, são frutos diretos das ferramentas opressivas que determinaram os espaços de pertencimento a mulher e ao homem. Como polos opostos, o lugar social de cada gênero foi demarcado arbitrariamente. A discriminação de espaços destinados à mulher, muitas vezes imposta violentamente, reforça estereótipos, medo, e crenças limitantes que abalizaram as potencialidades femininas, como desestímulo à vida política, a não validação de seus sentimentos, a sujeição a um ideal e padrão de beleza inatingíveis com métodos que ferem seus corpos, desrespeitando marcadores de idade, classe e raça.

Para Pierre Bordieu (2012), a rejeição aos lugares públicos, quando explicitamente afirmada, condena as mulheres à discriminação de espaços e torna a aproximação da criação de um espaço totalmente masculino, criando uma espécie de agorafobia social, ela sente que aquele não é seu lugar de pertencimento e por essa razão condiz com o esperado pelo opressor: “pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais

visíveis e que conduz as próprias mulheres a se excluírem da ágora” (BOURDIEU, 2020, p.71).

Excluída da esfera pública a mulher não pode ser vista ou escutada, ao longo da história foi aprisionada à invisibilidade social e inexistência política, já que é como afirma Arendt (1989, p. 60), pela presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos que se garante a realidade do mundo e de nós mesmos. Relegada à esfera privada a mulher foi destituída “de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana” (op.cit. 68). Para Arendt a pessoa que vive uma vida privada “não se dá a conhecer, e, portanto, é como se não existisse. O que quer que faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ela é desprovido de interesse para os outros” (ARENDT, 1989, p. 68). Arbitrariamente marcadas por uma construção que se apoiou em uma história de misoginia, a mulher, uma vez relegada ao ambiente doméstico, foi limitada a sua visibilidade, destituída das “coisas essenciais da vida verdadeiramente humana”.

Na geografia da produção de conhecimento, a criação dos lugares territoriais envolve, para Doreen Massey (2008), uma luta em torno da criação de gêneros inteligíveis, e de certa forma do masculino e do feminino: “Uma longa história, de fato, não apenas da exclusão das mulheres, mas da contestada constituição do que iria significar ser (um certo tipo de) homem ou mulher” (MASSEY, 2008, p.207-208). O ideal do que constitui a categoria social do homem ou da mulher parte de uma construção arbitrária do gênero, com corpos marcados antes mesmo do nascimento, alocados em recortes pré-moldados. Performar feminilidade também está associada ao espaço territorial de aprisionamento da mulher, para Pierre Bourdieu (2020) é como se a feminilidade se medisse pela arte de se fazer pequena, mantendo as mulheres dentro de um cerco invisível: “limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo” (BOURDIEU, 2020, p. 53). Enquanto que, para os homens, é permitido e estimulado marcar presença em um espaço através da fala imponente, dos gestos expressivos, para a mulher, sobretudo em lugares públicos, se espera a discrição recatada, de fala dócil, e de gestos mansos. A cultura produzida pelo poder patriarcal, no âmbito público e privado, integrou diversos fatores opressores das mulheres sobre a roupagem dessas expectativas. O próprio nascimento do heterossexismo, que pressupõe que todos devam ser heterossexuais, passa por esses canalizadores de opressões, em especial pelo cristianismo que condenou práticas sexuais fora do padrão binário heterossexual de reprodução. Para o cristianismo, a finalidade do sexo era a reprodução, então, no que se refere à bissexualidade,

homossexualidade e lesbianidade, a doutrina cristã os colocou na clandestinidade, em uma posição de crime, na tentativa de coibir seus praticantes.

No limiar do cristianismo as condutas homossexuais estavam já bem distinguidas da heterossexualidade, mas, como nos lembra Ariès, se encontravam mergulhadas “no vasto arsenal das perversões” que caracterizavam a sexualidade em geral. Com a pálida exceção da cópula entre esposos, única prática legítima desde que visando à procriação, desejos e atos sexuais eram pecados mais ou menos abomináveis, quaisquer que fossem os seus protagonistas (VAINFAS, 1989, p.145).

A cultura produzida pelo poder patriarcal, apoiada na Igreja católica como canalizadora dessa opressão, perseguiu os indivíduos que se relacionavam fora da sistemática da “heterossexualidade compulsória”, acusados pelo cristianismo, vivendo em um clima de tensão, totalmente assombrados pelo medo e pela pressão de confessarem-se. Na visão da heterossexualidade compulsória, existe uma premissa política que aponta o caminho naturalizado da relação sexo-gênero-sexualidade.

A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades. A forma “normal” de viver os gêneros aponta para a constituição da forma “normal” de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, conseqüentemente, sobre a heterossexualidade (LOURO, 2004, p.88).

A construção da forma socialmente aceita de viver o gênero e a sexualidade, apresentam alterações significativas na constituição dos territórios e na formação da cultura. A aversão àqueles que não se adequam a norma social vigente, da heterossexualidade compulsória e da óptica binária, impõe a opressão e o afastamento desses dos espaços públicos, relegando-os a violência do aprisionamento de seus afetos. O que valida à adequação a esse modelo é o que convém a alimentação retroativa desse sistema de dominação, isto é, todos aqueles que geram ambiguidade, desconforto, ou ameaça a esse poder, são automaticamente considerados abjetos, indesejados e perigosos.

As relações de poder que emanam desse modelo de dominação masculina heterossexista, determinaram ainda o ideal de nobreza ao homem, por meio de injunções continuadas e silenciosas nas vítimas dessa dominação simbólica. Para Pierre Bourdieu (2020, p. 35), o homem não poderia exercer atividades ditas como subalternas que, pelo seu caráter de inferioridade, só poderiam ser desempenhadas por um ser em igual nível de desprestígio, no caso, a mulher. Na mesma medida em que é vista como ser inferior, a supremacia cultural masculina, em mais uma tentativa de limitar o seu espaço, colocando-a na esfera privada do

lar e controlando sua sexualidade, impeliu a visão da mulher como a cuidadora natural, detentora de uma terna atenção, como ser pacífico, dócil e maternal.

A percepção social da figura feminina é completamente viciada pelas imposições determinadas pela dominação cultural do macho. Essas interpretações dependem da posição daquele que o percebe, o homem, e daquela que é percebida, a mulher. Clifford Geertz (1984, p.14), em sua obra “A interpretação da cultura”, defende que o conceito de cultura é essencialmente semiótico, ou seja, depende do signo ou significado daquela expressão dentro de um contexto cultural específico, a sua análise não passa assim como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa. A interpretação da cultura passa por uma escolha de direção, a legitimidade que o macho tem parte da interpretação a partir de um único olhar, o olhar do opressor, que desconsidera a relação daquele fenômeno com os outros entes historicamente subalternizados. É a herança de um modelo paternalista que vigorou ao longo dos séculos.

O poder simbólico presente nesta relação apoia-se nos geossímbolos para reforçar, através das relações estabelecidas no espaço social, as marcas determinadas pelo poder vigente, isto é, o poder do patriarcado. Para Bonnemaïson (2002, p.109), os geossímbolos podem ser entendidos como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assumem uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade. Relacionando esse conceito a partir do que ele chama de espaço social vivenciado, os indivíduos interagem e estabelecem as experiências de alteridade. Bonnemaïson (1999, p.104), pontua ainda que, o espaço cultural vivenciado é concedido em termos de significação e relações simbólicas, passando assim o sentimento de pertença ao grupo ou de abjeção.

Os geossímbolos que se alinham enquanto entes de poder simbólico nos remetem as marcas de poder existentes em cada um dos corpos, que podem ser marcas que existem de fato ou que são percebidas de acordo com o olhar do outro, como afirmou a professora Guacira Louro (2004, p.76), essas marcas podem ser decisivas para determinar o lugar social de um sujeito, tendo um peso classificatório para certo grupo cultural, distinguindo sujeitos e se constituindo como marcas de poder. Essas marcas determinam territorialmente o espaço de pertencimento e abjeção, na hierarquia imposta pelo poder de dominação que emana do ator responsável pela criação, ou modificação, do espaço original, de forma concreta ou abstratamente pela representação. Com relação a presente pesquisa, e aplicação das entrevistas com mulheres lésbicas, pode-se observar que, elas conformam uma forma

diferenciada de lidar com as superestruturas, o espaço social vivenciado por elas é envolto em esquemas de proteção diante de um contexto cultural misógeno e heteronormativo.

A definição de cultura, tal como temos, é formada a partir das significações criadas pelo homem, e é desse lugar, da teoria interpretativa da cultura, que podemos estudar o poder da representação no âmbito social. Stuart Hall (2016, p.31), ao estudar cultura e representação, define que representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura, envolvendo linguagem, signos e imagens que significam ou representam objetos.

O poder da representação na cultura que subalternizou o papel feminino em sociedade, pode ser analisado através de discursos médicos que tinham legitimidade científica e que associavam a figura feminina a um ser inferior, ou que disseminaram a imagem da mulher enquanto instável e louca. A doença da histeria, por exemplo, foi associada aos caprichos do sistema reprodutor feminino, frequentemente apresentadas como atrações principais no “baile dos loucos”. Popular no século XIX, o médico Charcot ficou conhecido por defender essa tese ao criar esse segmento no espetáculo e livros com fotografias descritivas das mulheres em estado histérico associando a doença a suas sexualidades: “Essa interpretação sexualizada do gestual histérico foi reforçada pelo esforço de Charcot em apontar determinadas áreas do corpo que poderiam induzir a convulsões quando pressionadas” (HALL, 2016, p.133). Essa representação da figura histérica feminina contribuiu massivamente para a visão social da incapacidade da mulher em separar as suas emoções das atividades que venha a desempenhar, sendo categorizada como um ser perigoso, incapaz de resolver tarefas que demandassem pressão, fora daquelas dadas a ela naturalmente. Em tese, a mulher era o ser ideal para se ter apenas no lar, fora deste habitat poderia entrar em colapso, gerando assim o caos da histeria. Como uma grande jogada da dominação cultural masculina, ao apontá-la como histérica, por sua própria condição de ser mulher, fato indissociável da sua existência, o seu gênero passa não só a aprisioná-la, mas também a invalidá-la enquanto ser capaz de existir fora dos limites do lar.

De bruxa à louca, as mulheres foram categorizadas durante os séculos e igualmente submetidas a uma cultura capitalista apoiada no patriarcado a qual as expõe a violências, desigualdades, inferioridade e opressões sociais diversas. A completa negação da sua existência a afastou do debate político, não participando ativamente das esferas de poder que determinam as diretrizes sociais, pouco se pode fazer para assegurar a sua segurança, saúde e dignidade humana. Pautas como os direitos políticos, direitos civis, prevenção de doenças

sexualmente transmissíveis, criação de políticas públicas, métodos anticoncepcionais, foram arbitrariamente tomadas pelo poder masculino. Gerenciado por essa dominação, a completa inobservância da questão indenitária nesse processo, formulou uma política ruidosa por não atender as subjetividades intrínsecas a esse segmento.

A supremacia cultural masculina apropriou-se do espaço e articulou o território em desfavor da mulher, chegando ao extremo de colocá-la como objeto dessa dominação, na tentativa de retirar sua dignidade humana na desumanização de sua figura, transformando-a conforme o seu desejo.

As mulheres conseguiram diversas conquistas, no âmbito social e jurídico, por meio da luta contra a territorialidade dominativa do macho, todavia, ainda há de se percorrer um árduo caminho até que essa crise na ordem hegemônica possa contemplar todas aquelas que foram desterritorializadas, invisibilizadas, violentadas, e oprimidas no processo histórico-cultural da dominação masculina heteronormativa.

1.3 Supremacia Cultural do Macho: *Um Passado Presente*

Para compreendermos os meandros das assimetrias de gênero, na produção sistemática de poder, e sua relação com a constituição dos espaços, precisamos investigar a direção escolhida por nossa sociedade na interpretação da cultura. Para tanto, no presente tópico, iremos explorar a masculinidade na história, inserida em um cenário territorial que a beneficiou, na perpetuação das relações de dominação no mundo sexualmente hierarquizado, que definiu a construção cultural das diferenças entre os gêneros.

Butler (2003, p.26) aponta que a determinação de gênero é algo culturalmente construído e, embora muito confundido, difere de sexo, isto é, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Nessa perspectiva teórica trata-se de uma construção social e cultural complexa, com múltiplas dimensões, em que Thorne (1992) argumenta que uma construção da identidade social de um indivíduo é decidida através das múltiplas e centrais formas em que são postas a masculinidade e a feminilidade no seu processo de formação. Isto é, nessa perspectiva, gênero é tratado aqui como uma forma de construção dos sujeitos, estabelecendo lugares de poder, assim como proposto na teoria de Butler (2003). Então, é correto afirmarmos que a construção do gênero, dentro da cultura de supremacia masculina, se fez de forma arbitrária, categorizando-as de acordo com marcadores culturais que determinavam o sentido de ser um certo tipo de mulher.

A natureza biológica do ser feminino, que incumbiu a ela a capacidade de gerar a vida, foi problema inquietante ao homem primitivo. A mística dominante, em um período de inexistência das ciências biológicas ou de conhecimento científico, tornou a função reprodutora um fenômeno inexplicável. O homem sentia-se excluído diante da incapacidade natural de gestar filhos. Em “O Martelo das Feiticeiras”, Krmaer e Sprenger (2015) apontam que essa incompreensão incutiu no macho uma “inveja ao útero”, ele, para suprir essa demanda, criou rituais de iniciação da puberdade e imitações cerimoniais do parto, tentando tomar para si capacidades que não o foram dadas naturalmente: “Ao contrário da mulher, que possuía o ‘poder biológico’, o homem foi desenvolvendo o ‘poder cultural’ à medida que a tecnologia foi avançando” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p.27). O poder cultural é evidenciado dado a sua importância na constituição do espaço social, essencial a sua territorialização na composição do imaginário coletivo de forma abstrata pela representação no campo da dimensão simbólica.

Quando o homem toma conhecimento da sua participação na função reprodutora, e se reconhece como parte ativa daquele processo de geração da vida, durante o período neolítico, ele passa a desenvolver o controle sobre o próprio corpo e sobre a mulher: “podendo controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 34). No mundo sexualmente hierarquizado, a sexualidade feminina foi fortemente controlada e reprimida pela dominação do homem. A própria dinâmica do ato sexual é pensada em função do princípio primado da masculinidade, como aponta Pierre Bourdieu (2020), a oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais, o homem em sua virilidade assume a dimensão superior, enquanto que a mulher é a parte passiva e inferior dessa relação: “Assim como a vagina deve, sem dúvida, seu caráter funesto, maléfico, ao fato de que não só é vista como vazia, mas também como o inverso, o negativo do falo” (BOURDIEU, 2020, p.37). Todos os esforços que o levaram até a descoberta do controle da sexualidade, a colocação da posição de seu corpo no polo superior do ato sexual, bem como o desenvolvimento de rituais e cerimônias que recriavam a gestação e nascimento de uma criança, traduzem a busca incessante do macho em superar e controlar a potencialidade feminina, tomando para si, pela representação, um espaço não acessado por eles.

O controle da sexualidade feminina ganha ainda mais força diante da necessidade de se assegurar a hereditariedade na transmissão da propriedade, e é por meio deste artifício que a sociedade passou a ser organizada. Superando os momentos iniciais da história, o casamento

entra como meio de organização social da vida pública e das relações privadas que envolvem o gênero e a sexualidade.

O lugar onde a mulher encontra destaque, justificado por essas redes de poder, através da sua própria natureza biológica, é, então, no papel de incubadora da vida, dentro do casamento, em uma relação de servidão ao homem que precisava manter a descendência e herança da propriedade. É cuidando dos filhos, do marido e das responsabilidades domésticas que, segundo o poder paternalista, ela encontraria o seu lugar de pertencimento, a verdadeira destinação para a sua existência e seu real campo de importância. Atrelado a isso, homens, com base em uma masculinidade tóxica também fruto de sua própria dominação e do ideal de nobreza, deixam de amadurecer enquanto adultos funcionais, por atribuírem certas competências domésticas à feminilidade. O mito do amor materno, fortemente defendido pelo paternalismo, culturalmente colocou a mulher como receptáculo da vida e do sentimento de segurança profundo, ideias concebidas por muito tempo como parte de um instinto natural que assolava todas as fêmeas.

Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. A procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto (BADINTER, 1980, p.19).

Enquanto receptáculo da vida, a mulher passa a ser território, espaço de refúgio e acolhimento. E, empenhada, ou compelida, a desenvolver esse papel, é aprisionada a uma função materna que consome tempo, esforço e energia, na obrigação de acompanhar o filho até a fase adulta, correspondendo assim às expectativas criadas culturalmente ao seu gênero, que foram tão fortemente perpetuadas que são ainda hoje vigentes.

“Não. Nunca tive filhos”, disse Azaléa, em tom calmo, quase sereno, em uma das primeiras entrevistas que realizei por meio da plataforma digital *Google Meet*, a tranquilidade da sua voz foi sendo substituída por tristeza conforme seguia contando sua história de relação com a não experiência de maternidade:

Sempre senti aquela história da família, né, de ‘quando é que vai ter um menino’, meu pai, quando era vivo, tinha esse sonho pra mim, falava que eu vivia no meio do mundo, e esperava que eu trouxesse um macho para casa, o termo que usava, e quando tivesse filho eu me aquietaria dentro de casa,

repetia sempre isso, que era o sonho dele, mas não viu acontecer (AZALÉIA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O pesar na voz de Azaléia transmitiu-me muito mais que uma resposta para os questionamentos feitos acerca da maternidade, aqueles eram relatos de uma mulher, hoje com 55 anos de idade, que carregou consigo, ao longo dos anos, a decepção de nunca ter conseguido agradar o maior desejo daquela figura masculina que sempre determinou seus passos ao longo da vida, seu pai. Ainda que já falecido, com base em todas as histórias narradas por ela, o poder paternalista executado por ele continuava a ser exercido sobre suas escolhas, e, principalmente, sobre a forma como ela se sentia sobre essas.

O mito do amor materno sempre projetou uma série de complexidades na vida das mulheres que não geram filhos, seja por questões biológicas, pessoais, ou de orientação sexual, essas seguem sendo lidas como problemáticas, incompletas, inférteis, “quebradas”, como se sua grande finalidade na terra não pudesse ser atingida, o que tem o poder de criar uma série de questões e transtornos de ordem psicológica.

Lírio vivia uma relação heterossexual há mais de 10 anos, quando descobriu problemas de infertilidade irreversíveis causados pela endometriose, segundo ela “era um casamento perfeito na logica social, só não tínhamos filhos”, e, devido às diversas cobranças sociais, passou a vivenciar um intenso e doloroso processo ansioso.

A minha relação pessoal com isso no começo era diferente, é um processo difícil porque é uma cobrança que está ali e que eu não posso resolver, né? está além, na verdade o que eu podia fazer eu fiz. É uma coisa de genética, e é uma coisa que eu desenvolvi no decorrer da minha adolescência que era essa doença, mas eu lembro que isso me causou muitos conflitos interiores, também durante o casamento heteronormativo porque a cobrança da sociedade é muito alta e é uma cobrança para os dois e quando um dos dois não consegue dar essa resposta é que a sociedade cobra com uma implicância, então eu passei e ele também por esses processos difíceis (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

As cobranças e pressões que o então marido de Lírio passava, eram de origem semelhante às dela por nascerem apoiadas no poder paternalista, porém, detinham efeitos distintos, visto que a fertilidade masculina é mais associada a virilidade do homem do que, de fato, a sua inteira função enquanto indivíduo na terra, e, no caso em questão, essa incapacidade partia do corpo dela, então, a sociedade a enxergava como o problema: “Tanto ele quanto eu nós tínhamos problemas para realmente gerar, no caso dele ele conseguiu reverter, e no meu caso eu não consegui, e isso doeu muito” (LÍRIO, 2021).

Assim como no caso de Lírio, o casamento é uma ferramenta articulada com inúmeras finalidades segundo a lógica social, e, não obstante, foi utilizado pelo poder paternalista para categorizar as mulheres. Analisando a relação entre o ser feminino e o casamento, Ronaldo Vainfas (1989), diz que as mulheres não casadas eram vistas como degradada. Ser solteira era sinônimo de fracasso, de meretriz ainda que sem a conotação profissional da palavra, ela tornava-se uma “mulher pública” por não pertencer a um marido: “De qualquer modo, prostitutas ou ‘mulheres sem marido’, as solteiras da Europa provinham todas da miséria, filhas ou viúvas de gente pobre, vítimas de abandonos, estupros ou violações” (VAINFAS, 1989, p.61).

Manter relações sexuais com a mulher degradada implicava em uma fornicação lícita ao homem no uso dos prazeres, mas, no outro polo dessa relação, a mulher solteira, era cercada de desprestígio, vergonha, desproteção, não podendo ascender socialmente pela via do casamento, pois não era considerada digna a essa instituição, tampouco teria alguém para interceder por sua honra e segurança caso fosse violentada ou estuprada.

As mulheres que ofereciam resistência à dominação masculina eram a materialização de um ser diabólico. Ronaldo Vainfas (1989) diz que a esposa que não obedecia ao marido, recusava a clausura doméstica, tecia mil artimanhas para enganar e driblar a vigilância patriarcal: “Ao infeliz do marido de uma tal mulher só restava meter-lhe muita pancada, ‘parti-la de meio-a-meio’, ‘quebrar-lhe um braço’, ‘acabar-lhe a vida num momento” (VAINFAS, 1989, p.121). Toda a violência na correção da conduta da mulher que não se relegava à servidão das necessidades do macho vem das ações de um ator que territorializou o espaço de forma concreta, e abstrata pela representação criando um imaginário coletivo misógino imbricado a cultura popular tradicional que legitimou toda a opressão que este causa.

Enclausuradas, desprezadas, vigiadas, espancadas, as mulheres nem por isso limitaram-se a sofrer, acuadas, a crescente misoginia dos costumes e das leis. Pelo contrário, sempre reagiram às pressões masculinas, desafiando homens, rompendo uniões insuportáveis e tomando várias iniciativas no campo amoroso e sexual – o que, longe de “libertá-las”, estimulava ainda mais a misoginia, legitimando o moderno patriarcalismo no receituário dos moralistas (VAINFAS, 1989, p.132).

As mulheres que lutavam contra os sofrimentos causados pelo poder patriarcal, encontravam diversas dificuldades, visto que os costumes presentes na cultura popular, e nas leis, davam permissão expressa para a violação e abusos de seus corpos. Com a inserção cada vez mais ferrenha do catolicismo, dentro do mundo ocidental, nos deparamos com a Igreja

enquanto importante meio disciplinador das relações sociais, essa, atrelada a problemática cristã dos prazeres da carne, contribuiu diretamente na crescente misoginia contra as mulheres.

Além da figura do macho, que reprime a potencialidade dos seus corpos, a Igreja entra como um dos pilares repressores da sexualidade feminina, plantando o sentimento de vergonha, culpa e medo, enquanto constantes ocultas que se alicerçaram no inconsciente coletivo e individual de controle no mundo sexualmente hierarquizado.

Os textos religiosos sobre a virgindade davam pouca ou nenhuma atenção aos homens, Vainfas (1992) aponta que, nem sequer problematizavam as dificuldades femininas em conservar a virgindade, elas não eram vistas como seres tendentes a essa pulsão, e descreviam, ainda, técnicas para combater qualquer pensamento impuro: “não tocar, não ver e comer pouco, e só alimentos que deixassem o corpo frio e seco” (VAINFAS, 1992, p. 09 - 10). Desta maneira, o grau de obrigatoriedade em manter-se pura ultrapassava todas as esferas, controlando a sua autopercepção, alimentação, a temperatura corporal, e a movimentação de seu toque, as mulheres viviam cercadas de regras e pressões que as prendiam a uma autopreservação sob a vigilância social, e dos olhares de um Deus onipresente, também figura masculina, que a assistia constantemente. Controlando a forma como a mulher deve se relacionar com o próprio corpo, ao proibi-la de tocar-se, a Igreja, que é uma instituição também gerenciada por homens brancos, impediu o autoconhecimento feminino, impondo o distanciamento dessa com o território que habitava - o próprio corpo.

A culpa e o medo introjetados pelo cristianismo, impediram as mulheres de explorarem seus corpos e as suas sexualidades, o sentimento de vergonha está intimamente ligado à sensação de inferioridade e indecência da culpa cristã. Desconhecendo o próprio corpo ou associando as suas pulsões naturalmente humanas à perversão, houve o aprisionamento da sexualidade feminina, bem como o não reconhecimento dos seus corpos como territórios comandados por elas. Com a supervalorização da virgindade, as mulheres que se relacionavam com outras mulheres passaram pela desvalorização de seus afetos em um processo de apagamento das suas existências. Durante o período da inquisição, onde a igreja católica condenava os atos sexuais entre homens, a sodomia, não restaram muitos registros para as mulheres que se relacionavam entre si. Ronaldo Vainfas (1989) aponta que essas relações não se distinguiam do cotidiano que irmanava o feminino: “Praticavam-nos as mocinhas em meio aos risos e às brincadeiras infantis, bem como as raparigas cheias de desejo, mas que não queriam ou não podiam perder a honra de virgens” (VAINFAS, 1989,

p.180). Nesse entendimento, as relações entre mulheres não tinham o potencial de romper o laço feminino da virgindade. Acreditava-se que o único capaz de ter a potência sexual para tal era o homem.

Essa visão também emana do poder paternalista. A explicação para isso se deve ao fato de que, no modelo social falocêntrico, a relação sexual que não incorpora a figura do pênis não poderia ser considerado sexo de fato. Na sociedade falocêntrica, o pênis é a representação do símbolo central da fecundidade na natureza, indo contra o entendimento dos primórdios que viam a figura da mulher como único ser capaz de reproduzir a vida. A construção de um território imaginário faz parte da política de espacialidade, e culturalmente, fomos formados por todas as ideias que limitaram o espaço feminino fundado em uma visão paternalista na hierarquização dos sexos onde o homem assume o papel central. Essa é a base de uma sociedade falocêntrica. Heloisa Buarque Hollanda (2020), aponta que na visão colonial, entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierarquiza, central à dominação, onde a norma é que as mulheres são definidas em relação aos homens: “Mulheres são aquelas que não têm um pênis; não têm poder; não podem participar da arena pública” (HOLLANDA, 2020, p. 74).

Subordinando a função sexual feminina à figura do homem, a dominação masculina a privou do desempenho natural do corpo, as mulheres se deparavam com a alienação das suas potências por vergonha e medo, o que criou o cenário perfeito para a dominação masculina de classe média e branca no desarmamento de seus corpos enquanto territórios de luta. As proibições em torno do autoconhecimento também refletiam na exploração de outras áreas do conhecimento, indo contra a direção feminina dos primórdios, como aponta Rose Marie Muraro: “há um consenso entre os antropólogos de que os primeiros humanos a descobrirem os ciclos da natureza foram às mulheres porque podiam compará-los com o ciclo do próprio corpo” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p.36). A potencialidade feminina de relacionar os ciclos da natureza com os seus próprios ciclos implicavam no reconhecimento da ligação direta de seus corpos com a terra, espaço que guarda toda a vida e existência humana detentora dos diferentes territórios que todos os corpos habitam. Uma ligação da qual os homens não poderiam reproduzir em sua totalidade, o que gerou desconforto e inconformidade para o macho, apoiando novamente no poder cultural, com as imposições que a afastavam do autoconhecimento, tentou minar a relação útero-território.

Os textos religiosos ainda, em apologia a virgindade, limitavam o espaço físico a ser ocupado por essas mulheres como meio de driblar possíveis tentações que as corrompessem:

“Isolar-se, enfim, ou isolar o corpo: eis a receita para que a mulher mantivesse a carne incorrupta e a alma pura” (VAINFAS, 1992, p. 10). A clausura doméstica é uma das principais ferramentas do poder patriarcal no controle do espaço territorial da mulher. Quando a religião coloca a obrigação de isolar o corpo como meio de manter a alma pura, impõe não só o aprisionamento dos corpos femininos, mas também, de todas as suas potencialidades na vida pública. A sua não existência fora do âmbito privado, implica na não participação ativa das tratativas estabelecidas no jogo social. Os diversos mecanismos de coerção positivam como verdade a falta de capacidade da figura feminina em gerenciar atos da vida civil e política. A vida da mulher é gerenciada, em um primeiro momento pelo pai, e, depois, com o casamento, passa a ser responsabilidade do marido, assim, em nenhum momento, é vista como plenamente capaz de exercer cidadania.

Para Tedeschi, no casamento a mulher rebaixava-se à categoria de menor, dependente do marido, mas quase todas queriam casar-se porque solteiras não eram bem vistas socialmente, levando em consideração toda a visão que se tinha da mulher pública: “Extremo paradoxo de considerar-se o estado da casada como o que oferece um maior status a uma mulher, ao mesmo tempo, como tal, sua capacidade e personalidade jurídica, já diminuída, fica consideravelmente reduzida” (TEDESCHI, 2014, p.47). O casamento seria a aspiração natural dentro da sociedade, como único meio de conferir dignidade a mulher, elas saem do lugar de filhas para o de esposas, mães, cuidadoras do lar, dando continuidade ao não reconhecimento da sua individualidade enquanto ser humano, sujeitas de direitos. Losandro A. Tedeschi (2014, p.42) diz ainda que, entre todos os argumentos utilizados para afastar a mulher da política, para não lhe conceder o título de cidadã, o que mais pesava contra ela era o medo de que as mulheres, ao assumirem o campo da vida pública, iriam abandonar os deveres que a natureza as incumbia, visto que, não sobraria tempo e energia para gerar/cuidar dos filhos ou do lar.

Apesar dos fortes componentes opressores, o espaço cultural vivenciado pela mulher não é imutável, esse se modifica conforme a vontade e necessidade masculina, como ocorreu nas sociedades em que o homem saía da administração familiar para se entregar ao combate da guerra. A autonomia temporária concebida, nesse tipo de regime especial, as mulheres não tem ligação com o seu reconhecimento enquanto ser plenamente capaz, mas sim, ocorre de acordo com as determinações impostas pela figura dominante masculina, essa só sai da esfera privada quando o convém, como constata Kramer e Sprenger (2015): “as mulheres eram jogadas ao domínio público quando havia escassez de homens e voltavam ao domínio privado

quando os homens reassumiam o seu lugar na cultura” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 73). Ao conceder o espaço público de forma temporária à mulher, a dominação patriarcal contraria a sua própria tese, defendida historicamente, de que as mulheres são seres incapazes de atuarem no âmbito público, no mercado de trabalho, e não abandonarem os deveres domésticos. Apesar da alta carga que o acúmulo de competências reserva com a dupla jornada de trabalho, em razão especial da não colaboração masculina na seara doméstica, a mulher sempre provou ser plenamente capaz de exercer diversas funções, além daquelas incumbidas a ela como designação natural. E, mesmo que se mostrassem plenamente capazes, o local social da mulher era novamente realocado quando os homens retomavam seu lugar na cultura, destituindo-as de uma cidadania e dignidade emprestadas. Cabe sinalizar que, existia ainda uma parcela de mulheres negras que desempenhavam funções fora do espaço cultural vivenciado pelas mulheres brancas, e que viviam em constante estado de escassez de dignidade nessa sistemática paternalista, que será fundamentado com maior precisão no próximo tópico da presente pesquisa acerca do contexto Latino Americano.

Toda educação feminina era direcionada a habilitá-la ao lugar que deveriam ocupar na sociedade. Para Rousseau (1992), todas aprendiam com repugnância a ler e escrever, mas aprendiam de boa vontade atividades como o bordado, a costura, a renda: “Antecipadamente imaginam-se crescidas e sonham com prazer que estes talentos poderão um dia servir-lhes para se enfeitar” (ROUSSEAU, 1992, p.178). A passagem misógina do autor, nos concede a dimensão da visão predominante que se tinha da relação da mulher com a educação. A mulher começa a ser associada cada vez menos à vida pública afastada do jogo social, não sendo vista como figura de autoridade e, toda a sua educação a preparava para competências domésticas, o que veio a refletir em implicações futuras no momento social do ingresso feminino no mercado de trabalho profissional, o chefe exercerá a autoridade paternalista substituindo, naquela esfera, a figura masculina do pai ou marido.

De acordo com Pierre Bourdieu (2020, p.99), o mundo do trabalho está repleto de pequenos grupos profissionais isolados que funcionam como “quase-famílias”, nos quais o chefe que é no geral uma figura masculina, exerce uma autoridade paternalista tendo no seu encargo tudo que acontece na instituição. Com todo o alcance desse poder, sobra pouco ou nenhum espaço para que as mulheres possam ascender no mercado de trabalho à ocupação de cargos de chefia, ficando restritas a atividades inferiores dentro da hierarquia da divisão do trabalho. O discurso dominante a colocava constantemente como incapaz de celebrar os atos da vida pública, a afastava do campo intelectual e científico, minando qualquer possibilidade

de se perceber enquanto pessoa violentada, a adequação feminina ao lugar social de servidão era o único caminho que lhes parecia digno diante do árduo despertar ao reconhecimento do lugar de vítima, além de todas as instâncias que iriam enfrentar para a sua liberdade.

As redes de poder arquitetaram para que a clausura doméstica, e os serviços prestados no lar, fossem enxergadas como competências naturais da mulher, um aspecto intrínseco a sua existência. Todo o serviço que desempenhava era desvalorizado, considerado irrelevante por não ser um esforço físico, mental, e emocional passível de conversão em valor financeiro, impostos compulsoriamente. Segundo Santos e Diniz (2018) essas atividades realizadas em meio privado e sem remuneração - as “atividades domésticas” – são vistas pela sociedade como improdutiva e desvalorizada. Como salientou Angela Davis (2016), o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista e fez-se inalterado, em termos qualitativos, pelos avanços tecnológicos.

Todos esses fatores contribuíram para que a figura feminina passasse por desafios ao assumir um campo cultural diferente do arquitetado para ela, resistindo em sentido contrário a constante negação da sua existência, da sua capacidade intelectual, racional, e até de sanidade e estabilidade emocional.

Foi por meio do movimento feminista que as mulheres se articularam em um modo de reivindicar seus direitos civis e políticos na construção do ser feminino enquanto ser percebido e sujeito de direitos, iniciando uma jornada que, hoje, leva em consideração todas as interseccionalidades. Para Kimberlé Crenshaw (2002, p.177), a interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação: “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p.177).

A quebra do feminismo hegemônico, presente nos anos iniciais da articulação dessa luta, trouxe ao movimento feminista uma mudança de abordagem, Judith Butler (2003, p.34), entende que as críticas geradas pela visão globalizante identificaram a categoria das mulheres como normativa e excludente, em contraponto com as não marcadas pelo privilégio de raça e de classe, a insistência em categorizar rejeitou a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é pautado o ser mulher. A importância dessa mudança se ampara na abordagem das questões de gênero traçando uma intersecção com o colonialismo, as lutas de

raça, e com outras transversalidades, na promoção de um olhar interseccional do feminismo, levando o conceito de gênero a uma esfera acadêmica e política. Para Heloisa Buarque Hollanda, essas propostas de ruptura com o feminismo hegemônico, feitas principalmente por feministas de origem indígena, afrodescendentes, populares, lésbicas, entre outras, têm levantado questões sobre as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação da figura feminina: “a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas” (HOLLANDA, 2020, p.140).

Adrienne Rich parte da análise dos métodos pelos quais o poder masculino é manifestado e mantido, segundo a autora, o que chama a atenção, sobretudo, é o fato de que as mulheres não estão confrontando apenas a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência: “o que sugere que uma enorme contraforça potencial vem sendo restringida” (RICH, 2010, p.25). A necessidade de se levantar essa luta a um patamar político se apresenta diante das diversas violações sofridas por essas mulheres em todos os âmbitos das suas existências, principalmente aquelas mais vulnerabilizadas por estigmas sociais, como é o caso das mulheres lésbicas inseridas em uma cultura misógina da heterossexualidade compulsória.

Com todos esses desdobramentos, as mulheres foram se articulando contra o poder de dominação masculina, contestando a supremacia cultural de um ente que lhes negava princípios básicos de humanidade, na objetificação de seus corpos, na servidão de suas existências, como um movimento de resistência e luta que reivindicou direitos, proteção estatal, políticas públicas, diante das consequências violentas da misoginia. Essas articulações mostram as transformações dos atores na criação de uma nova malha de poder, os entes oprimidos tendem a protestar e rebelarem-se contra o modelo empregado pela dominação vigente.

Por intermédio deles sente-se a vontade de afirmar a necessidade de relações simétricas com os seres, com os locais, o trabalho e o meio espaço-temporal. Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas (RAFFESTIN, 1993, p.33).

A necessidade de se afirmar relações simétricas entre os seres e o espaço, impulsiona àqueles que ficaram em posição de desprestígio dentro da óptica hierárquica dominante, como

uma reformulação das relações entre os grupos sociais, opondo-se ao discurso do ator que realizou a criação ou modificação no espaço originário. Rogério Haesbaert (2004, p. 96), recorda que, enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração, outros podem estar territorializados unicamente pelo viés da dominação em um sentido funcional e não apropriativo. Por essa razão, o levante de movimentos de resistência, como o movimento feminista, a luta antirracista, a busca por direitos pelas mulheres lésbicas, causam um abalo sistêmico na ordem hegemônica da supremacia cultural masculina, o que representa uma crise da territorialidade regida pela dominação heteronormativa. A crise da territorialidade se aloca em um território, real ou imaginado, nos espaços em que foram construídas as identidades, apresentando sinais de mudanças a partir das novas relações de poder que são criadas.

1.3.1 O Contexto Latino-Americano: As Mulheres Não Brancas

Para maior aprofundamento na interpretação da cultura, partiremos do recorte de localidade, o contexto em que a presente pesquisa se insere, dando destaque ao caso latino-americano e os principais fatores que colaboraram para a constituição do território nacional enquanto espaço social de dominação do macho.

No caso latino-americano deve-se destacar o amplo domínio, histórico, de uma visão patriarcal de sociedade – fortalecida pelo processo de dominação e exploração colonial, mas que, sem dúvida, o antecede, impregnada no histórico cultural opressor de muitas comunidades pré-coloniais (HAESBAERT, 2020, p.79).

Os fatores que colaboraram para a constituição da cultura no território latino-americano, e consequentemente do Brasil, são imersos em um contexto patriarcal de sociedade. A patriarcalização dos territórios se insere enquanto força reguladora das relações entre os indivíduos, bem como determina a forma como esse se relaciona com o seu “eu” e o próprio espaço que o rodeia.

A religião católica teve importante, e devastador, papel no processo de colonização da América Latina, na patriarcalização desse território e no embranquecimento dessa população. Como mecanismo disciplinador, essa penetrou no mundo dos povos originários de forma arbitrária e violenta, ligada diretamente a ideia de civilização no ocidente, desrespeitou a cultura local, dizimou os componentes constituidores daquela etnia e os seus costumes impondo sua cultura eurocêntrica.

As diferenças culturais entre esses povos fizeram com que encarassem as relações dos corpos com o espaço de formas distintas, desde o corpo-território de luta para os povos originários, aos corpos passíveis de exploração na visão do europeu. Os povos originários tinham uma relação íntima de pertencimento com a terra, de modo que ela se tornava uma extensão dos seus próprios corpos, enquanto que, para o homem europeu, aquela terra é apenas um meio de enriquecimento, exploração e dominação.

Para Viveiros de Castro (2015, p. 37), o etnocentrismo dos europeus consistia em negar que os corpos dos outros, aqueles diferentes da prerrogativa humana do homem branco cristão, contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos. A inexistência de uma alma nos corpos dos povos originários, na visão dos colonizadores, abria a possibilidade de explora-los de acordo com a necessidade do homem branco, assim como sucateavam aqueles territórios. A visão de inferioridade que tinham dos corpos dos povos originários, apesar de possuírem naturezas e reflexos distintos, os colocavam em parâmetros de aproximação às mulheres, na composição do rol dos corpos subalternos à essa dominação.

A condescendência com a qual o patriarcado europeu trata as mulheres, considerando-as hábeis para as tarefas domésticas, presenças agradáveis nos lares, feitas para entreter o marido e cuidar dos filhos, mas não para tratar dos negócios chatos e difíceis do estado e da economia, é a mesma com a qual intelectuais subalternizados da ex-colônia procuram explicar o racismo tupiniquim. Negros e índios são alegres, interessantes, festivos, mas, no fundo, não afeitos a trabalhos complexos e difíceis (HOLLANDA, 2020, p.175).

Nessa narrativa, ao inferiorizar negros, índios e mulheres, criava-se no senso comum um estereótipo que desvalorizava as suas potencialidades e capacidades, retirando-lhes dignidade e humanidade, na tentativa de justificar o ódio, violência e abusos cometidos deliberadamente contra esses corpos.

Para Rogério Haesbaer (2020), outra importante marca na geografia latino-americana que tem sérias implicações em termos de desigualdades é a economia de caráter extrativo difundida durante anos por todo o continente, esse tipo de espaço de trabalho se constituiu de forma predominantemente masculina: “O aumento da violência nesses espaços predominantemente masculinos é mais um fator que leva ao engajamento das mulheres, (...), contra essa forma de exploração e patriarcalização” (HAESBAER, 2020, p.79). As divisões das atividades extrativistas consistem na extração vegetal, animal, e mineral, todas desenvolvidas, de modo geral, fora do ambiente privado e doméstico, direcionadas

principalmente aos sujeitos que tinham a permissão social de frequentar esses espaços, isto é, o homem.

De acordo com Heloisa Buarque de Hollanda (2020), as mulheres dos países latino-americanos que tinham acesso aos benefícios sociais consolidados pela industrialização patriarcal do continente o faziam por meio dos subsídios que eram entregues apenas a figura do homem provedor, a família só poderia ascender economicamente de acordo com a gerência e recursos disponíveis a esse, enquanto que a mulher era encarregada majoritariamente da reprodução e da manutenção do lar no âmbito doméstico: “As mulheres não eram consideradas sujeitos de seguridade social direta, sujeitos econômicos ou cidadãos plenos” (HOLLANDA, 2020, p.256). A industrialização patriarcal determinou de forma arbitrária, e ainda com base em um modelo europeu de dominação, o lugar territorial de atuação dos homens e das mulheres nos países latino-americanos.

O aumento da violência nos espaços em que são desenvolvidas as atividades extrativistas está relacionada a associação da virilidade masculina com a violência. Para Bourdieu, a virilidade é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, e também como aptidão ao combate e ao exercício da violência na exaltação dos valores masculinos: “o homem ‘verdadeiramente homem’ é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública” (BOURDIEU, 2020, p.89). Como se constituem enquanto espaços predominantemente masculinos, a economia de caráter extrativo apresenta embates e conflitos internos que acontecem em nome desse ideal de nobreza e da virilidade, o que cria um território envolto em tensões, diante da supervalorização da violência e do afastamento daqueles entes considerados fracos e descartáveis ao processo de produção, edificando, dessa maneira, um modelo opressivo.

Lélia Gonzales (2011, p.18), refletindo sobre feminismo afro-latino-americano, ressalta a importância do aspecto racial na tomada de consciência diante de processos opressivos vivenciados por aqueles corpos desprezados, os corpos não brancos: “a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada” (GONZALES, 2011, p.18).

Embora enfraquecidas por todo o processo de violência imposta na patriarcalização da indústria, e na dizimação dos povos originários, as mulheres indígenas, negras e/ou camponesas, tem lugar de destaque na manutenção da vida dentro das suas comunidades,

como pontua Lélia Gonzales: “foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação” (GONZALES, 2011, p.18).

O corpo como território de resistência nasce do lugar de inconformidade do sofrimento relegado aos corpos subalternos. Nesse sentido, Rogerio Haesbaert (2020, p.78) apresenta que é sintomático, deste lugar, que sejam os indígenas e as mulheres. Muitas delas também indígenas, os principais protagonistas a tratar o território como corpo e a utilizá-lo na América Latina como ferramenta de luta. Losandro Antonio Tedeschi (2014, p.51), diz que as mulheres já experimentam o poder de resolver por si mesmas as situações que as afetam e formulam soluções estratégicas e práticas a partir do seu empoderamento, mas, apesar disso continuam sofrendo as marcas da desqualificação e da desigualdade historicamente consolidadas.

O corpo feminino torna-se corpo-território, conceito pautado no pensamento descolonial. Essa linha de pensamento trabalha o território em uma perspectiva latino-americana. Para Rogério Haesbaert (2020), é o conceito de território que transita por diversas escalas, mantendo como esteio fundamental a questão da defesa da própria vida ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculado a um modelo que pregou a devastação e o genocídio, que coloca em risco a existência dos grupos subalternos, em especial dos povos originários: “Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar de territórios-mundo” (HAESBAERT, 2020, p.76).

No sistema de dominação masculina, o macho não percebe a mulher enquanto indivíduo sujeita de direitos, mas sim como um espaço a ser territorializado, e, enquanto ator desse processo a violenta, oprime, e modifica seu local na sociedade conforme as suas necessidades.

Espacialmente, é indubitável o confinamento (quando não enclausuramento) da mulher no seu próprio corpo (vide, em algumas culturas mais conservadoras, a interdição/invisibilização quase completa do corpo feminino) ou, o que é mais comum, no espaço doméstico “do lar” (HAESBAERT, 2020, p.79).

O confinamento dos corpos femininos ao território do lar, no espaço doméstico, faz parte de um processo de apagamento da figura feminina, aquele que não se apresenta à vida pública, tende a ser invisibilizado no processo social, fenômeno intensificado quando destinado às mulheres negras. Para Sueli Carneiro (2019, p.02), essas mulheres fazem parte de um grupo que não encontram destaque social, que se estende ao âmbito doméstico, diferente das brancas rotuladas como as rainhas do lar: “As mulheres negras fazem parte de um

contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (CARNEIRO, 2019, p.02).

O padrão de beleza dos corpos é uma ferramenta opressiva significativa na vida das mulheres. Ele interfere, modifica, e se adapta conforme as predileções da época, e, inegavelmente exclui e ataca diretamente a existência da mulher negra. Partindo de uma visão eurocêntrica de beleza, ainda hoje faz parte da vivência de muitas mulheres, mensurando o seu grau de respeitabilidade, sendo restrito, e, de muitas maneiras, inatingível em sua totalidade para mulheres não brancas. Como é o caso de Azaléa, mulher negra, que exerceu durante anos a profissão de professora em escolas da rede municipal e estadual de educação, sentindo o racismo e discriminação por sua aparência e traços negroides.

Quanto ao racismo foi peso, porque a questão do racismo institucional, eu sofri muito, pelo seu modo de vestir, pelo meu cabelo, entendeu. Com meu cabelo eu sofri muito, porque ele tinha que está alisado, alisado assim, impecável, impecável os 365 dias do ano, eu era escrava de salão de beleza, e quando a raiz estava crescendo sempre tinha alguém que aparecia e dizia uma coisa ou outra e isso não era fácil. E também a cor da pele, que tinha sempre uma piadinha aqui e ali (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

As humilhações e situações vexatórias vivenciadas por Azaléa, dentro do seu ambiente de trabalho, estão relacionadas a sua negritude, exemplos do que para Lélia Gonzales (1984, p. 234), ao refletir sobre o racismo e sexismo na cultura brasileira, define como xingamentos que se referem diretamente ao fato de ser mulher preta: “É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?)” (GONZALES, 1984, p. 234). Para a autora, muitas mulheres pretas são vítimas dessa ferramenta opressiva, e, envergonhadas, acabam buscando modificar seus corpos para atingir maior aceitação, por diversas razões, dentro de um sistema que foi feito para rejeita-las.

A não neutralidade no tratamento dos corpos, dentro dessa sistemática de dominação, quer dizer que, todo o contexto histórico cultural tende a influenciar a visão que se tem sobre o outro. Seja a visão do que é socialmente aceitável no padrão de beleza, transcendendo à esfera da competência e credibilidade profissional. É um tipo de olhar que tende a categorizar cada corpo dentro do sistema classificatório de certo grupo cultural. Todos os valores constituem o nosso olhar, ainda que não tenhamos consciência disso, partilhamos um olhar interseccionalizado no traspasso de percepções e discriminações, na forma como agimos, sentimos e também com somos tratados.

Ao tratar a relevância do corpo nas relações de poder, Michael Foucault (1984), defende que, ele só se torna útil conforme se apresenta enquanto corpo produtivo e corpo submisso: “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (FOUCAULT, 1984, p.25). A taxação dos corpos conforme a força que produzem ou o grau de submissão que se sujeitam, vem diretamente da força capitalista que rege nossa sociedade, essa tende a modificar a própria epistemologia desses, como se as composições para as suas formações estivessem imbricadas as relações de poder.

Ainda durante a entrevista, Azaléa relata, com muita dor, como a sua credibilidade e qualificação profissional enquanto educadora era constantemente desvalidada, se sentindo uma figura depreciada por todos, em especial colegas de trabalho:

Eu era professora de artes, então o que eu fazia nada era respeitado, imagina, era muito difícil você fazer se respeitar em um espaço de pessoas brancas, de escola eurocêntrica, onde trazer minha cultura para dentro daquela escola era a coisa mais absurda do mundo entendeu como é, a ponto de mandar tirar mascara da parede porque aquelas mascaras assustavam. Se era um grupo de dança tudo virava do candomblé, tudo virava de catimbó, se eu fizesse uma ciranda, até uma ciranda, parece que estava fazendo uma roda de ritual satânico, que eu trava trazendo o demônio, era muito difícil, muito difícil (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho 2021).

A visão depreciativa da existência da mulher negra, e invalidação de seus esforços, recai sobre a justificativa de que a ela cabe apenas o espaço de exploração, isto é, enquanto corpo submisso, culturalmente colocado com cunho de obrigação, tinham o valor e respeito inversamente proporcionais aos homens brancos que atuavam no mercado de trabalho, homens pretos, ou as próprias mulheres brancas escolhidas para gerar os filhos. Essas mesmas mulheres negras eram consideradas ideais para criar os filhos das mulheres brancas, e cuidar dos serviços domésticos dessa família, implementando assim, o modelo presente nos anos de escravidão, como as mucamas que foram presentes em muitos lares brasileiros.

Para Lélia Gonzales (1980, p.230), o engendramento da mulata e da doméstica se faz a partir da figura da mucama: “ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALES, 1980, p.230). As reflexões da autora Lélia Gonzales, nos fazem refletir qual o perfil da mulher ideal para se ter no lar, pura, virginal, tida como dócil, maternal, preferível para se estabelecer casamento e manter descendência. Essa mulher nada mais é que a mulher branca.

As mulheres brancas por mais que sofram sobre as pressões da dominação masculina, como visto no primeiro tópico, ainda é envolta em privilégios que a colocam em um lugar social não acessado por mulheres não brancas, como bem pontuou Gloria Anzaldúa (2000, p.229), os perigos enfrentados por mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenham muito em comum: “Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio” (ANZALDÚA, 2000, p.229). A inexistência de privilégios das mulheres não brancas, na América Latina, tem total relação com a colonização eurocêntrica desse território.

Patricia Hill Collins (2016, p.106), refletindo sobre os grupos dominados, no caso mulheres brancas e mulheres negras, diz que, tanto as ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar os grupos dominados como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana:

Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar o seu status prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata (COLLINS, 2016, p.106).

A não projeção de reflexo e identificação da humanidade dos corpos das mulheres negras e brancas as sujeitam a opressões intensas, mas de implicações diversas, visto que, todo o escárnio social direcionado as mulheres não brancas as tornam menos capazes de tirar vantagem daquelas estruturas culturalmente ou economicamente privilegiadas. Kimberle Crenshaw (2017, p.30), mapeando as margens da interseccionalidade, políticas de identidade e violências contra mulheres não brancas, pontua que essas estão diferentemente situadas nos mundos econômico, social e político: “Quando os esforços de reforma empreendidos em nome das mulheres negligenciam esse fato, as mulheres não-brancas têm menos probabilidade de ter suas necessidades atendidas do que as mulheres que são racialmente privilegiadas” (CRENSHAW, 2017, p.30).

A percepção que se tem é que, as redes de poder e dominação criaram territórios sociais distintos para cada uma das categorias de indivíduos, e, as distintas esferas de existência humana podem estar alocadas dentro de um mesmo espaço, mas possuem entes e grupos que vivenciam diferentes experiências, a grande semelhança que podemos identificar é que a única detentora de real dignidade e humanidade é a criada para abrigar o autor que

inicialmente territorializou aquele espaço, e seus semelhantes, que oprimem, objetificam, e desvalorizam todas as outras categorias subjacentes a esse processo, como destacam Brittan e Maynard (1984, p. 199): “a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido” (BRITTAN; MAYNARD, 1984, p.199).

Por essa razão, as mulheres marcadas pela negação da humanidade de seus corpos, tinham suas vivências encaradas como inúteis, por não representarem uma força de produção reconhecida pelo sistema paternalista eurocêntrico, não importando todo o esforço físico, intelectual e emocional que suas atividades exigiam, como no caso das mulheres ganhadeiras de rua. De acordo com Cecília Soares (1996, p. 57), era comum a presença tanto de mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir os seus sustentos e de seus filhos: “Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo” (SOARES, 1996, p. 62).

Como ganhadeiras, as mulheres desempenhavam atividades fora do âmbito doméstico, mas, em razão das longas horas de trabalho, a dupla jornada trabalhada, desproteção jurídica, baixa valorização, remuneração e reconhecimento de seus esforços, caíam na exploração de seus corpos e potencialidades. A depreciação da sua existência, e invalidação de suas atuações no campo profissional, recaí sobre a justificativa de que aquele espaço de exploração cabe a ela naturalmente, e que seus corpos foram feitos para suportar esforços extremos.

As atividades domésticas remuneradas ocupam uma condição de desprestígio na sociedade, e, a razão para tal percepção equivocada é justamente porque a sua origem é associada à figura feminina negra, escravizada. No Brasil, essas atividades, desde a colônia, em sua maioria, são desenvolvidas por um grupo de mulheres pobres e/ou negras, o que para Ângela Davis (2016, 24), ao analisar o espaço de trabalho ocupado na vida das mulheres negras, representa a reprodução de um padrão excludente que foi estabelecido nos primeiros anos de escravidão. Davis fala dos Estados Unidos da América, obviamente podemos usar pensadoras estadunidenses para ajudar a compreender o Brasil. Fato é que, suas reflexões acerca da temática, reforçam que essa dominação masculina é de classe média e branca, que impõe a racialização dos corpos em um contexto contínuo de exploração.

Violações físicas, psicológicas, morais, sexuais e sociais, assolam a vida das mulheres não brancas na América Latina, que tiveram seus corpos arbitrariamente territorializados pela

dominação eurocêntrica do macho, o levante a resistência dessa opressão torna o corpo como o primeiro território de luta.

Os corpos que foram escravizados, expropriados de sua memória, forma de vida e dignidade são os mesmos que atualmente continuam sendo alvo das mais variadas formas de representação da violência de Estado. Objetificados, desumanizados, infantilizados, docilizados, muitas são as expressões que denunciam o tratamento conferido aos que estão do lado de cá da linha abissal pelo projeto moderno colonial, cujo legado permanece submetendo os mesmos corpos a formas atualizadas de desrespeito (HOLLANDA, 2020 p.363).

Diante desta realidade, é preciso reconhecer que, as mulheres não brancas são as mais afetadas por toda essa sistemática, desprotegidas, não marcadas pelo privilégio branco, tendem a sofrer as violações e violências que assolam ao seu gênero ainda intensificadas devido ao ódio destinado à sua raça, desprezadas por quase todos os segmentos sociais.

É preciso reconhecer que a supremacia cultural masculina vem de um lugar europeu de colonização, que dirigiu o ódio a todos aqueles diferentes do homem branco – seus semelhantes, e das imposições que nasceram desse lugar social de dominação, como a homossexualidade compulsória, o heterossexismo, e a heteronormatividade.

No caso das mulheres lésbicas seus corpos são territórios de resistência e luta, cujas próprias existências já afrontam a opressão violenta, apagamento da questão identitária, e ódio empregado contra as suas figuras. O autor Cruz Hernández aponta que, o corpo feminino, e de outros grupos violentados, revela a concretude de inúmeras “outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc” (HERNÁNDEZ, 2007, p.43). Esses corpos são marcados, perseguidos, e violentados por perturbarem uma ordem que se constituiu de modo excludente em detrimento da própria subjetividade humana, apoderando-se do poder da representação, do poder simbólico e da própria cultura.

Na realização da pesquisa de campo, estavam entre as entrevistadas mulheres negras, brasileiras, de diferentes profissões e classes sociais, dos 40 anos aos 55 anos de idade, e, no decorrer das perguntas o tema “racismo” surgiu naturalmente diante a narração de histórias e vivências, como um aspecto intrínseco a elas. Quando perguntadas se além de ser mulher lésbica, se acreditavam que outros fatores influenciaram em situações de abjeção sofridas ao longo da vida, todas apontaram o racismo como principal fator, Margarida foi taxativa ao soltar em alto e bom tom um “Com toda certeza do mundo, o racismo!” (MARGARIDA, 2021).

O racismo foi sempre o mais difícil, eu sei que cada experiência é diferente, mas isso chegava antes que eu. Sou filha de pais pobres, sempre morei em periferia, sou professora pedagoga, mas a questão racial foi um marcador muito severo na minha vida, já sofri muito (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

Lírio relata ainda que, sempre teve uma preocupação especial com a questão da educação, e que buscou provar as pessoas ser o contrário do que esperavam para uma mulher negra, e que assim aconselhava seus sobrinhos, também negros, que já passaram por situações de discriminação racial: “digo que precisamos provar o contrário do que as pessoas pensam e esperam de nós, porque esperam que sejamos sem educação, conhecimento e marginalizados” (LÍRIO, 2021).

Se o acesso a uma educação plena de qualidade foi algo utilizado pelas redes de poder e dominação contra as mulheres brancas, submetidas aos ensinamentos de como se tornar uma boa esposa, a realidade para as mulheres negras e povos originários foi infinitamente mais difícil e desprivilegiada por inúmeros processos de sujeição de seus corpos e potencialidades a outros campos sociais.

Segundo Lauro Cornélio da Rocha (2005, p.202), na sociedade brasileira, desde o início da sua constituição, negros e indígenas foram marcados com o estigma de inferioridade, o que repercute a mais de 504 anos depois, na perpetuação da exclusão de melhores empregos, qualidade de vida, e do próprio processo educacional: “uma reflexão histórica nos permite afirmar que a ausência de políticas públicas que beneficiassem estes grupos étnicos foi fundamental para o processo de marginalização” (ROMÃO, 2005, p.202).

Na juventude, Azaléa se autodenomina como “rejeitadinha”, quando começou a namorar por se sentir dessa maneira com possíveis situações que envolviam parcerias românticas em potencial, e, também, por não ser aceita em espaços acessados por pessoas brancas na sua comunidade.

Eu vivia muito na minha, porque a rejeição e o silêncio de época era porque eu era negra, então assim, eu entendia e ficava na minha e não procurava também insistir em uma coisa que dependia do outro. Namorados eu acho que tive um e olhe lá, o único que eu tive e mesmo assim meu pai achou que estaria atrapalhando meus estudos. Eu achava que eu tinha essa história porque eu era rejeitadinha, ninguém paquerava, ninguém queria, entendeu como é. Era complicado, as minhas coleguinhas de rua quando faziam festa não me convidavam e eu não entendia, e quando minha irmã dizia “ela não está te chamando porque tu és negra, por isso que tu não vai”, e assim eram coisas que haviam muita rejeição por conta da raça (AZÁLEA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho 2021).

A solidão sentida por Azaléa, em sua juventude, não foi uma escolha de direção que partiu dela, essa dura realidade lhe foi imposta unicamente por ser uma menina negra inserida em uma comunidade que carrega consigo as marcas deixadas por toda construção racista e misógina de sociedade em que o contexto Latino Americano se aloca. Sendo assim, as experiências afetivas frustradas de Azaléa, ao nunca ser escolhida ou paquerada, não podem ser (des)corporificadas do contexto específico, no qual todas as relações de dominação e opressão criaram a estrutura de sua constituição.

É uma rejeição colocada em desfavor das mulheres negras por homens e mulheres brancas, mas também, por homens negros. Bell Hooks (2014, p. 82) diz que esse desejo por companheiras brancas é mais uma expressão do fato que o seu sucesso significa pouco: “se eles não puderem possuir também esse objeto humano que a cultura patriarcal branca oferece aos homens como recompensa suprema pelo êxito masculino” (HOOKS, 2014, p.82).

A trajetória pessoal de Azaléa mostra como marcadores sociais, em especial a raça, são delineadores importantes nas escolhas afetivas, passando por canalizadores anteriormente aqui discutidos, como o padrão de beleza eurocêntrico. Bell Hooks (2010) reflete ainda que muitos negros, e especialmente as mulheres negras, se acostumaram a não ser amados e a se proteger da dor que isso causa, talvez essa reflexão da autora possa nos dar uma dimensão dos motivos de Azaléa para entender as situações que a levaram a se enxergar como “rejeitadinha”.

Com base na teorização feita e no conjunto de experiências de abjeção das interlocutoras, constatamos que as mulheres não brancas correspondem a um grupo de pessoas brutalmente afetadas pelo processo de patriarcalização da indústria no território latino americano, bem como marcadas psicologicamente, sexualmente e fisicamente pela dominação masculina eurocêntrica.

Uma importante forma de combate à produção e reprodução de violências e violações contra as mulheres não brancas racializadas, se formula pela quebra do feminismo hegemônico, diante da necessidade do levante de uma análise interseccional, que, nem sempre é abraçada pelas teorias. Kimberlé Crenshaw (2002, p.174), refletindo sobre invisibilidade interseccional, diz que há diversas razões pelas quais as experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça, principalmente por frequentemente existir um grau de invisibilidade envolvendo as mulheres marginalizadas. Para a autora, a importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não

unicamente no valor das descrições precisas sobre as vivências das mulheres não brancas: “mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes” (CRENSHAW, 2002, p.177). Apenas depois da superação dessas limitações, e por meio de uma investigação detalhada das infinitas variáveis que compõe a subordinação das mulheres não brancas que se pode criar políticas públicas de intervenção e aparatos jurídicos que prezem pela real proteção atendendo as subjetividades de cada grupo.

2. “LÉSBICA É A PALAVRA MAIS BONITA QUE EXISTE”: MULHERES QUE AMAM MULHERES

No mundo sexualmente hierarquizado, as mulheres lésbicas vivem em um contexto sociocultural que despreza as suas existências, mediante constantes ataques a visibilidade, memória e questão identitária do grupo.

A dominação do poder paternalista, com todas as ferramentas arquitetadas pela supremacia cultural masculina, impusera o modelo aceitável de se exercer a sexualidade e vivenciar os afetos. Esses ensinamentos, projetados pelas superestruturas, produziram reflexos em todos os âmbitos, incluindo os espaços públicos institucionais, o que gerou uma séria complexidade no que tange a respeito do estabelecimento da cidadania desse segmento social.

Neste capítulo, com base nas produções teóricas, dialogaremos com os relatos colhidos nas entrevistas, observando a partir das vivências relatadas, de que maneiras vêm se constituindo a produção de visibilidade das mulheres lésbicas, e as estratégias traçadas por elas para enfrentar os entraves encontrados pelas abjeções de suas figuras, no reforço a edificação da questão identitária do grupo.

2.1 As Mulheres Lésbicas

A pulsão sexual é um aspecto natural da condição humana, enquanto que a sexualidade é construída socialmente de acordo com a cultura em que está inserida. Segundo Michel Bozon (2004, p.14), essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui para estruturar as relações culturais das quais depende, em uma troca mútua de incorporação e representação: “Assim, na maioria das sociedades, a sexualidade tem um papel importante não apenas na legitimação da ordem estabelecida entre os sexos, como também na representação da ordem das gerações” (BOZON, 2004, p.14).

Imerso em privações, e diligências que fazem referência aos ensinamentos glorificados no contexto latino-americano, a heterossexualidade foi estabelecida compulsoriamente, subalternizando, perseguindo e violentando aqueles que não se adequavam a esse modelo que é fruto direto da heteronormatividade. Para Richard Miskolci (2012), a heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo das relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto, pode ser expressa nos espaços institucionais, como a escola, nos meios

mediáticos na apresentação apenas de casais heterossexuais, o que relega à invisibilidade ao amor entre iguais, já a heteronormatividade: “é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio da violência física dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2012, p.43 - 44).

A hegemonia cultural é formada com base nos conceitos de heteronormatividade, e heterossexualidade compulsória, que partem da pressuposição de que todos os indivíduos devem ser heterossexuais. O heterossexismo foi construído e consolidado socialmente através de diversas injunções contínuas que reforçam a dominação masculina e a condição de subalternidade e violência simbólica aqueles que devem servi-la. Para Gayle Rubin (2012, p.16), esse tipo de poder vigente separou os atos sexuais aprovados, que no caso são aqueles que atendem as expectativas estimadas para cada um dos gêneros, dos atos desprezados: “todos os atos sexuais no lado ruim da linha são considerados completamente repulsivos e desprovidos de toda nuance emocional” (RUBIN, 2012, p.16).

Os atos considerados completamente repulsivos são aqueles demonizados na consolidação cultural no contexto do ocidente, que afrontavam o poder de dominação heteronormativo e heterossexista expresso nas superestruturas responsáveis pela edificação de nosso contexto cultural.

As superestruturas são as responsáveis pela manutenção das relações sociais existentes, quais sejam o Estado, a religião, o direito, as artes, meios midiáticos e de comunicação. Para Karl Marx (2008, p.47), a dinâmica das relações humanas no mundo físico era o que condicionava a produção de ideias, vinculando a ideologia às condições matérias de produção:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p.47).

A superestrutura se constitui da esfera ideológica, jurídico-política da consciência social que irá permear a manutenção de todas as relações estabelecidas dentro de um determinado contexto cultural.

Relacionando as concepções sobre as superestruturas de Karl Marx com as ideias defendidas por Gayle Rubin, sobre a separação dos atos sexuais aprovados e desprezados,

temos que a taxação desses atos como desprovidos de nuance emocional, faz parte da desumanização dos corpos envolvidos no amor entre iguais, na tentativa de criar uma clara diferença entre os entes que praticam os atos aceitáveis daqueles bestializados, condenados a depravação da alma, e expulsão social, pois são contrários a alimentação ideológica jurídico-política que é determinada pelas superestruturas. Ainda podemos revelar um paralelo existente dentro dessa complexidade, com relação àquelas que vivenciam a lesbianidade, por pertencerem a um gênero historicamente subalternizado.

Para Saffioti (2015), inseridos na sociedade de classe, homens e mulheres não se apropriam totalmente do valor do que produzem, mas ainda assim, mulheres ficam com uma parcela menor. Dessa maneira, existe um latente desprestígio de suas figuras dentro de um sistema que mensura o valor dos corpos conforme aquilo que possuem. Cabe então à análise de como as mulheres lésbicas lidam com essas superestruturas, com a produção social que determinou a consciência coletiva.

O processo de se perceber mulher lésbica foi completamente subjetivo e particular para cada uma das interlocutoras, em razão de fatores como classe social, faixa etária, raça, localidade, bem como o grau de receptividade daqueles que conviviam com as mesmas, dentro do núcleo familiar e social. Para compreendermos melhor o contexto social em que cada uma dessas mulheres se reconheceu enquanto lésbica, partiremos a um recorte geracional. No total temos três gerações de entrevistadas: Tulipa, de 71 anos de idade, nasceu no início da geração das nascidas de 1946 à 1964, assim como Girassol que tem 58 anos de idade nascendo ao final. Compondo a, das nascidas de 1965 à 1978, temos Azaléa com 55 anos de idade, e Orquídea de 45 anos. Por fim, das nascidas de 1978 em diante, como Lírio de 41 anos de idade, Margarida com 40 anos, e Rosa, a mais jovem entre as entrevistadas, de 35 anos.

Tulipa, Girassol e Azaléa, respectivamente, ordenadas de modo decrescente de acordo com a faixa-etária, um ponto determinante uniu os relatos desse grupo, o fato de, não saberem exatamente o que significava ser uma mulher lésbica no período e na idade que tinham quando perceberam o interesse afetivo e sexual por mulheres, revelando a falta de visibilidade que esse segmento social sofre.

Olha, foi logo cedo, só que não conseguia definir, até porque naquela época, na minha geração de 50, era tido como uma doença estava escrito nos livros, e isso de determinada forma me questionava, eu sentia, mas era uma coisa proibida, até o pensamento, e eu me questionava porque não me sentia doente, era sim complicado até conseguir mesmo entender e perceber que

esse universo era maior (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Trabalhamos conceitos que nos deram uma dimensão da história do amor entre iguais dentro do contexto cultural do ocidente cristão, em especial no território Latino Americano, com a condenação da sodomia para os homens, a imposição da castidade para as mulheres, e a importância de estabelecer casamento e gerar filhos, como ferramentas de controle e combate diante as perseguições feitas pela Igreja católica. Para Lenise Borges (2011, p.61), indubitavelmente, a transição da noção de pecado e crime para a de doença mental foi uma mudança significativa na forma de conceber as relações entre pessoas do mesmo gênero. O discurso médico, em especial no campo da psiquiatria, contribuíra significativamente para a subalternização das sexualidades desviantes da heteronormatividade, sujeitando esses grupos a um árduo caminho de luta até a derrubada dessas concepções.

Ao ser questionada se já se sentiu pressionada pela família, mercado de trabalho, ou outras instâncias sociais, a seguir uma orientação sexual diferente, e a esconder sua orientação sexual, Tulipa revela que sim, mas que sua mãe nunca tocou no assunto, sempre buscou desviar, e apontar para uma outra direção quando assuntos relacionados ao campo afetivo surgiam:

Olha, minha mãe nunca falou não, primeiro porque sou a primeira filha, ela arrumava uns namorados para mim, mas percebia que minha vida era mais os estudos, era música. Agora de pessoas da família sim, de primas, até porque elas casaram e tiveram não sei quantos filhos e para elas era importante essa questão porque para a mulher se sentir realizada tinha que ter filho, sabe? Casar, ter um marido, elas eram meninas do interior, e eu na realidade nunca pensei assim, mesmo quando morei no interior, tá entendendo? Acho que minha mãe não me cobrava porque, hoje eu creio, que ela não teria se casado se não fosse obrigada na época dela, que tinha que casar, era obrigada a casar. Depois dos meus 20 anos eu me desliguei dessas coisas, eu me desliguei completamente deles, só vinha para visitar ou algo assim (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Para Azaléa, o processo de se perceber mulher lésbica não foi algo que ela liga a sua infância ou adolescência, mas sim a um período em que já estava na universidade: “Na verdade eu vim me perceber quando eu já estava na universidade, para mim não foi coisa tão da infância ou de adolescente, me chamava sim atenção, mas eu não sabia o que era, o que significava” (AZALÉA, 2021).

A inexistência de debates sobre essas temáticas, principalmente nos anos em que nossas interlocutoras viveram suas juventudes e descobertas, colocou a figura da lésbica nas sobras, como uma realidade escondida e proibida, interferindo na questão identitária dessas

mulheres e no processo de autoconhecimento, como ferramentas tramadas pelo processo de invisibilização do qual as mulheres lésbicas são vítimas diariamente, em razão do seu gênero e orientação sexual. A misoginia busca o duplo enclausuramento, colocando-as restritas ao lar e presas em “armários”, enquadradas como personagens que não tem espaço e destaque social, fatores ainda potencializados quando analisados a partir de categorias de raça e classe. Os “armários”, para as pessoas não heteronormativas, assumem a dimensão simbólica do lugar social em que se escondem as sexualidades desviantes, como um espaço de proteção, diante das violentas repressões e penalidades que essas podem sofrer, mas, também é um espaço de enclausuramento de seus afetos e invisibilidade. Eve Sedgwick (2007, p.38), analisa o processo que é “sair do armário” para as pessoas que não seguem a heteronormatividade. Segundo a autora, em muitas relações assumir-se é uma questão de intuições ou convicções que se cristalizam, que já existiam contidas pelas forças de silencioso desprezo, chantagem, deslumbramento e cumplicidade: “Afinal, a posição daqueles que pensam que sabem algo sobre alguém que pode não sabê-lo é uma posição excitada de poder – seja que o que pensem que esse alguém não saiba que é homossexual, ou meramente que conheçam o suposto segredo desse alguém” (SEDGWICK, 2007, p. 38).

No curso, eu tinha uma amiga que na época ela era bem rejeitadinha no curso, havia um certo preconceito com ela, com essa menina, e ela era a figura que eu andava, que eu estava sempre, né, parece uma coisa né, ela com seus trejeitos e eu com a questão da minha negritude, então a gente estava no mesmo barco de “eles não te querem porque tu é lésbica e eles também não me querem porque eu sou negra”, então o peso do preconceito era as duas, então fomos amigas, na época andávamos muito juntas criávamos muitas situações e aí foi isso, bateu (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O poder paternalista se apresenta como um sistema ideológico que é caracterizado pela correlação das opressões de raça, classe, e gênero, como opressões que se entrecruzam. Para Saffioti (1998), funcionam: “como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI apud COSTA, 1998). Dessa maneira, segundo a autora, tais opressões influenciam-se de modo estrutural, interligadas, constituídas em um processo simultâneo de dominação. A união entre Azaléa, rejeitada por ser negra, e sua amiga, rejeitada por ser lésbica, as uniu pela dor dos processos discriminatórios nos quais passaram, e, com o tempo, o universo que permeava uma se apresentou para a outra.

Ao ser questionada se, sofrera alguma repressão familiar durante esse processo de se perceber mulher lésbica, Azaléa se mostrou desconfortável, por vezes tentando diminuir o

impacto das situações que ocorreram em sua família, revelou nunca ter chegado a falar abertamente sobre isso, em especial em sua juventude. A sua família ficou sabendo muitos anos depois através da imprensa, onde um irmão mostrou no jornal, uma matéria que a colocava como tal. Azaléa contou ainda, uma situação vivenciada com seu pai, mas fez questão de enfatizar que aquela não era uma situação de violência:

Eu fui criada de uma forma muito paternal, tinha aquela história do paternalismo, o pai que mandava, o sexismo era terrível, nem para mim, era normal, natural, ver minha mãe tirando até a bota do meu pai. O único momento que tive de impacto com ele, foi quando eu recusei de usar um vestido, que ele mandou fazer, eu já tinha dificuldade de estar naqueles babados, naquelas coisas, sabe, e quando ele insistia de comprar e eu fiquei naquela de não querer usar o vestido, e aí, eu nem tinha essa ideia de certeza que eu era o que era. Eu não conseguia me ver nessa condição de usar os vestidos que ele comprava, era tudo muito burguesinha, muito bonequinha, na verdade eu não gostava não, e ele rasgou tudo, tudo que eu tinha, ele foi bem radical (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho 2021).

O embate de Azaléa com seu pai pode ser interpretado como uma luta do poder paternalista, exercido por ele, pelo domínio do corpo-território de sua filha. Rasgar tudo o que ela tinha, inclusive suas peças de roupa, é um ato de violência na expressão de sua inconformidade com a resistência e enfrentamento de Azaléa em usar algo extremamente associado a ideia de feminilidade, um vestido. Naquele momento, ela tomou de volta para si algo que sempre a pertencera e fora empossado por ele, legitimado pela própria dinâmica familiar. O seu pai estava perdendo o território de controle, não controlando mais a filha. Azaléa não permitiu ser invadida por aquele vestido, assumindo a dimensão simbólica de uma bandeira não hasteada, simbolizando a derrota do pai.

Imagina aquele clima, mas acho que foi um dia de libertação, sabe. Foi um momento para mim também de libertação, de deixa eu usar o que eu quero usar, deixa eu comprar o que eu quero comprar, foi aí que entrou a minha necessidade de entrar no campo de trabalho e eu entrei, de vamos trabalhar, vamos estudar, porque era por aí mesmo, e eu fui para a luta, para conseguir o que eu quero, porque se não fosse assim ele não iria me dar, ele disse que não iria me dar mesmo nada... E aí segui, e fui seguindo... (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Mesmo ficando sem nenhum dos seus objetos pessoais, e, passando a ter uma convivência difícil em um ambiente ríspido a sua existência, Azaléa ofereceu certa relutância em falar como se sentia com o episódio relatado e o real impacto que esse teve em sua vida, além de não o reconhecer como um acontecimento violento.

A violência nem sempre é fácil de ser reconhecida. Em uma atitude até de proteger a família, a memória das relações afetivas, os indivíduos tem certas dificuldades de nomear situações como violentas, porque são violências simbólicas. Muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+ “colocam panos quentes” nas situações de violência ocorridas dentro da família, porque sentem que essa deve estar acima de qualquer sentimento pessoal. Existe toda uma construção, da ideia de gratidão, subalternização social de seus afetos, e de submissão de ser um bom filho e, assim, passar por cima de si mesmo.

Girassol também passou por dúvidas relacionadas a não entender o que significava ser uma mulher lésbica, que a fizeram ter medo dos desejos que sentia em especial por não poder revelá-los a mãe que era extremamente conservadora e religiosa.

Eu tive alguns namorados, mas eu tive essa percepção muito cedo, no ensino médio, quando reparei que é isso, eu quero ser isso, é isso que me atrai, meu corpo quer ficar com mulher, eu percebi muito cedo, mas tinha um grande entrave que era a minha mãe. Eu jamais poderia dizer isso para minha mãe, que era super conservadora pela questão religiosa, pelo jeito como me tratava, entendeu? Era hora para tudo, tinha que seguir um rito, então eu não coloquei isso para fora por medo dela. [...] e eu tinha uma amiga, irmã de uma amiga minha, e eu comecei a olhar para essa menina já assim com outros olhos interessada nela, e um belo dia ela me deu um abraço assim por trás e eu senti aquela coisa, aquela atração forte, e eu pensei “oxe, que coisa estranha!”, mas eu tive medo porque era na minha cidade, ela morava na esquina da minha casa, era mais nova dois anos, tudo isso na minha cabeça pesava, e aí eu me percebi nesse sentido de “meu Deus! eu acho que eu tô sentindo alguma coisa”, e a questão de você entender o que é ser uma mulher lésbica, eu sentia atração, mas via minha mãe falando que tinha na cidade muito pederasta. Minha mãe já botava preconceito, né? Mas ela só falava de homem, entendeu? De mulher não falava, a própria invisibilidade da questão dentro da família, era como se não existisse. Eu me culpava muito por aquele abraço, eu me perguntava a Deus, mas aquela amiga era maravilhosa. E um dia ela chegou pra mim lá em casa, no terraço que a gente conversava muito e minha mãe sempre observava, e ela disse assim “na minha escola pegaram duas meninas se beijando no banheiro e chamaram ela de sapatão”, e ela me deu um abraço bem forte desejoso, aí eu olhei para e disse “tu tá sentindo o que eu tô sentindo”, aí ela disse: “estou”, então eu disse: “nós somos sapatão”. O desejo era maior que o medo que eu sentia da minha mãe (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

O sentimento de culpa foi muito presente no processo de se reconhecer mulher lésbica por Girassol. Vivendo em segredo, jamais poderia compartilhar com as outras pessoas que não a menina da qual gostava, o que prejudicou sua saúde mental, chegando ao ponto de pensar em suicídio quando sua mãe deu sinais de que sabia o que estava acontecendo:

A gente começou a ficar, entendeu? e a minha mãe percebeu isso, não disse a mim, mas disse que não queria que minha amiga fosse mais lá em casa,

que ela não iria entrar [...] Eu fui e falei para ela “minha mãe, eu acho que sacou, e minha mãe disse que vai me deixar em Campina Grande até o final do ano” aí ela disse: “e o que é que a gente vai fazer?” Aí eu disse “eu acho que a gente deve morrer”, olha o caos que eu cheguei! a esse ponto, e ela disse “como assim?” e eu disse “a gente deve morrer porque a gente é sapatão, ninguém gosta de sapatão, você já ouviu alguém aqui falar em sapato na cidade?”, ela disse “não”, aí eu disse “você ouviu falar em João Pessoa, e o que foi que fizeram com as meninas? pegaram as duas meninas no banheiro e expulsaram da escola”. Eu fui para Campina Grande, né? E ela disse “tire isso da cabeça, a gente não vai fazer isso não, acho que isso vai passar, esse negócio que tem dentro da gente”, olha a ideia. A gente não entendia nem o que fazia na cama duas mulheres. A mãe invisibiliza, até porque é mais fácil invisibilizar uma mulher lésbica na família, é mais fácil quando ela não é ‘machuda’, quando ela não é uma ‘caminhoneira’, porque quando é não tem como deixar de ser visível, né? (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

É um relato forte sobre o grau de abjeção que gira em torno da existência lésbica, e, também de sua não existência. Girassol, mesmo sem entender completamente o que significava ser uma mulher que ama outra mulher, já entendia que era algo negativo, ruim e errado, que as pessoas não gostavam. Uma ideia preconcebida presente no espaço social que chegou para ela antes mesmo do entendimento completo do que se tratava aquele ser misterioso relegado às sombras. Fernando Teixeira (2012, p.21), em pesquisa com jovens que vivenciavam uma orientação sexual diferente da heterossexualidade, na fase de infância e adolescência, constatou que existia um sentimento de diferença ainda que não tivessem noção dos significados das palavras hetero, homo ou bissexualidade: “sentem que não são como os outros, e, invariavelmente, percebem que isso não é bom” (TEIXEIRA et. al., 2012, p.21). Girassol, percebendo-se desprezível ao sistema social, não lhe restaria outra opção a não ser tirar a própria vida, deixando de existir por completo, em razão das sensações negativas que sentia sobre si mesma, em uma fase da vida de amadurecimento e edificação de sua personalidade, sem as informações e amparo necessários para lidar com aquilo que sentia.

Ser uma mulher lésbica é contrariar as atribuições esperadas e naturalizadas da feminilidade no espaço social construído a partir da territorialização do homem. Para Gilberta Soares (2016, p.43), a ideia de identidade feminina compartilhada por todas as mulheres cria uma padronização do gênero na sua correspondência com o sexo, sem apreender as diferentes variações de gênero e sexo: “A padronização induz à existência de modelos que penalizam as mulheres que quebram com estes, como é o caso de mulheres masculinas, de lésbicas e lésbicas masculinas” (SOARES, 2016, p.43).

Azaléa namorou muitos anos com uma mulher lésbica masculinizada, e, relatou as dificuldades enfrentadas por ela, chegando a situações de violência, ao frequentarem espaços

públicos institucionais: “ela era bem masculinizada, uma figura só de você olhar já sabe, já dizia o que era, e ela sofreu muito pelo jeito dela, e olha que chegou a casar com homem no passado, ter filha, mas aconteciam muitas situações de preconceito” (AZALÉA, 2021).

A construção da categoria social da mulher é edificada com base em uma série de artifícios e comportamentos que implicam na feminilidade, a construção da identidade feminina também se faz arbitrariamente e advém da dominação masculina heteronormativa.

Pensar em mulheres masculinas não implica necessariamente aplicar uma inversão de papéis genéricos; significa uma nova volta ao parafuso: estabelecer modos alternativos de masculinidade que não estejam necessariamente inscritos em um corpo social e biológico de homem ou, do outro lado, modos de ser mulher que não correspondem àqueles estipulados como papéis femininos (LACOMBE, 2005, p.41).

A existência das mulheres lésbicas, principalmente das lésbicas que vivem contrárias a ideia de feminilidade, sofre duras ameaças por seguirem um curso diferente das expectativas criadas para o seu gênero, implicando penalidades ainda mais graves quando assumem expressões da categoria social do homem, enquanto mulheres lésbicas masculinas.

De todas as interlocutórias, Lírío foi a única que encontrou receptividade e apoio de parte da família quando passou pelo processo de se perceber mulher lésbica aos 35 anos de idade. Na época vivia uma relação heterossexual com um homem há mais de 10 anos, com quem revelou ter estabelecido um compromisso pessoal de que, se sentisse desejos, a qualquer momento, por outra pessoa, romperia com ele com honestidade e sem traições. E assim o fez, quando começou a se sentir atraída por uma amiga que conhecia há mais de 15 anos, logo após a amiga revelar ter tido um sonho erótico com Lírío, que não conseguiu retirá-la da cabeça até que pudessem concretizar a paixão que as rodeava.

Esse foi um período da minha vida em que eu considero que eu estava emocionalmente muito embasada, socialmente também muito embasada porque eu já tinha minha autonomia, já vinha passando por um processo de Terapias Integrativas muito intensos, de autoconhecimento, autoencontro, por cerca de dois anos eu vinha com esses inúmeros processos terapêuticos e eu hoje consigo entender que essas terapias também de certa forma abriram minha mente, as portas, para que eu pudesse passar por esse momento de autoaceitação com mais tranquilidade. Então dali para frente nós fizemos todo o processo de separação, para mim foi tranquilo porque eu estava vivendo ali uma paixão, então muito motivada por sentimentos, mas foi ao mesmo tempo difícil porque como eu estou dizendo era um casamento perfeito que nós não tínhamos motivo algum para separar, né? Como geralmente a gente busca para terminar um casamento, mas para mim eu estava apaixonada por outra pessoa e isso me bastava (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

O fato de estar vivendo um bom momento pessoal, de boa relação com diversas áreas da sua vida, principalmente com a sua saúde mental, e, por pertencer a geração das nascidas de 1978 em diante, período com maiores avanços no campo das humanidades, bem como da organização de movimento de luta e resistência de diversos grupos socialmente vulneráveis, inclusive das mulheres lésbicas, tornou a experiência de Lírio diferente das de Tulipa, Azaléa e Girassol.

Dentro de sua família de primeiro grau, Lírio encontrou apoio, principalmente da mãe. As dificuldades enfrentadas foram com o círculo social que a conheciam da época em que era casada com um homem heterossexual cisgênero e de parentes mais distantes:

Já com relação aos amigos e amigas, como eu disse, eu era de um círculo e de um meio de pessoas muito ligadas à religião e outras pessoas também muito ligadas a tradições fundamentalistas de casamento heteronormativo patriarcal, então a princípio quando eu penso em “você perdeu” é porque na verdade você não tinha, né? Porque quem é amigo mesmo não se desfaz da amizade por essas questões, mas muitas pessoas se afastaram. Na semana que eu ia me separar aconteceu algo muito doloroso para mim porque nós temos um casal de amigos muito próximo de nós e ela estava grávida, e era certeza que eles iam me chamar para ser madrinha e meu ex seria o padrinho, eu me lembro que era justamente essa semana que eles iam fazer o convite, e por causa dessa desse processo de separação eles não me chamaram. Isso foi o reflexo do afastamento de várias outras pessoas que não estavam perto de mim pelo que eu era, mas sim pelo o que talvez socialmente eu representava pela condição de mulher casada (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

O status social de ser uma mulher casada, dentro do nosso contexto cultural, parte de toda a historicidade debatida nos tópicos iniciais da presente pesquisa. É a herança direta de um modelo paternalista de sociedade que categorizou o lugar social da mulher conforme as relações estabelecidas em matrimônio. No caso de Lírio, houve uma ruptura drástica e uma mudança radical de paradigma em suas relações, ao sair daquele casamento que na óptica social era perfeitamente pensado para o seu gênero, para se afirmar socialmente como uma mulher lésbica.

Ao mesmo tempo muitos parentes também passaram a se afastar, porque começaram a ver, no meu caso eu estava entrando em uma vida que não era uma vida para se esconder, porque eu já estava no casulo a muito tempo e naquele momento eu precisava realmente era ser vista, e, não ser vista pelos outros, mas que eu me sentisse vista. Então, pra mim, quanto toca nessas questões é muito, porque eu diria que perdi muitas pessoas vivas (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

A postura da mãe de Lírio, em apoiá-la no seu processo de se perceber e afirmar socialmente como mulher lésbica é um ato que chama atenção, mediante diversos outros relatos, inclusive das nossas interlocutoras, que não encontraram o mesmo apoio de suas mães. Lírio revela ainda a inconformidade dos parentes que a rejeitaram com a postura de sua mãe: “[...] pressionaram e questionaram minha mãe, de como que pode ela me aceitar sendo tão religiosa, são comentários que tentam fazer uma pressão, para que quem aceita passe a não aceitar, quem respeita passe a não respeitar, passei e passo por isso” (LÍRIO, 2021).

A revolta dos parentes em, não apenas rechaçarem Lírio em razão da sua orientação sexual, mas também buscarem convencer sua mãe a rejeitá-la, expressa uma postura dogmática dos entes que reproduzem discursos excludentes na defesa de uma consciência social heteronormativa. Esses entes agem em nome das superestruturas, muitas vezes apropriados de discursos de ódio, apoiados em uma visão proselitista, esforçando-se continuamente para converter e convencer que, a realidade e a verdade vivenciada pelo outro é errada, pecaminosa, beirando a depravação moral.

Rosa, Orquídea e Margarida também vivenciaram uma realidade diferente da de Lírio, em relação ao apoio familiar, especialmente com a reação de não acolhimento de suas mães.

Sempre senti atração, só não entendia o porquê, e minha mãe sempre me preservou de brincar com as meninas porque eu era muito danada, não deixava. Me casei aos 12 anos né? Com um homem, foi meu primeiro casamento e me separei os 14. E dos 14 anos aos 15 eu me relacionei com a primeira menina, tive um relacionamento de um ano e foi quando minha mãe descobriu e quase me mata, foi um medo muito grande, chegou a agressões físicas mesmo, levei uma surra grande. Eu me casei novamente com um homem com 16 anos, e com ele passei 17 anos casada, me separei porque ele me ‘dava’ muitas mulheres e homens, me ‘dava’ muito tudo, mas acertou só em uma (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho 2021).

Ao serem questionadas se já se sentiram pressionadas pela família, mercado de trabalho ou outras instâncias sociais a seguirem uma orientação sexual diferente ou escondê-la, Orquídea, Rosa e Margarida, revelaram que essa pressão veio, taxativamente, por parte da família, e, novamente, a figura de suas mães apareceu como uma das principais autoras dessa repressão. Afirma Sandra Marcelino (2016, p.121), que as mães apresentam, com frequência, maior dificuldade de aceitar a lesbianidade das filhas: “O processo de aceitação é, em geral, muito lento e implica várias perdas dentro de casa como, por exemplo, a liberdade, a confiança e afetividade” (MARCELINO, 2016, p.121).

Margarida relatou a dificuldade de sua mãe em aceitá-la enquanto mulher lésbica: “a reação da minha família foi violenta, minha mãe ficou muito transtornada, meu pai sempre foi

muito na dele e assim permaneceu, mas a minha mãe teve uma reação muito violenta de verdade” (MARGARIDA, 2021). A reação violenta das mães parte da reprodução de ensinamentos machistas e misóginos que se configuram como uma questão institucional e estrutural no Brasil. Essas mulheres também foram ensinadas, desde a infância, a vivenciar o gênero que fazem parte, cumprindo e desempenhando papéis sociais, como: a criação dos filhos. E, o resultado que provém dessa é vista como reflexo da sua função de maternagem. A inconformidade e violência partem desse lugar de reprodução do machismo, bem como perpetuação dos ensinamentos pregados pela heteronormatividade.

[...] Só teve duas pessoas na cidade inteira que falou comigo, minha família me virou as costas e me pediram pra fazer um retiro, que eu tinha que me curar que isso era uma doença, e eu dizia que não, não era uma doença que eu tenha que ser curada, eu nasci assim, eu era assim, ninguém que nunca aceitou como eu sou e do que eu gostava, como eu ia opinar se eu levei uma surra e quase morro nos meus 15 anos? Eu deixei de ir na casa das minhas tias, da minha avó que me criou que era a minha mãe (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Para Orquídea, o processo de se perceber enquanto mulher lésbica veio como uma resposta para questões antigas de sua existência, na vida adulta, no ano de 2015 após seu divórcio. As reflexões geradas pelo despertar do amor por alguém do mesmo gênero foram de extrema importância para o seu empoderamento, crescimento, e autoafirmação como mulher lésbica:

Eu me senti preenchida. Me sentia diferente, que faltava algo em mim, não sabia o que era e a princípio quando eu me descobri gostando de uma pessoa do mesmo sexo é como se eu começasse a enxergar como eu realmente sou. Consegui ser mais forte, mais determinada, coisa que eu era muito tímida muito envergonhada não gostava de ser notada, não me determinava nas minhas opiniões. A princípio foi um susto assim né, você se ver gostando de uma pessoa do mesmo sexo na mesma hora quando você vem de um meio católico vem “mas isso é pecado, isso não pode”, mas aí a sua mente se abre e você pensa “espera aí, isso foi o que me disseram, o que não pode? Eu não posso ser feliz? Eu não posso ser eu mesma?” (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Ao revelar como se sentiu diante o processo de se perceber mulher lésbica, Orquídea contraria o estigma social que, se encontrar dentro de uma sexualidade desviante da heteronormatividade significa uma condenação às dificuldades e infelicidade, devido aos confrontos, preconceitos, e perseguições que as mulheres lésbicas vivenciam em uma sociedade pensada para a expulsão e abnegação de suas existências. Para Stéphanie Arc (2009, p. 122-123), se perceber mulher lésbica pode ser uma fonte de satisfação:

“compreender quem somos realmente e porque não éramos plenamente felizes antes, ter a coragem de dizer isso, de fazer as escolhas necessárias, saber que estamos no caminho certo” (ARC, 2009, p. 122, 123).

Mesmo se sentindo preenchida e feliz ao se perceber mulher lésbica, Orquídea enfrentou questões emocionais ligadas a rejeição familiar, principalmente de sua mãe:

[...] minha mãe não aceitou, falava “como pode? tantos anos casada e agora você assim? toda errada”, então a família rejeitou um pouco, minha mãe ficou sem falar comigo [...] chegou o momento onde fiquei sozinha no mundo. E eu era muito ligada a minha mãe, mesmo quando eu era casada, já tinha uma certa idade, mas eu nunca fui dona de casa de fazer comida, sempre morei com ela então ela era quem cuidava da comida das crianças e eu era quem mais trabalhava, sempre trabalhei de domingo à domingo, então eu era quem provia mesmo a casa financeiramente porque o meu esposo, na época, não era uma pessoa de trabalhar para colocar dinheiro dentro de casa, então eu era como dizem ‘o homem da casa’. Eu me separei, tirei meu esposo de dentro de casa, e na época que ficou eu e os meninos, e aí chegou a ela essa bomba, né? Para ela foi uma bomba, ela foi embora. Na época foi o meu ex-esposo que ficou me perseguindo, até descobrir que eu estava me envolvendo com uma garota, ele contou para minha mãe e ela me chamou, perguntou se era verdade, e eu disse que sim, que estava gostando de uma menina e que estava muito bem. Na hora ela ficou horrorizada, disse que eu era doida, que estava errado, que não era certo, aí eu falei para ela que eu já tinha certeza, na época eu procurei o Espaço LGBT, conversei com o psicólogo de lá, até na questão de como eu deveria passar para minha filha que tinha 9 anos, como fazer ela entender a separação, porque foi coisa muito rápida, e de certa forma foi algo que me deu força para sair de um relacionamento abusivo e violento. Então assim me deu força nessa situação de eu me descobri, e poder sair desse relacionamento. Me assumi para meu pai e ele me aceitou de boa, mas a minha mãe foi muito difícil, muito difícil mesmo ela aceitar. Mesmo na família a gente já tendo uma pessoa. Que no caso é irmã dela, que minha tia é uma pessoa que é lésbica, né? Já há mais de 40 anos que ela vive com outra mulher, adotaram uma criança e mesmo tendo ela na família a minha mãe não entendeu e não aceitou na época (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Com base nos relatos obtidos com nossas interlocutoras, e em todo o processo histórico social que pregou a heterossexualidade compulsória, as reações negativas das famílias, em especial das figuras maternas, com aquelas que passaram a vivenciar a lesbianidade, nos remete a uma complexidade ligada a função de maternagem. Se a função de ser mãe é conclusa quando ela cria um adulto completo, como apresentado nos tópicos iniciais da presente pesquisa, mães de mulheres lésbicas sentem na orientação sexual de suas filhas um reflexo do próprio fracasso nesse processo de formar socialmente uma outra mulher que perpetue e siga as expectativas criadas para o seu gênero. Talvez nasça desse lugar a explicação para tais rejeições.

Outro importante fator que contribuiu para a visão cultural centralizada no macho no desprezo às mulheres lésbicas é a objetificação da figura feminina. Essa objetificação a colocou em um espaço de pouco, ou nenhum, prestígio em relação ao lugar social do homem, o que definiu a dominação desse poder na territorialidade de seus corpos e na desumanização dos seus afetos.

Família não aceitou e é onde a gente mais enfrenta o preconceito eu falo para as pessoas esse jeito preconceito maior que a gente enfrenta não é na rua, das pessoas que a gente não conhece, mas sim de casa, das pessoas que te conhece, conhece do seu caráter, sua personalidade, entendeu? Vi esse preconceito de julgar, de piadinhas preconceituosas, de olhar julgador, então o maior preconceito vem daí, de não te aceitar, sabe? De olhar para você com nojo, com repudio, de só pensar na pessoa, na lésbica, de olhar com um certo nojo. Na mente deles só pensam no ato sexual de duas pessoas do mesmo sexo, esquecem que não é só isso o que move um relacionamento com o sentimento de uma pessoa pela outra, e sim o companheirismo, a compreensão, carinho, a amizade tem tudo isso, mas eles nos julgam mais por esse lado (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

A própria designação de um objeto para nomear as mulheres lésbicas, o “sapatão”, faz parte de uma tentativa simbólica de negação do seu caráter humano, criada pelo sistema heterossexista, utilizando-se do geossímbolo da linguagem para tentar desqualificá-la. O movimento de resistência foi se apoderando e modificando a conotação dessa designação, como veremos no próximo tópico.

Como resistência, o próprio amor entre duas mulheres representa a quebra radical da hegemonia no mundo sexualmente hierarquizado. Essa mulher não está sujeita a clausura doméstica, tampouco a função de esposa do marido, incubadora dos filhos, a quem ela deveria servir. As mulheres lésbicas vão contra as principais expectativas construídas para o seu gênero.

Estas são as atribuições esperadas e naturalizadas da feminilidade neste espaço; afirmar que “elas são, antes de mais nada, mulheres” significa naturalizar as funções sociais de mães, esposas, assim como o trabalho doméstico. Esta feminilidade é apresentada dentro de um campo hegemônico de heterossexualidade compulsória, o que significa dizer um regime político em que a heterossexualidade aparece como uma norma sociocultural naturalizada; em que a orientação sexual heterossexual, o casamento, a constituição da família nos moldes heterossexuais e o trabalho doméstico não remunerado aparecem como condições “essenciais” das mulheres, e não construtos histórico-culturais (PEREIRA, 2015, p.154).

É subversivo ao macho reconhecer que mulheres, seres pensados para serem seus objetos de dominância, possuem desejos e pulsões contrárias as expectativas tramadas ao seu

aprisionamento pelo heterossexismo, ainda é mais forte quando essas reproduzem elementos atribuídos à virilidade masculina sem se aterem a necessidade de assumirem genericamente o campo social deles.

Rosa, Orquídea e Margarida, antes de passarem pelo processo de afirmarem-se socialmente como mulheres lésbicas, viveram relações com homens heterossexuais cisgêneros. Girassol também viveu uma relação, com um homem bissexual, não assumido socialmente, que tinha conhecimento de que ela era lésbica e que assim se definia desde a sua juventude. Essas são mulheres lésbicas que se relacionaram, em dado momento, com homens, e, ainda assim, não se afirmam como bissexuais. Todas mostraram ser completamente bem resolvidas com a forma que se definem e positavam socialmente, mas, em razão disso, já passaram por situações onde desmereceram ou desacreditaram da sua lesbianidade.

Margarida conta que já passou por situações em que a colocaram como exemplo de uma mulher bissexual: “porque eu tinha me envolvido com homem antes de me declarar e me encontrar lésbica” (MARGARIDA, 2021). Girassol revela que esse é um ponto sensível em sua vivência, sempre se revolta quando a rotulam de tal maneira, em especial quando usam os filhos como pretexto para justificar: “chegou ao ponto de dizerem que eu era bi porque eu tive dois filhos, e eu digo: como é? Bi? Sou não, querida, eu sou lésbica! Sou é sapatão!” (GIRASSOL, 2021). Segundo Stéphanie Arc (2009), a ocorrência de muitas mulheres lésbicas terem passado por relações heterossexuais pode ser explicada porque, nas sociedades modernas, tudo está condicionada à heterossexualidade, sendo essa a via mais acessível possível, como uma etapa sistemática da vida dessas mulheres, através de todo o condicionamento direcionado ao seu gênero desde a infância. Seguindo essa linha de pensamento, percebemos como as redes de poder, e suas predileções, estão presentes em todas as searas das nossas vidas, inclusive no campo afetivo e sexual.

As realidades dessas quatro mulheres, Margarida, Rosa, Orquídea, e Girassol, foram cruzadas por outro fator determinante: a violência contra a mulher. Todas viveram relações abusivas, seja de forma física, moral, patrimonial, psicológica e sexual. A reação dos ex-companheiros, ao descobrirem a lesbianidade delas, foi bastante violenta diante a inconformidade de perderem suas esposas, objetos de sua dominância.

Rosa casou-se cedo, aos 12 anos de idade com um homem heterossexual, mesmo revelando que sempre sentiu atração por mulheres, foi impedida de explorar esses desejos pela família, após seu primeiro divórcio viveu um relacionamento de um ano com outra menina, mas foi espancada pela mãe. Com 16 anos casou novamente com outro homem,

vivendo 17 anos casada em uma relação psicologicamente abusiva, sofrendo constantemente com ameaças do marido que sempre desconfiava da sua fidelidade:

Eu falava para ele “eu não tenho ninguém, eu não quero ninguém”, mas você tá me sufocando muito, e foi quando ele começou as ameaças comigo e é difícil você dormir três dias por semana, né? Ele ficou em ameaça constante, ele bebia 4 dias e às vezes estava no mar, mas quando ele estava em casa que eu não dormia, porque eu sei o que ele era capaz de fazer comigo, ele sempre dizia “cuidado que você pode dormir e pode não acordar”. Muitas vezes eu ia dormir e no cochilo eu acordava porque escutava ele amolando faca na porta, né, já cheguei a arrumar a cama e achar uma faquinha debaixo do travesseiro, uma foice no pé da do fogão, um facão debaixo da cama, e isso tudo foi me amedrontando até chegar no ponto de separação e ele ver que realmente ia me perder e ele disse “se você me deixar, eu me mato”, aí eu pensei que a família sempre foi contra mim, eu levava culpa por tudo, se essa peste se matar vai ficar nas minas costas, então eu recuei, sabe? Eu recuei (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Rosa conta que sua família tinha conhecimento das violências que enfrentava dentro de casa, ainda assim a aconselhavam a continuar com o casamento, a “aguentar um pouco mais”, porque essa era a sua obrigação enquanto esposa e mãe, não tendo nenhuma rede de apoio, continuou naquela relação, prejudicando ainda mais a sua saúde mental.

Como eu já tive depressão, eu tive recaída nessa época, né? Então meu refúgio era uma vizinha que eu tinha e a gente fazia caminhada, e ele não gostava dela, suspeitava da gente, sempre me vigiando, até que teve um dia que ele não aguentou mais, eu não tinha mais nada com ele, eu só limpava a casa, fazia almoço, lavava roupa, tudo que era pra uma dona de casa fazer. eu fazia que era pra ninguém falar [...] Eu chamei ele e disse “olha, realmente eu quero me separar”. Aí ele disse: “eu não quero, não admito porque você tá me deixando pra ficar com outra pessoa”. Então eu disse a ele que não estava deixando ele por ninguém, que ele estava sendo traído pelo próprio pensamento: “São 17 anos, eu tive quatro filhos e se eu perguntar se você sabe a data que algum nasceu, você não vai saber. Se eu lhe perguntar com quantos meses ele andou, qual a palavra que ele falou primeiro, quantas noites cada um passou doente, você não vai saber ou quantos anos tem, você não sabe porque você nunca participou, de nada, tu disse que eu fui ruim para tu, mas eu passei 17 anos trabalhando dentro de casa e o teu dinheiro era só para beber e tua moto”. Porque sempre foi assim, eu sempre criei meu filho pedindo nas portas [...] e aí eu disse que ele podia se matar que eu não queria ele e foi quando ele começou a quebrar tudo dentro de casa, deu chute e murro na cama, no guarda-roupa, na parede, gritando que ia se matar, eu pensei que ele ia me quebrar, ele disse que ia me matar, matar os meninos, e depois ia se matar, e eu disse “pronto, você pode fazer porque não vou viver mais nesse inferno”, mas ao mesmo tempo eu pensava nos meus filhos. Você criar 17 anos pra vir um nojento tirar a vida deles, então eu disse a ele que ia ficar tudo bem, que ele tivesse calma, mas na minha mente eu pensava assim “vou esperar ele ir no mar e vou fugir, vou na delegacia, no conselho tutelar”. E nesse meio tempo eu já vinha conhecendo uma menina, mas não

tinha nada, era só uma amizade foda mesmo, eu falava tudo pra ela (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

A família de Rosa não a apoiava em sua decisão de pedir o divórcio de seu marido, mesmo sabendo o terror psicológico mediante constantes ameaças em que ela vivia, o que por muito tempo fez com que ela pensasse que aquela era a vida que merecia, passando por cima de seus desejos, completamente submissa. Para Maria Amélia Teles e Monica de Melo (2002), a violência de gênero representa uma relação de poder e de dominação do homem e de submissão da mulher, o que demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos. Não é a natureza, a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres: “Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres” (MELO; TELES, 2003, p.18).

E aí um dia de manhã eu fui e fiz o que eu tinha pensado, ele olhou pra mim e disse que estava indo para o mar, e aí só foi a demora dele ir para lá, ele saiu para o mar, eu peguei minha filha, fugi, e passei na delegacia. Os policiais disseram que não podiam fazer nada sobre isso porque não era uma delegacia de mulher. Sendo que hoje eu entendo que eles tem que dar o suporte, né? Perguntei como é que faz, se acontecer algo comigo e contra meus filhos, e ele disse: “sobre seus filhos a gente faz, mas sobre você quem tem que correr em cima é a delegacia da mulher”. Eu sai horrorizada da delegacia, fui direta para o Conselho Tutelar e entrei em contato com minha irmã desesperada, pedindo socorro. Minha última voz dentro da família foi falar com minha tia, e ela disse “tente, tente mais uma vez”, e eu disse: “você não tá entendendo, eu tô aqui pedindo socorro, vocês que não estão escutando, eu tô sendo ameaçada e vocês não estão nem aí. Então quer dizer eu não sou nada de vocês, por tudo que vocês tão sabendo que eu tô passando, que eu venho de casa em casa todos os dias falar com vocês aterrorizada e você vem me dar esse conselho?” [...] Quando cheguei lá não tinha nada, nada registrado, nem a data que cheguei na delegacia [...] ainda ouvi do delegado “ah, você é o caso da mulher que abandonou os filhos e saiu de casa, né?” e eu disse “não, eu sou o caso que fugiu de casa porque não aguentava mais viver com ameaça” e aí ele disse “eu já conversei com ele aqui”. Eu pedi minha medida protetiva, porque enquanto eu tava em João Pessoa, ele tava me ameaçando, ele mandava dizer que se eu aparecesse ia estourar a minha cabeça, que ele tinha um 38 e ia estourar todas as balas e onde ele me visse ia mandar matar [...] eu tinha que visitar meus filhos, aí foi quando a gente correu por todas as delegacias de João Pessoa e consegui fazer minha medida protetiva contra ele. Aí foi quando eu comecei a me relacionar com uma mulher, depois lá dos 15 anos ela foi a segunda mulher que me relacionei (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

O despreparo dos policiais em não atenderem as demandas de uma vítima de violência e o julgamento descabido do delegado diante as insinuações feitas, nos remete ao fato que a violência contra a mulher é um problema estrutural e institucional no Brasil. Para a família de Rosa, era mais fácil aceitar que ela vivesse infeliz, violentada, com sua vida sob constantes ameaças dentro de uma relação abusiva, com um homem que se omitia das responsabilidades e criação dos filhos, do que a aceitarem e apoiarem a sua decisão de divórcio, vivendo uma relação com outra mulher que a fazia feliz: “Eu vivia uma doutrina de casa, igreja, igreja, casa, era a Amélia, Amélia da vida. E eu achei realmente pelo povo todo saber o que eu passava que eles iam me apoiar, mas ninguém me apoiou” (ROSA, 2021).

O nível de tolerância social a aceitar comportamentos de amor, cuidados, e afeto direcionados a figura feminina é expressamente reduzido em nossa sociedade, o que nos remete a escolha da família de Rosa em se opor à sua relação com outra mulher que a enxergava como ser humano, protegia, e a amava, mas aceitando e impondo que ela continuasse em uma relação heterossexual doente e violenta. Para Gilberta Soares, no heterossexismo os códigos da heteronormatividade são fatores que inibem a manifestação do gostar e do desejo por mulheres: “levando a reproduzir o comportamento dominante de acordo com a norma desde a infância, fase em que as crianças são iniciadas e ‘treinadas’ nos códigos da heteronormatividade” (SOARES, 2016, p.108,). Nos códigos da heteronormatividade, as mulheres são colocadas dentro do rol de corpos passíveis de exploração, com base na visão do homem europeu. Essa dominação se constituiria de forma natural dada a subalternidade histórica do papel social feminino. Com base nisso, meninos são treinados desde a infância a ocuparem um lugar de controle, assim como, meninas passam por processos de naturalização desses comportamentos e adequação a subalternidade, a aceitar o modelo ideal de feminilidade e papel destinado ao seu gênero como vocação.

Junto ao processo pessoal de se perceber mulher lésbica e assim afirmar-se socialmente, Orquídea sofreu perseguições do ex-marido que não aceitava a sua decisão de deixá-lo para viver aquilo que realmente queria. Inconformado, procurou a mãe de ex-mulher para revelar a orientação sexual dela, como se estivesse expondo um pecado, o que estremeceu a relação entre elas. Além disso, fazia frequentemente aparições no local de trabalho, tentando confrontá-la e constrangê-la, Orquídea precisou procurar ajuda e amparo legal para se proteger.

Eu procurei no Espaço LGBT contra o meu ex-esposo, que ele é bem homofóbico e ele chegou a me ameaçar, dizer coisas terríveis no meu antigo trabalho, então cheguei a procurar lá, falar com advogada por conta disso, da

forma que ele me abordou, da forma pejorativa que ele se referiu a mim (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

A própria construção da nossa sociedade deu ao ex-marido de Orquídea legitimidade para agir de modo intimidatório diante a sua negação de continuar o casamento, e, sobretudo, de escolher vivenciar sua vida amorosa com outra mulher. Para Heleieth Saffioti (2001) esses homens agem no exercício da função patriarcal: “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001).

No caso de Margarida, a expressão da violência do seu ex-marido ao descobrir que ela estava se envolvendo com uma mulher veio na forma de uma tentativa de estupro corretivo. O estupro corretivo é relacionado a inconformidade do abusador com o exercício da sexualidade das vítimas, no caso das mulheres lésbicas, é a combinação entre o machismo, lesbofobia e misoginia presente nas relações de poder estabelecidas entre os gêneros. Como aponta Campos, Machado, Nunes e Silva (2017), o autor dos abusos age em nome de: “curar as suas orientações sexuais e identidades de gênero” (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2007).

[...] Ninguém fala sobre estupro corretivo que a maioria de nós sofre, eu sofri uma tentativa de estupro quando o pai do meu filho descobriu que eu estava me envolvendo com uma mulher, então ninguém fala sobre essa história do estupro corretivo. A gente que sofre, a gente que passa por isso e é um silenciamento total até porque geralmente pela própria família é acobertado porque é um estupro disciplinar, um exercício que é feito para querer nos ensinar alguma coisa (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Margarida aponta diversos fatores que a fizeram não falar durante muito tempo sobre a tentativa de estupro corretivo que sofreu do ex-marido, não chegando a compartilhar os fatos com a família, relatando apenas para poucas amigas. O sentimento que impetrava, após o trauma, era que a sua dor passaria por julgamentos, na relativização da violência sofrida por ela, por ser mulher, ter sido esposa do abusador, e principalmente por ser lésbica.

[...] eu fiquei transtornada, foi muito soco, muito chute, muita coisa, mas depois eu fiquei só, sem reação, é muito forte, muitas mulheres ainda passam por situações assim, mulheres lésbicas, e quando chega no antro de falar para alguém ainda tem ali ou alguém acredita que aquilo não é uma violência, ele era marido, é uma situação muito perturbadora, hoje eu falo porque eu sou ativista e é extremamente necessário, para além do amor, é uma luta, é uma posição política, hoje eu sou uma mulher lésbica, então eu tô falando sobre muitas coisas que eu passei que eu nãoalaria antes, né? E que muitas hoje também ainda não falam, eu falo para que as pessoas saibam que tá

acontecendo e tudo mais, mas antes eu nãoalaria jamais é um processo muito pessoal e emocional (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

O valor da vida e preservação da integridade física e sexual de uma mulher lésbica em um contexto cultural machista, heteronormativo e heterossexista é determinado por diversos estigmas, como uma figura que contrasta com as expectativas depositadas em seu gênero, tida como errada e passível de punição pelo poder patriarcal. Nesse contexto, se edifica a cultura do estupro, em especial do estupro corretivo, como um meio de sanção destinado às mulheres lésbicas, sob o pretexto de corrigir suas condutas sexuais contrárias às regras sociais.

A norma, que nasce na heteronormatividade, encara a existência lésbica como contrária às determinações estabelecidas pelos grupos sociais, para Becker (2008, p.15), esses grupos fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las: “Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (BECKER, 2008, p.15). A nossa regra social, com base em toda historicidade de aversão ao amor e desejo sexual entre duas mulheres, tornou aceitável que seus corpos sejam passíveis de violações e punições, nublando a proteção dessas mulheres diante a questões de violência, como é o caso do estupro corretivo.

Girassol, também viveu uma relação abusiva, casou-se com um homem bissexual que escondia a sua sexualidade da sociedade, mas que tinha conhecimento de que ela era uma mulher lésbica. Na entrevista definiu a relação entre os dois como “um amor planejado”, onde ela também sabia sobre a orientação sexual dele, mas haviam acordado que seriam monogâmicos, e, no momento em que sentissem atração por outra pessoa seriam honestos um com o outro. Porém, a relação dos dois começou a mudar quando ele passou a ter casos com homens.

[...] quando ele começou a ter relacionamento com homem ele começou a me bater, aí foi onde eu conheci a violência contra mulher. Foi terrível, entendeu, ele tava me odiando, a figura feminina, e eu era aquela mulher que fazia tudo porque eu já tinha dois filhos com ele, queria levar a frente meu casamento porque eu amava ele, só que eu não podia mais porque ele queria me matar. Em um belo dia ele pegou duas facas para me matar, a sorte que eu liguei para uma amiga minha e ela pulou o muro e pegou ele, ele ia me matar, ele levou os filhos para casa da mãe e ia fazer isso comigo. Só que não consegui fazer, e aí pronto, aí eu não quis mais ele não, me separei, foi terrível (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho 2021).

Em sua juventude, Girassol já havia vivenciado uma outra relação abusiva, mas com uma mulher com quem namorou por três anos, revelando que não entendia que os comportamentos de sua parceira eram errados e violentos:

E de repente eu conheci uma menina em Guarabira e comecei a gostar muito dela, e essa daí foi uma relação que eu tive muito abusiva, abusiva, e eu não entendia o que era isso aí, depois foi que eu fui entender, quando eu não quis mais ela e ela quebrou um prato na minha cabeça lá em Guarabira porque eu disse que não queria ela e ela “não, você não vai me deixar”, e eu fiquei com medo dessa relação (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

O comportamento violento da namorada de Girassol foi uma resposta imediata ao perceber o término da relação afetiva. Para Rohrbaugh (2006) e Avena (2010), o ciúme presente nessas relações é um marcador importante, assim como ocorre em relações heterossexuais. As mulheres lésbicas, autoras das agressões, temem ser abandonadas ou deixadas pelas companheiras, recorrendo à violência para manipular e manter o controle da relação. A maior figura de controle, dentro do contexto paternalista de sociedade, é o homem, legitimado a agir com violência em diversas situações em nome da sua virilidade e dominância. Em paralelo a isso, temos comportamentos de mulheres lésbicas que reproduzem condutas em busca do exercício desse poder contra suas parceiras. Para o psicólogo Richard Carroll (2017), a violência doméstica é ainda exacerbada porque casais do mesmo sexo têm de lidar com o estresse adicional de pertencerem a uma minoria sexual, o que também leva a uma relutância em abordar questões ligadas a violência doméstica.

Muitos são os fatores que podem vir a contribuir para que mulheres lésbicas permaneçam em relacionamentos abusivos e destrutivos. De acordo com Nunan (2004), a falta de uma rede de apoio, suporte familiar a quem essas mulheres possam recorrer, em decorrência do preconceito sofrido quanto à orientação sexual, facilita a permanência em relações dessa natureza, pois muitas vezes, aquela companheira é o único apoio emocional e afetivo que existe para elas.

Na vivência de Girassol, ela revelou as dificuldades e, principalmente, o medo que passou a sentir da companheira até conseguir sair daquele relacionamento. Com seu ex-marido, os ataques promovidos pioraram significativamente após o divórcio dos dois, principalmente quando ela voltou a se relacionar com mulheres e ele passou a atacá-la por isso. Em muitas ocasiões usou os filhos pequenos contra ela com alienação parental, sempre tentando desqualificá-la como mãe por ser lésbica até mediante juízo.

Aí pronto, quando ele levava os meninos, aí a minha filha chegava a dizer “mãe, painho disse que essa mulher que você tá ela quer ser igual a ele, é macho”, a menina com oito anos, coitada, e eu disse a ela “não, ela não quer ser macho não, ela é mulher, você tá vendo não que ela é mulher? agora sua mãe está com ela, porque sua mãe gosta dela e você também pode gostar”. Ele começou a fazer muito isso, uma violência de alienação parental, e também essa questão da lesbofobia. Ele foi para justiça tomar a casa, e na justiça ele falou “ela é lésbica e ela está expondo meus filhos a isso”, na frente do juiz. Aí minha advogada, que é do movimento, foi me defender e ele disse que eu queria a casa para ficar com as mulheres, chamar mulheres para dentro da casa, olhe foi horrível essa situação. Resumindo, eu tive que vender a casa, ele não quis deixar no nome dos meninos, e eu perdi a casa (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

O tema maternidade é um ponto de debate recorrente na vivência das mulheres, e com nossas interlocutoras não foi diferente. Ao serem questionadas se já passaram por situações que envolvessem o tema maternidade e a sua orientação sexual, aquelas interlocutoras que não tiveram filhos, quais sejam Tulipa e Azaléa relataram que esse assunto sempre foi rodeado por cobranças. Já Lírio, mãe adotiva dos filhos biológicos de sua esposa Orquídea, revelou que sempre é desconsiderada como mãe por não ter gerado, enquanto que Margarida, Orquídea, Girassol e Rosa passaram por diversos momentos vexatórios, que vão desde questionamentos sobre se seriam capazes de criar os filhos sem uma presença masculina, até humilhações, como aconteceu em juízo no caso de Girassol e seu ex-marido.

Eu comecei a ver que a representatividade era importante, aí eu comecei a namorar de andar de mãos dadas, de ir na praça como ela, com meus dois filhos. Meus dois filhos sabiam desde pequeninhos e tal e comecei a criá-los dentro desse mundo, fazendo a questão de mostrar para eles que é natural e minhas amigas lésbicas iam lá para casa. Então a minha vida foi isso tudo, a minha vida foi de luta de enfrentamento, eu chego com o meu filho que é gay em algum lugar e eu vejo uma pessoa olhando diferente para o meu filho eu vou lá e pergunto qual o problema que você tá vendo. A minha filha tem uma namorada e se diz bissexual, e o pai disse que o menino virou gay por causa de mim e a menina virou bissexual por causa de mim, acha que é biológico (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Diante as perseguições do ex-marido, em suas tentativas de alienação parental com seus filhos, Girassol optou por apresentar aquela realidade para eles, naturalizando seus afetos, e os ensinando que o amor entre mulheres existe e é real. Cabe lembrar que Girassol, em sua juventude, sentia atração por mulheres, mas não sabia o que significava ser uma mulher lésbica, o que trouxe uma série de prejuízos psicológicos em sua vivência, incluído cogitar suicídio. A sua postura de visibilizar o grupo do qual faz parte para sua família, mostra seus passos para apresentar uma realidade que lhe foi negada.

Audre Lorde (2020, p.23), ao refletir sobre a maternagem lésbica, ressalta a importância de preparar os filhos para lidar com a dura realidade da vida, onde lésbicas e gays de cor e seus filhos e filhas são a linha de frente de toda a luta pela dignidade humana:

Pois, se não fizermos isso, nós apenas os desarmamos, os enviamos, despreparados, direto para a mandíbula do dragão. Se criarmos nossos filhos sem um retrato preciso do mundo como o conhecemos, então enfraquecemos algumas das armas mais eficientes para a sobrevivência e o crescimento e retiramos as motivações deles para a mudança social (LORDE, 2020, p.23).

Orquídea conta o papel importante que a maternagem teve em seu processo de autoconhecimento, a impulsionando a se definir socialmente como mulher lésbica e a vivenciar esse universo, enfrentando de frente as dificuldades, para que seus filhos se sentissem confortáveis um dia em ser aquilo que quisessem e sentissem:

Eu acho que foi isso que me deu força de me assumir, de enfrentar, que eu sou hoje. Que bom seria se todas as mães que tem filhos e filhas lésbicas, homossexuais, pensassem como mães de fato, todo mundo prega que o amor de mãe é um amor incondicional, então porque eu não vou amar meu filho? Só porque ele não é como a sociedade quer que ele seja? (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Lembrando as dificuldades enfrentadas por Orquídea, que era muito apegada a mãe, e em seu processo de se perceber lésbica, foi rejeitada e abandonada por ela, aprendeu na dor da própria experiência a importância do apoio familiar em tais questões. Para Sarah Schulman (2012), duas experiências são compartilhadas pela grande maioria das pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIA+, o momento de assumir a sua orientação sexual e o processo que passam de inferiorização por sua própria família. No caso das mulheres lésbicas, esse tipo de rejeição pode vir a causar danos diversos em suas vivências, além de apresentar intensa gravidade no desfazimento de redes de apoio que foram constituídas ao longo da vida daquela mulher.

Eu fiquei sozinha, só ficou eu e o meu filho do meio, e ele é homossexual e eu já percebia desde pequeno, mas eu ficava preocupada como era que iria enfrentar a família e a sociedade para defendê-lo porque o pai dele, na época, era muito preconceito. Então de repente, eu me reencontro e eu me descubro lésbica, e aí me dá mais força ainda para enfrentar junto com ele e foi ele que ficou comigo, ficamos nós dois aprendendo a sobreviver sozinhos (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Para Margarida, os questionamentos giravam em torno da sua capacidade de criar seu filho sendo uma mulher lésbica, sem a presença do pai, sob a justificativa de que ele precisaria de uma figura masculina. Essas indagações revelam uma oposição a maternagem

exercida por duas mães, disfarçada de preocupação em nome do interesse maior da criança, um discurso usado pela maioria dos opositores das famílias chefiadas por casais LGBTQIA+, o que a autora Stéphanie Arc (2009, p.114), nos convida a questionar, visto que o pai de uma criança não é o único referencial de masculinidade possível ou que ela terá ao longo da vida: “a criança tem em torno dela todas as referências sexuais de que precisará para construir sua identidade sexual: a língua, a cultura e a sociedade nos bombardeiam, caracterizando o que são um homem e uma mulher” (ARC, 2009, p. 114).

O despertar do amor e desejo sexual entre duas mulheres é contrário ao poder da heteronormatividade e do patriarcado, como um ato de rebeldia e grito de liberdade dentro de um lugar social baseado na misoginia, que foi edificado contra a sua existência em todos os espaços, o que inclui os espaços públicos institucionais. Segundo Adrienne Rich (2012), a existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida, levando em consideração as imposições da heterossexualidade. Ela é também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres: “possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência” (RICH, 2012, p.36).

Mulheres lésbicas se deparam com um mundo completamente hostil a suas existências, cercado de violências, dentro e fora de suas famílias, permeado de entes que tentam desvalidar suas potencialidades, minimizar suas dores, por se oporem a servidão do macho, e dos artifícios sociais da construção do que é ser mulher, agindo contra a corrente sob diversas ameaças e duras penalidades sociais. As mulheres lésbicas ocupam o espaço da não existência. Um território não demarcado pela dominação masculina, e, no momento em que essas mulheres se percebem, se reconhecem entre si, se declaram socialmente, politicamente, e se assumem, elas passam a marcar o seu território, o território da resistência.

2.2 Memória Coletiva e Visibilidade: Os Ataques a Questão Identitária

A destruição de registros que documentem as realidades e vivências de mulheres lésbicas, ao longo da história, é um importante fator no processo social de dominação que nega a existência dessas, no apagamento e quebra de sua identidade. De acordo com Soares e Costa (2012), a história da lesbianidade é uma história clandestina, que foi ignorada e marcada por invisibilidades: “Conta-se com insuficiente disponibilidade de fontes de

documentação que confirmem as relações amorosas e sexuais entre mulheres” (SOARES; COSTA, 2012).

Jacques Le Goff (2013, p.435), sinaliza que a memória é um elemento essencial da identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades: “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (GOFF, 2013, p.435).

A preservação da memória tem relação direta com os elementos que fundamentam as identidades, inviabilizar esse processo é uma ferramenta ardilosa do exercício de poder que se faz presente na dominação de um ente em detrimento do outro, o que pode determinar perturbações graves na identidade coletiva de um grupo, como aponta Maurice Halbwachs (1990, p.87): “O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 1990, p.87).

A conceituação da identidade se apoia em diligências, de acordo com diferentes visões teóricas. Para Hall (2004, p.104), existem dois caminhos relevantes nessa discussão. O primeiro, parte da afirmação que, por mais que exista uma problemática do conceito, ainda impera questões que não podem ser pensadas e refletidas sem seu uso, não existindo nada com que possamos substituí-las: “[a identidade constitui] uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chaves não podem sequer ser pensadas” (HALL, 2004, p.104). O segundo caminho encontrado por Hall, discute a centralidade do conceito de identidade nas questões da agência e da política, com a hipótese de que o sujeito não deve ser abandonado, mas sim reconceitualizado.

De acordo com Avtar Brah (2006, p.371), buscando compreender a questão das identidades, diz que essas são inscritas por meio das experiências culturalmente construídas em relações sociais, relacionadas às questões da experiência, das relações sociais e da subjetividade: “A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do - sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade” (BRAH, 2006, p.371). Partindo dessa reflexão, para compreendermos a questão da identidade de mulheres, Navarro-Swain (2000, p.94), as define como um conjunto de experiências múltiplas e variadas, atravessadas por variáveis como sexualidade, classe, raça, idade, e até mesmo, espaço e tempo em que vivem. Dessarte, a questão da identidade precisa ser analisada como: “em construção, móvel, fluida, nômade, transitória” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.94).

A importância da questão identitária vai muito além do resgate de registros históricos. É por meio dela que, na mesma medida em que se descobre, o outro vai de encontro a si mesmo, como parte de algo muito maior, na identificação de outros entes que passam por opressões semelhantes, o que colabora para a naturalização e acolhimento do grupo e de suas práticas. Muitas das nossas interlocutoras não sabiam o que significava ser, de fato, uma mulher lésbica. O caminho dessa descoberta se fez tortuosamente. Primeiro veio o desejo incompreendido, a pulsão, inata a todo e qualquer ser humano, depois veio o receio, a culpa, a resistência a se entregar e sentir algo que lhe foi ensinado como proibido, pecaminoso, desprovido de nuance emocional, contrário àquilo que foi posto como natural, e, em um caminho solitário, os medos foram acentuados.

A negação da preservação da memória coletiva às mulheres lésbicas, representa um ataque direto a questão identitária pela dominação masculina, como um dos principais mecanismos que colaboram a invisibilidade desse grupo, no apagamento do conjunto de fatores que transmitem a ideia de pertencimento e existência social. Sem a ideia de existência social, muitas mulheres lésbicas passam por questionamentos que tentam desmerecer a sua lesbianidade, minimizar seus afetos, rotulando-os como um momento transitório da vida. Desacreditar faz parte do apagamento. Para Azaléa é tão rotineiro e comum passar por situações assim que se configuram como: “o clássico das violências” (AZALÉA, 2021). Orquídea e Rosa são mulheres que foram também desacreditadas nesse processo de se perceber mulher lésbica, pela família, amigas e ex-companheiros. Para Marcelo Alario e Frank Marcon (2014, p.287), o pertencimento e a alteridade são produzidos por meio de relações de poder, as nossas escolhas e senso de identificação resultam da maneira de nos pensarmos e de nos imaginarmos no mundo, parte do contexto e das relações sociais nos quais estamos envolvidos. A partir disso, temos que, sem a ideia de pertencimento é extremamente difícil se estabelecer uma existência social, o que abre margem para conceitos criados ao aprisionamento das mulheres lésbicas dentro da heterossexualidade compulsória. Sua expulsão dos espaços sociais, e invisibilidade nos espaços públicos institucionais, ganhem força com o fortalecimento das redes de poder e superestruturas. Uma vez fortalecida por essas redes, esses ataques à memória da existência lésbica desnaturaliza as suas relações, obrigando-as a adequação as performances esperadas para o seu gênero, o que faz com que resistir, em um mundo que nega a sua existência, seja a difícil tarefa a libertá-las das amarras do binarismo.

As amarras socialmente impostas pelo binarismo estabelecem uma divisão entre os sujeitos, na (re)produção de discursos patriarcais. Como bem pontua Doreen Massey (1994, p.147), essa forma de pensar dicotomias está ligada a construção de uma distinção radical entre os gêneros. Essa distinção feita pelos dualismos não tem origem natural, mas são construídos por meio das relações de poder, e são indispensáveis ao funcionamento do patriarcado, mantendo os homens nessa posição social de privilégios e as mulheres em processos de subordinação. E, quando direcionados às mulheres lésbicas, as amarras socialmente impostas pelo binarismo encontram entraves, diante a inadequação de fatores que confrontam com suas próprias existências.

Todas as nossas interlocutoras acreditam e defendem a importância de se produzir visibilidade para o grupo, de modo que possa refletir em todas as searas, como uma importante estratégia para o estabelecimento da ideia de pertencimento e existência social, tonando viável, novos contornos nas relações de poder. Existe uma complexidade gerada na relação entre as mulheres lésbicas e a produção de visibilidade nos espaços sociais. Para Joseli Silva (2009, p.80), o que está marcado na paisagem é resultado de grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir as marcas de seu poder, enquanto que a abordagem dos grupos periféricos das relações de poder envolve manifestações materiais pouco expressivas, arranjos intermitentes, descontínuos:

Se considerarmos que as cidades são planejadas por homens, construídas por eles e que a maior parte dos espaços públicos e produtivos é predominantemente masculina, fica evidente a impossibilidade de produzir a visibilidade feminina a partir do apego as formas materiais do tipo uso da terra ou ainda mediante classificações que expressam agentes hegemônicos. Esse raciocínio também se aplica à visibilidade de outros grupos não hegemônicos, como de negros e diferentes grupos homossexuais (SILVA, 2009, p.80).

A produção de visibilidade está então relacionada a propagação da memória coletiva, aos limites territoriais socialmente impostos, a ideia de pertencimento, existência social, e edificação da questão identitária das mulheres lésbicas, produzindo efeitos no âmbito histórico, político, científico e cultural. O contrário a essa produção, a invisibilidade das mulheres lésbicas, é simultaneamente uma causa e uma consequência das desigualdades nas suas vidas diárias (FRA, 2009).

Para nossa interlocutora Girassol, a maior importância em ser visível é acabar com as violências e ameaças a sua existência e de suas companheiras: “Primeiro a importância de ser visível, de ter visibilidade, é para acabar, para combater a lesbofobia, essa é a importância

dessa visibilidade, primeiro combater, quebrar paradigmas, não ter mais que passar por preconceitos, é isso que a gente espera” (GIRASSOL, 2021).

Quanto à produção de visibilidade, nossas interlocutoras levantaram um importante eixo para que as pautas defendidas e o próprio grupo consiga chegar em espaços não acessados facilmente por elas, por meio da arte e da cultura: “eu acho que a arte e cultura chega muito nas pessoas, a gente escuta muito isso das questões e conhecimentos” (TULIPA, 2021). Entretanto, ao serem questionadas se sentiam representadas, enquanto mulheres lésbicas, em nossa sociedade, nas produções midiáticas, no meio cultura, nos ambientes e espaços sociais dos quais frequentam, a grande maioria apontou para a latente carência de identificação nessas áreas.

Não, isso não temos, até hoje a mídia ainda não conseguiu absorver não, inclusive é um dos canais mais perversos e lesbofóbicos é a mídia, quando ela quer subir uma pessoa ela faz, mas ela também detona. Por natureza todas as mídias são muito preconceituosas, temos muitos problemas, com frases, com recortes sangrentos e sensacionalistas pra falar da gente (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Os meios midiáticos e de produção de conteúdo em massa, costumam utilizar diferentes artifícios para vender produtos. A publicidade tem o poder de reforçar ou negar os valores construídos no meio social e das relações que nascem no mundo sexualmente hierarquizado, como determina Flausino (2002): “Por consumo de moda, de publicidade ou de produtos da mídia, as representações do feminino obedecem a uma lógica comercial convencional” (FLAUSINO, 2002). A lógica comercial tende a reproduzir a ordem social, reforçando estereótipos, criando divisões inteligíveis entre os gêneros, reforçando preconceitos, em razão de que o poder da dominação masculina está circunscrito nas superestruturas que comandam esses meios. Com a crise nas relações de poder, mediante avanços conquistados pela militância lésbica, acaba por se produzir efeitos que vão interferir nessa lógica comercial, e, em razão disso temos tímidos avanços na representatividade lésbica nas produções midiáticas.

Hoje vi uma propaganda do Dia dos Namorados com minha parceira, né? Já foram lançados em outros anos, você hoje consegue ver uma propaganda não só com casal hétero, mas com casais lésbicos, com casais homossexuais, então de uma certa forma não tá ainda como a gente espera como a gente sonha, mas eu acho que hoje já tá bem melhor que antigamente (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho 2021).

Partindo para o ponto de vista da experiência pessoal, perguntamos se nossas interlocutoras tem se articulado de alguma maneira para romper com o ciclo da invisibilidade lésbica em seus cotidianos, buscando compreender como lidam com essa complexidade que acarreta prejuízos pessoais e coletivos. Todas se mostraram comprometidas, da forma que podem, como Margarida que promove rodas de debates com a equipe do local em que trabalha e com pessoas que conhece, com o intuito de produzir visibilidade para o grupo:

Aonde não me sinto representada, eu vou lá e meto a cara. [...] eu tenho que chegar para mostrar que lésbica não é só uma mulher que quer se parecer com um homem, mas é uma mulher que se reconhece e se aceita como mulher, e ela se destaca em todas as atividades e competências que ela tem. Então uma forma que eu encontro hoje de visibilizar é me colocar como essa pessoa de referência, em qualquer espaço. É chegar e as pessoas perceberem que estou chegando, mas não estou chegando sozinha, comigo está chegando a mulher negra, a mulher lésbica, a de periferia, porque eu chegando é como se essas outras também chegassem. Então pra mim, visibilizar a mulher lésbica, é eu me colocar nos espaços de poder e decisão social, política, econômica, cultural, ao máximo que eu puder (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho 2021).

Na minha cidade as lésbicas sentavam na praça afastadas, mesmo sendo casal, eu já não faço isso. Minhas amigas falam que eu vim para mudar, porque eu sento perto, eu dou um cheiro, beijo. Tenho maior orgulho da minha esposa e estou mudando aos poucos ela nisso, que antes não gostava e queria que a gente fosse discreta, com o tempo ela tá entendendo a importância disso (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

A gente promove o que pode, roda de conversa, no meu caso que são as escolas, eu sempre promovo e levo amigas até para fortalecer também a conversa, com filmes, sempre levava, e com o tempo aproveito muito com as datas. Como eu trabalho com artes é sempre bom porque a gente tem muitos elementos visuais para isso, e aí a gente sempre coloca na discussão, naquele comportamento, nem que seja analisando a história (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

A importância do empoderamento é ligado a esse processo, de se positivar socialmente e promover a quebra do ciclo da invisibilidade, em pequenos ou grandiosos gestos cotidianos, fator que desemboca na questão da visibilidade e na questão identitária lésbica. A não promoção dessas, e a falta de incentivo em nossa sociedade, gera uma série de prejuízos ao empoderamento lésbico como uma tentativa de brechar o empoderamento político e social destas.

Você tem que se empoderar, uma mulher tem que se empoderar no mundo de hoje, e uma mulher só vai se empoderar quando ela tiver propriedade naquilo que ela é. Eu só me empoderei quando descobri que era uma mulher lésbica, quando eu descobri eu vou, independente de porrada, de tudo que eu

passsei e passo, eu vou ter que dizer que eu sou mesmo, eu sou isso, e não vou permitir que nada me cale. Eu sempre digo, só quem vai me calar é a morte (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Questionamos as nossas interlocutoras, como elas percebiam a produção de visibilidade em meio à crise sanitária do vírus Covid-19, que estamos vivenciando. A crise sanitária de saúde em decorrência da pandemia do vírus Covid-19, provavelmente será estudada no futuro como um ponto de grande impacto social. Nos termos de Sewell (1996), como um tipo raro de evento que altera a vida rotineira de forma drástica e que leva a uma transformação significativa nas estruturas.

Girassol, conta que vivemos tempos difíceis, e que não pode frequentar manifestações ou encontros na rua, por pertencer ao grupo de risco, mas que continua militando e produzindo visibilidade como pode: “não posso ir para os movimentos sociais, mas estou falando de lésbica aonde eu estiver, todos os dias, na esquina, na fila da farmácia, eu milito, se alguém falar qualquer coisa eu já estou falando” (GIRASSOL, 2021). Diversos foram os pontos levantados, em que, novamente, essas mulheres precisaram se adaptar para continuar na luta por suas sobrevivências, traçando estratégias para a promoção da visibilidade em meio ao isolamento social:

Todos os movimentos foram prejudicados, até porque nem todo mundo tem internet então a gente já bate nessa questão muito séria, e o corpo a corpo é diferente. Por exemplo, o Maria Quitéria tem um projeto fantástico com as mulheres encarceradas, de oficinas, de conversas com elas, passa à tarde toda com elas, uma vez por mês, e é maravilhoso, mas está parado. Se faz várias lives, as meninas participam das coisas, estão tentando contornar (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Antes da pandemia a gente tava começando a como diz o ditado “a dar pé” as meninas, a gente saía final de semana e sentar na praça, 3, 4 mesas e debater de tudo que a gente quisesse debater, falar e rir de tudo que a gente quisesse que a gente nunca pode, uma com a esposa da outra, com as amigas e agora a gente não pode. Mas também veio para mostrar que a gente não é tão diferente como eles pensam, né? Que também é ser humano, que a gente não é bactéria, como eu já escutei, a doença tá aí para levar todo mundo independente de quem seja, entendeu? Mas também para nos mostrar que um grande provocador é o miserável do presidente (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Acho que tem dois caminhos, essa pandemia trouxe a questão de não poder sair de casa, muitas meninas estão sofrendo dentro de casa a violência, trancadas, não tem mais o refúgio de sair, de poder conversar. É desesperador saber que uma está em violência, sendo agredida, perdeu a vida ou tirou a própria vida. Por outro lado, fortaleceu muitas da gente poder tá entrando na casa de algumas pessoas, como a gente tá fazendo agora, a gente

não parou e não deixou isso cair, arrumamos outras formas de nos unir e lutar pelos nossos direitos (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

A gente avançou muito no Instagram, que era uma rede abandonada, mas na pandemia nosso instagram bombou, muitas pessoas tem entrado em contato através de lá, então isso tá sendo bacana e pessoas do Brasil inteiro, de Brasília, São Paulo, Rio, estão conhecendo a gente através das redes. Então, pensando por esse lado foi bom, pensando pelo outro lado que era o que a gente mais tinha experiência, né? Que era o corpo a corpo as coisas presenciais, aí foi terrível, terrível, foi um baque grande nas nossas atividades do Grupo (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Para Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2020, p.04), no caso da pandemia do Covid-19, os atores da sociedade civil viram-se num contexto incerto. Por um lado, o momento histórico brasileiro é caracterizado pelo fechamento de oportunidades políticas para que movimentos do campo da defesa dos Direitos Humanos possam influenciar decisões governamentais, por outro, a pandemia teve um efeito mobilizador na medida em que era vista como uma ameaça de toda a sociedade (ABERS; BÜLOW, 2020, p.04).

As mulheres lésbicas compõem um grupo socialmente vulnerável, que contam com poucas redes de apoio, encontram dificuldades em diversas áreas, além de enfrentarem questões geradas pela abjeção de suas figuras, o que as coloca em um espaço de fragilidade, facilmente prejudicadas em um cenário de crise política, econômica e sanitária, como a que vivemos no Brasil. Em meio ao isolamento social, a produção de visibilidade do grupo é afetada, vivenciando situações que colocam em risco a segurança, dignidade humana, saúde física e mental.

Com base nos relatos das nossas interlocutoras, temos que os movimentos sociais de mulheres lésbicas frente à pandemia também enfrentaram dualidades. Se por um lado, enfrentam dificuldades diante o cerceamento da maioria das atividades coletivas, mediante as recomendações de não aglomeração e isolamento social da Organização Mundial de Saúde, por outro, nossas interlocutoras encontraram mecanismos para se adaptarem a nova realidade, muitas por meio do uso das tecnologias, para continuar reivindicando seus direitos, na promoção de debates, oficinas, palestras virtuais, promovendo uma aproximação com mulheres lésbicas de todo o território nacional, levantando a importância de se produzir visibilidade mesmo em tempos de crise.

Outro ponto importante na discussão da visibilidade, e ataques à questão identitária é o uso da linguagem na desqualificação e objetificação das mulheres lésbicas, como um ataque as suas existências e a questão identitária do grupo. Precisamos partir do entendimento que,

em nossa sociedade, a produção de linguagem tem ligação direta com poder. Como aponta Prins e Meijer (2002), em entrevista com Butler (2002), os discursos são capazes de habitar os corpos: “eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER, 2002).

A palavra “sapatão” é uma comumente utilizada para se referir as mulheres lésbicas. A designação de um objeto para identificá-las é uma tentativa pejorativa da negação do caráter humano, como uma violência simbólica, criada pelo sistema heterossexista contra a dignidade humana do grupo. Quando questionamos as nossas interlocutoras, como se sentiam ao ser chamadas pela palavra “sapatão” encontramos diferentes reações e respostas.

Lírio, Rosa e Azaléa mostraram-se desconfortáveis e receosas ao falarem sobre o termo “sapatão”, com preferência e maior receptividade a palavra “lésbica”. Azaléa tratou de explicar o motivo do seu receio e cautela:

A gente, no movimento, tenta ressignificar a palavra sapatão, no movimento a gente levou isso, mas a gente tem muito cuidado, entendesse? Porque na nossa comunidade periférica “sapatão” ainda é um nome muito pejorativo. A palavra sapatão é na universidade, na academia, uma coisa, a gente até dá risada, entendeu? A gente naturaliza, mas eu acho que ainda temos que ter muito cuidado porque na periferia não é assim, não é naturalizado. Eu vejo que ainda a coisa está pesada (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O relato de Azaléa nos faz pensar sobre a forma como uma única palavra pode admitir diferentes interpretações e conotações de acordo com o território em que ela é lançada. O meio acadêmico é onde a produção de conhecimento e ciência acontecem, além de ser um espaço institucional que está em constante contato com os movimentos de luta e resistência, os entraves que giram em torno das realidades e visões fomentadas dentro deste na disposição a transcender e ultrapassar os muros das academias, estão associadas as diversas barreiras que a própria geopolítica dos territórios envolve.

A palavra sapatão é um pouco pesada, né? Não falam bem da gente assim, e quando falam lésbica eles trazem na língua deles um medo, sabe? Eu sei que eu tenho direito de ser chamada assim. Então pra mim lésbica é a palavra mais bonita, eu sempre tive orgulho, nunca tive preconceito com nada desde pequena, eu sempre fui totalmente diferente da minha família (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Por ser uma palavra utilizada em sistemas e portais oficiais para designar essa categoria social, a palavra “lésbica” carrega um sentido político, possuindo maior alcance e popularidade, diferente do termo “sapatão”, ainda muito associado ao seu sentido e conotação

pejorativa. De acordo Marina Teixeira (2017, p.55), existe uma maior aceitabilidade e predominância da identidade relacionada a palavra “lésbica”, aparentemente por conta da difusão do termo na última década pela visibilidade alcançada pelo movimento LGBTQIA+ na grande mídia.

Então, hoje a palavra lésbica ela tá para mim com a palavra mulher, para mim é tranquilo essa definição agora a palavra sapatão eu confesso que não é uma permissão que dou a todas as pessoas, até porque na verdade eu não dou essa permissão a outras pessoas se não as minhas colegas do Maria Quitéria, mas para qualquer outra pessoa de fora eu não dou essa liberdade, porque eu sei que é um termo pejorativo, e quando alguém utiliza é para diminuir, questionar o caráter, a índole (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

A maior aceitabilidade da palavra “lésbica”, além do seu sentido político, carrega uma ligação histórica, para Adrienne Rich (2010, p.35), a existência lésbica é um termo que se refere à: “presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência” (RICH, 2010, p.35). Por pertencer a um grupo historicamente marginalizado, tratar sobre a suas existências representa uma quebra na rejeição de seus corpos ao sistema da heterossexualidade compulsória.

Para Gilberta Soares (2017, p.99), na comunidade lésbica, a palavra “sapatão” pode ter um sentido diferente do estigma social ao qual o termo é associado no senso comum: “outras fazem questão de enunciar com o desafio de ressignificar o sentido, com a propriedade da experiência, chamando a atenção para ironia” (SOARES, 2017, p.99). Como é o caso de Tulipa que defende o termo que, em sua visão, foi muito trabalhado dentro do movimento: “já faz parte da linguagem” (TULIPA, 2021). Margarida, Orquídea e Girassol, também fazem questão de expressar como modificaram e assimilaram novas percepções para a palavra “sapatão”, o utilizando com muito orgulho:

Eu hoje me sinto muito bem, para mim hoje tá bem natural, né, até porque o mundo em que eu vivo hoje é um mundo político mesmo e que a gente tá tentando desconstruir esse termo e empoderar as mulheres lésbicas, a nossa referência de luta e resistência que são as sapatões que antigamente eram xingadas e que hoje para gente é um modelo e exemplo (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Margarida levantou um ponto em sua fala muito cara as nossas reflexões sobre a preservação da memória coletiva às mulheres lésbicas e sua ligação com a produção de linguagem, ressignificar uma palavra que foi fortemente utilizada no passado, contra aquelas que lutavam e resistiam às pressões e perseguições, em um contexto social ainda mais hostil,

mostra a importância do empoderamento lésbico no processo de perpetuação da história e legado daquelas companheiras. O fato de muitas se apoderarem e empoderarem com a palavra reforça a ligação do grupo com a questão identitária, como é o caso de Orquídea que se diz tranquila: “Eu sou sapatão, sou lésbica com muito orgulho e é o que eu sou, tenho que ter orgulho do que eu sou, da pessoa que eu sou, do ser humano que eu sou” (ORQUÍDEA, 2021).

[...] para mim essa palavra sapatão, só vem me fortalecer cada vez mais, cada vez mais eu ter a certeza que eu sou isso, entendeu, eu não tenho dúvidas. Sapatão é resistência, gente, vamos se apropriar do termo. É importante saber quem nos somos, vamos nos empoderar nisso, não é fácil, porque as sequelas vêm, porque meu lombo está calejado. Porrada de todos, porrada até dos pares da gente, dos próprios LGBTs, questionando até a própria orientação da gente (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

A resignificação do termo “sapatão”, inicialmente utilizado com uma conotação pejorativa, revela a manifestação de como as mulheres lésbicas respondem ao poder desferido contra elas pelas superestruturas, apontando os sinais das resistências na tentativa de modificarem traços dolorosos de estigmatização social, criando, de modo inteligente, pelo empoderamento, uma relação identitária com todas aquelas que sofreram ou ainda sofrem devido ao uso negativo da palavra. É pegar aquilo que feriu e foi utilizado para desqualificar o grupo, e devolver ao ofensor, o utilizando para a identificação, organização e reconhecimento do segmento estigmatizado.

Relacionado à questão identitária, o empoderamento lésbico e a produção de memória, analisamos a autoafirmação da identidade lésbica dentro do movimento LGBTQIA+. Para Gláucia Almeida (2005, p.250), a partir da segunda metade dos anos 1990, especialmente no Brasil, houve um adensamento da teia de sustentação de grupos exclusivamente formados por mulheres lésbicas, o fortalecimento da participação lésbica dos grupos mistos, o surgimento de novos grupos e lideranças. Essa articulação do movimento, de auto-organização, veio como uma perspectiva de solução diante a invisibilidade lésbica dentro do próprio movimento LGBTQIA+. Para Adrienne Rich (2010, p.40): “a identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade” (RICH, 2010, p.40).

Nossas interlocutoras foram questionadas se sentiam-se representadas dentro da comunidade LGBTQIA+. Em sua maioria, as respostas foram negativas, denunciando as dificuldades de tornar as suas pautas visíveis, como apontou Orquídea: “No geral, na

comunidade, acho que tem uma certa disputa, às vezes ainda tem um pouco de machismo no meio das pessoas, muito preconceito entre os grupos” (ORQUÍDEA, 2021). Predominantemente, todas as interlocutoras que manifestaram queixas a respeito da invisibilidade ocorrida dentro da própria comunidade LGBTQIA+, apontaram o grupo “G”, os homens gays, como principais autores, revelando ser necessário partir, em muitas situações, para o enfrentamento, com a finalidade de romper com as disparidades existentes dentro do próprio movimento.

A gente luta, a gente luta, mas cheguei a ver os homens gays querendo mascar? As mulheres lésbicas, sabe, teve parada aí que os gays não queriam que a gente subisse no palanque, não queriam que a gente subisse no carro, no trio elétrico, e a gente foi para briga. Eu sinto em termos, porque vejo isso, tem uma disparidade muito grande (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Refletindo sobre essa complexidade gerada dentro da própria comunidade, Mariana Teixeira (2017, p.87), cita Navarro e Viñuales, ao dizer que dentro do movimento LGBTQIA+, a invisibilidade lésbica perpetua-se ao se colocar a mulher lésbica como correspondente feminino da homossexualidade masculina: “Gays e lésbicas teriam em comum apenas a vivência da exclusão e da rejeição social, uma vez que as mulheres lésbicas sofreriam uma intersecção a mais de opressão em relação a seus pares homens” (NAVARRO-SWAIN, 2000; VIÑUSALES, 2002).

Olhe, o problema é que no movimento em si as lésbicas não são representadas, sempre o “grupo G” sempre sobressai, ainda, embora que a gente possa fazer inúmeras atividades, mas sempre é no “G” que aparece. Nem aqui, nem a nível nacional ainda dentro desse quadro, não conseguimos chegar em um bom ponto. Dizem até que respeitam, mas sempre vai rolar a questão do machismo, entendeu como é? E a própria sociedade mesmo, a parada que é uma parada LGBT, tem que dizer que é uma parada gay. Tem meninas lésbicas que dizem que é gay, tá vendo como se sobressai? O “gay” é muito forte (AZALÉIA entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Existem pautas comuns dentro da comunidade LGBTQIA+, entretanto, há diversas particularidades relacionadas a cada um dos grupos, como ocorre em uma comunidade plural, os entes participantes interagem entre si, e em razão disso, criam suas próprias relações de poder, que em muitas ocasiões assimilam posturas correlatas a ordem social, o que demonstra como a invisibilidade lésbica está intrinsecamente relacionada ao machismo, racismo, e ao contexto de sociedade heteronormativa.

Acho que as letrinhas cada uma tem suas especificidades, então, mas sempre lutamos pela união, diferenças existem né, mas a gente tem que chegar em um consenso, a gente compreende que se tem dificuldade, tem pessoas que tem dificuldade de fazer essa reflexão, mas em dados momentos tem que se perceber que o movimento tem que estar junto. Há pautas que são unificadas e há pautas específicas que ainda assim tem que ter um apoio do movimento, das outras letrinhas, embora isso possa não acontecer em determinados momentos, mas tem que chegar em um consenso. Me sinto representada dentro da comunidade, tem grandes guerreiras e guerreiros, tem um pessoal novo que está chegando aí com tudo e isso é importante (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

A problematização relacionada a essa realidade é o fato de que, o movimento da comunidade LGBTQIA+ foi criado para a luta e resistência daqueles entes perseguidos e subalternizados pelo heterossexismo. O ataque à questão identitária das mulheres lésbicas, frente a grupos que se sobressaem no próprio movimento, evoca diversos prejuízos para essas e também ao enfraquecimento global da luta na perpetuação das relações de poder e opressão que são produzidas pela ordem social. Segundo Gilberta Soares (2016, p.27), as mulheres lésbicas também integraram o feminismo brasileiro, e criaram suas próprias organizações nos fins dos anos 1970, entretanto, as dificuldades de incorporar as questões lésbicas na agenda do movimento feminista e do movimento homossexual brasileiro: “fizeram com que os encontros lésbicos latino-americanos passassem a ser um espaço estratégico para o fortalecimento interno das lésbicas brasileiras, por um período” (SOARES, 2016, p.27).

Os mecanismos de proteção dos Direitos Humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras e intersexuais vêm intervindo cada vez mais nos contextos em que se alocam questões relacionadas aos direitos desses grupos com sua orientação sexual ou com a identidade de gênero, a nível global representando uma conquista dos movimentos sociais e organizações populares, bem como a auto-organização que vem a fortalecer a luta como um todo. Para Renata Reverendo (2019, p.53), essa luta vem ganhando corpo e sucesso pela conciliação entre entendimentos, visões e crenças, visto que, a ONU, por exemplo, parece buscar apostando em uma espécie de pedagogia do acolhimento e apelando às linguagens universais do amor e dos direitos humanos.

As modificações nos dispositivos legais, bem como a articulação da luta e resistência das mulheres lésbicas em tomarem a visibilidade de suas existências dentro do mundo sexualmente hierarquizado, no resgate à memória, empoderamento e fortalecimento da questão identitária, trata a problemática dos espaços públicos institucionais à denunciá-los enquanto espaços não inclusivos, que baseiam seus serviços e práticas em uma cultura que

despreza a figura feminina, bem como as diversas expressões da sexualidade, na inadmissível ameaça à segurança e cidadania dessas.

3. “NÃO TER O DIREITO DE DIZER O QUE É, O DIREITO DE EXISTIR”: DIFICULDADES E DESAFIOS

Mediante os constantes ataques a produção de visibilidade, memória, e questão identitária das mulheres lésbicas, essas são relegadas a esfera da não existência pelo poder da dominação masculina, heteronormativa e heterossexista. Compelidas a batalhar por espaços de participação da vida pública, política e social, as mulheres lésbicas partiram para a auto-organização com o intuito de combater as opressões, violências e discriminações lançadas contra todo o grupo.

No presente capítulo, abordaremos as relações entre as mulheres lésbicas com os espaços públicos institucionais, apontando como os territórios, inscritos em contextos de mundo sexualmente hierarquizado, podem ocasionar implicações em suas cidadanias, realizando uma análise de como o poder estatal, da Paraíba, está atuando para promover ações que busquem a eficácia no acesso às políticas públicas que são essenciais para o estabelecimento das garantias e direitos humanos desse segmento social.

3.1 Mulheres Lésbicas e os Espaços Públicos Institucionais

Cabe a análise sobre as possíveis variáveis que têm sido importantes para a promoção de espaços não inclusivos, no âmbito institucional público, buscando compreender o processo de difícil construção das questões de gênero e das identidades sexuais, permeado por práticas misóginas e heteronormativas, em que prevalece a cultura de supremacia masculina, presente em espaços sociais.

Quando falamos em espaços públicos institucionais, nos referimos a espaços de participação social. Sílvia Benelli (2004), cita o entendimento de Goffman (1987), sobre as instituições totais enquanto estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, que pode ser terapêutica, correcional, educativa etc. Com base nesse entendimento, estariam inseridas nesse rol lugares sociais como a escola, hospitais, instituições psiquiátricas, fábricas, entre outros.

Os espaços institucionais, funcionam como pequenos núcleos de participação social, onde ocorrem interações entre indivíduos distintos, expostos ao contato com a alteridade de diferentes visões e condições objetivas, e, por essa razão, também desenham malhas de poder no gerenciamento das suas relações, como ressaltou Goffman: “a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão” (GOFFMAN, 1987, p.148).

Ao afirmarmos que esses espaços institucionais podem funcionar como núcleos de participação social, não devemos cair na visão errônea de independência desses, pois atuam e criam regras de participação social embasados em todo o contexto cultural que gerencia a vida em um território específico, que foi criada a partir de um espaço vivenciado. Logo, o contexto cultural, que é produzido através do poder simbólico e do uso dos geossímbolos, se aloca no território onde os espaços públicos institucionais estão inseridos, tendo total influência sobre a forma como as relações serão conduzidas dentro destes. Nesse quadro, para além da sua atuação, os espaços públicos institucionais são feitos para reproduzir as perspectivas sociais criadas pela herança político-cultural, que centralizou, hierarquicamente, as relações na construção da ordem social de um território. Estabelecidas em uma sistemática de mútua influência com o meio, isto é, são espaços não dissociados da cultura, que reproduzem dentro do contexto institucional as predileções impostas pela ordem hegemônica, mas, por essa reprodução de padrões, também assumem a dimensão de redes de poder.

Para Guacira Lopes Louro, as redes de poder funcionam para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma. Para tanto, são realizados investimentos continuados, reiterativos e repetitivos:

Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades (LOURO, 2004, p.82).

Muitos dos campos em que se inscrevem as redes de poder fazem parte dos espaços públicos institucionais, baseando-se, assim, a comprovação da interação deste meio com a relação de mútua troca entre a influência produzida pela cultura na consolidação destes espaços, e a reprodução de padrões no núcleo interno social destes que refletem a reafirmação da ordem cultural hegemônica.

O contexto cultural é quem dita às regras de adequação ou abjeção dos indivíduos e de suas práticas, normalizando comportamentos ou os condenando, com base em toda a estrutura criada pelas redes de poder que absorvem a herança político-cultural do meio.

As práticas institucionais produzem sujeitos como efeito dessas práticas, que por sua vez são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional. Podemos aprender com Goffman como o poder, ao enformar práticas sociais que visam o corpo do homem, transforma-o num indivíduo e também num objeto científico, ao aprisioná-lo em uma certa “natureza” ou “identidade”, fruto das relações poder/saber, caracterizando-o como louco, delinquente etc. (BENELLI, 2014, p.86).

A forma como são conduzidas as práticas desenvolvidas no bojo dos espaços institucionais, colaboram para a estigmatização de sujeitos que são tomados como alvos de adequação ao sistema social vigente, são esses que não se enquadram e que representam uma ameaça à ordem hegemônica, que, para a própria perpetuação desse sistema, tenta moldar as arestas que lhe fogem ao controle. O estigma social é o que mensura o grau de qualificação de uma pessoa, ou grupo, como aptos para participar do sistema social, como bem definiu Goffman (1988), esse é: “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p.7).

A ordem institucional é gerenciada, na maioria das vezes, por uma equipe e pelos próprios integrantes da instituição, através da produção cultural nascida das relações de poder, disciplinam as práticas sociais, na adequação dos entes estigmatizados que buscam se organizar a ela ou oferecem resistência a esse poder.

Dentro de um contexto cultural que prezou pela supremacia masculina, da heteronormatividade, e dominação do modelo paternalista de sociedade, existe uma complexa relação entre as mulheres lésbicas e os espaços públicos institucionais. A razão para tal, se dá por pertencerem a um gênero que teve seu espaço social demarcado historicamente segundo a dominação do macho, sujeitas as violências diversas e opressões pelo patriarcado, que, não obstante, desprezou as sexualidades desviantes da heterossexualidade compulsória.

Os espaços públicos institucionais incorporaram, tradicionalmente, as regras do jogo social, na reprodução de estigmas, exclusão e perseguição às mulheres lésbicas, assumindo assim as dimensões de lugares sociais projetos a expulsão desse segmento social, levando-as a invisibilização, o que motiva a abjeção dessas vivências.

A abjeção tampouco é um mero estado de coisas e posições de sujeitos; ela basicamente suscita emoções relacionadas às valorações que dependem dos particulares contextos de produção dos sentidos do antagonismo... a emoção básica em relação ao abjeto é a repugnância (FIGARI; DIÁZ-BENITEZ, 2009, p. 22).

A abjeção lançada nos espaços públicos institucionais, contra as mulheres lésbicas, envolve penalidades imensuráveis e de naturezas variáveis, visto que esses se configuram

como ambientes impelidos a oferecerem uma série de serviços, muitos essenciais, à vida humana. Joseli Silva (2009, p.141-142), em *Geografias subversivas*, destaca que, os transgressores da norma geral estabelecida são fadados a severas punições, construídas pelas táticas eficazes e sutis da interdição, ainda que, do ponto legal, a sociedade brasileira não possa mais perpetrar punições físicas pela ordem do estado a essas pessoas: “Mas as penalidades são praticadas, e elas respondem por inúmeras mortes de pessoas consideradas ‘anormais’” (SILVA, 2009, p.142).

Colocando-a à margem da sociedade, a repugnância que a abjeção impõe a figura da mulher lésbica reforça o entendimento heteronormativo de que essas não possuem lugar de pertencimento dentro da sociedade, e que, ao não corrigirem suas condutas sexuais, devem ser punidas ou esquecidas dentro do sistema, o que ocasiona uma série de problemas frutos da falta de visibilidade das necessidades desse segmento.

Todas as interlocutoras responderam afirmativamente diante da pergunta se já haviam frequentado espaços públicos institucionais na companhia de parceiras, entretanto, obtivemos diferentes respostas e reações quando questionadas se sentiram-se à vontade, confortáveis, e seguras para trocar carícias e contatos afetuosos nesse mesmo espaço social. Essas interações costumam ser corriqueiras para casais heterossexuais, e primordiais para a diferenciação social do que é um encontro entre amigas e um encontro romântico. Orquídea, Margarida, e Rosa revelaram ter uma postura mais reservada e discreta por proteção.

Não, nos espaços públicos eu acho que tem que ter cuidado, a gente sempre procura, por exemplo, se for à noite ou onde tem várias pessoas e é lugares esquisitos a gente evita. É uma cultura ainda que a gente tá desconstruindo né, a gente se abraça, pega na mão e tal, dá um cheiro, coisas bem simples mesmo (MARGARIDA, 2021).

A visão de inferioridade feminina, e abjeção das sexualidades que fogem a heterossexualidade, ultrapassam todas as searas sociais, estando presente na composição das normas dentro dos espaços públicos institucionais, visto que esse tende a reproduzir e reforçar o poder cultural daquele território no qual está inserido. Eduarda Ferreira (2015, p.2), determina, que, no contexto da heteronormatividade, os espaços públicos em que as pessoas heterossexuais cisgênero não se sentem constrangidas na expressão pública da sua identidade sexual, as mulheres lésbicas são coagidas, de forma indireta ou direta, a entrarem em um modo de permanente autovigilância constituindo assim: “uma noção interiorizada da relação mútua de constituição e reprodução entre identidades e espaços” (FERREIRA, 2015, p.2 - 3).

A autovigilância imposta dolorosamente às mulheres lésbicas pode desencadear problemas de autoaceitação, na criação da noção de inferioridade de seus afetos e da sua própria existência, o que acarreta uma série de prejuízos emocionais, e a sua cidadania, visto que a boa relação com a sexualidade tem total ligação com a saúde física e mental.

Nos lugares a gente não andava de mãos dadas, sempre estávamos juntas, mas se eu disser a você que a gente vai, por exemplo, dentro de um shopping e andar de mãos dadas lá, eu particularmente nunca tive esse privilegio não. Se você vai para uma boate LGBT é uma coisa, uma história, mas se você vai para um restaurante mais hétero é outra. A gente tinha consciência de que o beijo homoafetivo não existe ainda, até hoje, a gente aceita, vai para cima, conversa, mas ainda não é liberado no Brasil, não é bem visto (AZALÉIA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O beijo entre duas mulheres, dentro dessa sistemática heterossexista, gira em torno de um tabu criado pela abjeção a todas as sexualidades desviantes da heteronormatividade, associado à perversão, agravado, ainda, pela objetificação da figura feminina. Essa objetificação a colocou em um espaço de pouco, ou nenhum, prestígio em relação ao lugar social do homem, o que definiu a dominação desse poder na territorialidade de seus corpos e na desumanização de seus afetos.

Orquídea diz que, acima de tudo, aprendeu a ser uma mulher reservada em espaços públicos institucionais: “eu me sinto sim à vontade, não de dar um beijo na boca dela, isso não, né? Mas de andar de mãos dadas, de chegar assim no ambiente, de fazer um carinho no rosto” (ORQUÍDEA, 2021).

Diante da mesma pergunta, Rosa relata uma situação vivenciada em que foi repreendida pela equipe multiprofissional de um restaurante, na ocasião estava com os filhos, em um momento que foi pensado para ser de recreação e divertimento para a sua família, sofreram constrangimentos, na frente de todos os outros clientes, por beijar sua esposa.

Eu gosto muito de ir nos rios com ela, e uma vez uma mulher que trabalhava em um bar no lugar chegou para falar que a gente não podia se beijar porque era muito feio, porque tinha criança lá, meus filhos iam ver, eu perguntei qual era o problema nisso? Eu não posso beijar minha esposa? Mas um homem e uma mulher podem se pegar na frente de todo mundo? E ela disse que era diferente, mandou a gente ir embora (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Rosa ainda conta que sua esposa ficou durante dias, extremamente triste com a situação, evitando sair para esse tipo de passeio. Abalada psicologicamente pelo constrangimento, conseguiu voltar a si e melhorar seu estado a partir do momento em que começou a se questionar se aquilo que elas estavam fazendo era algo errado: “comecei a dizer

a ela que a gente não tinha errado, não tinha problema, e com o tempo ela mesma me disse que estava pensando e viu que tinha sim direito de me beijar e me abraçar” (ROSA, 2021).

Como um meio de se proteger de eventuais violações de seus direitos e, na tentativa de priorizar a saúde mental, de acordo com o seu entendimento pessoal, Lírio relata que sempre tenta evitar contatos afetuosos e troca de carícias em espaços públicos institucionais, e é taxativa ao dizer que não se sente à vontade, confortável e principalmente, segura para isso.

Na contramão das outras interlocutoras, Girassol, conta que hoje adota uma postura diferente, frequenta espaços públicos institucionais com parceiras, e estabelece contatos afetuosos sempre que tem vontade:

E se eu tiver com uma namorada eu vou, eu levo para todo canto que eu vou, eu vou para a rua, eu vou para o cinema, eu vou para qualquer espaço, eu sempre vou para todo canto, solenidade política é o que eu mais vou com uma pessoa, se alguém olhar atravessado ou faça comentários eu vou para o enfrentamento. [...] Eu não levo desaforo para casa, e aí eu sou daquela que vive a construir, e além do mais eu entendi que aonde eu chego... Eu preciso dizer que sou, sou feminista! Sou lésbica! Sou mulher! Sou mãe de um menino gay e uma menina bi! (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

A postura de Girassol é uma afirmação social e política de que é uma mulher lésbica e que está em seu direito ocupar espaços ainda que venha a causar desconforto na ordem hegemônica pregada pela heteronormatividade. Entretanto, sua resiliência diante sua luta é cercada por nebulosas consequências, revelando ser uma mulher psicologicamente adoecida, Girassol conta que: “[...] já passei por tanta coisa, acho que talvez as pessoas que me conhecem já não falam mais nada porque sabem que eu vou com dez pedras na mão” (GIRASSOL, 2021).

A imposição do modelo social da heterossexualidade compulsória, ainda interfere em uma série de princípios e garantias constitucionais, como o direito à privacidade, a liberdade, e a dignidade da pessoa humana, o que fere a garantia dos Direitos Humanos desse segmento social.

Ela inclui, certamente, isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres. Ao nosso próprio risco, romantizamos o que significa amar e agir contra a corrente sob a ameaça de pesadas penalidades. E a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de

nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor (RICH, 2010, p.36).

O reconhecimento em um lugar de abjeção é se perceber desprezível ao sistema social, muito distante de romantizarmos a força e resiliência das mulheres lésbicas, precisamos evidenciar que resistir e ir contra a corrente pode ser um processo não só doloroso, mas perigoso dentro de uma cultura que se mostrou historicamente misógina. Os corpos das mulheres lésbicas tornam-se desprezíveis ao sistema social, pois esse impõe o modelo de família heterossexual.

As interlocutoras também deram mais detalhes se, nos espaços públicos institucionais que frequentaram, sofreram represálias e violências. Tulipa, que se intitula lésbica da “velha guarda”, relatou que em sua juventude fez diversas viagens e aprendeu a ser artesã junto a sua namorada da época, e, em uma das exposições de suas peças sofreu uma situação de terror: “Uma vez em um bar, no Pará, a gente estava expondo as peças, e minha namorada chegou em mim e fez carinho, e teve um momento de muita tensão, um cara lá não gostou e quis nos agredir” (TULIPA, 2021).

A maioria das situações relatadas revelou que a represália ou violência veio por parte da equipe multiprofissional que atuava no espaço, sempre depois de perceberem o estranhamento de outros usuários e transeuntes do mesmo.

Eu sentia isso pela população mesmo, é quase natural, você circular em um espaço de shopping, ou até pra você circular em um espaço mais assim fechado, ou um evento, para teatro, é uma coisa assim muito forte e até normal de se sentir (AZALÉIA entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Isso nos remete ao fato de que, aqueles que participam ou desenvolvem atividades profissionais dentro desses espaços tendem a reforçar a ordem institucional que é baseada na produção cultural que nasce nas relações de poder. A produção cultural é, então, a principal ferramenta de legitimidade para a prática repressiva dessas condutas. Os responsáveis pela criação dessa malha cultural são os indivíduos que dela fazem parte, isto é, os usuários e transeuntes do espaço público institucional, que tem suas percepções consolidadas pela dominação do macho e da heteronormatividade, revelando uma latente rejeição ao outro e a sua verdade.

Com base em toda a historicidade de opressão a figura das mulheres lésbicas, essas constituem o elo mais fraco e vulnerável das relações estabelecidas dentro dos espaços públicos institucionais. E, em um mundo sexualmente hierarquizado, perceber e reconhecer o

direito de pertença das mulheres lésbicas dentro de um espaço demarcado pela dominação heterossexual, representa um risco ao grupo dominante, como aponta Hooft (2013, p.152): “ter que ouvir seria visto como uma ameaça à própria autoafirmação e à vontade de poder” (HOOFT, 2013, p.152). Seguindo essa linha de pensamento, podemos nos apropriar das reflexões de Bauman (2004, p.183), estabelecendo um paralelo relacional com a afirmação de Hooft, que os protagonistas do discurso tornariam os argumentos dos outros, em nosso caso de análise às mulheres lésbicas, como inconsequentes: “de preferência inaudíveis ou, melhor ainda, jamais vocalizados” (BAUMAN, 2004, p.183). A abjeção e o silenciamento colocado contra as dores vivenciadas por mulheres lésbicas faz parte da invisibilidade de suas existências.

Margarida e Lírio revelam ter sofrido, nesses espaços, um tipo de violência muito comum e presente na vida daqueles que exercem uma sexualidade desviante da heteronormatividade, a violência velada. A violência velada se mostra corriqueiramente nas relações de poder, aprisionando, intimidando e submetendo a opressões diversas podendo ser levada a efeito de forma verbal ou psicológica, na discriminação indireta de gêneros. A violência velada não parte de um ato de violência física, mas nem por isso é menos visível ou brutal, sendo sentida no ímpeto dessas mulheres e produzindo reflexos para todo o grupo.

A gente já sofreu só que violências veladas, vou dar um exemplo recente do dia dos namorados em um restaurante, a gente chegou primeiro e não fomos atendidas, vários outros casais chegaram depois da gente e foram. Aquilo ali foi para gente terrível, e a gente não comeu naquele lugar, e fomos para outro né, isso para gente foi constrangedor porque a gente estava lá independente de ser um casal de lésbicas, a gente era cliente, fomos sendo esquecidas na mesa em um dia que era especial (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Nas experiências vivenciadas por Lírio, ela assume que sempre sofreu com esse tipo de violência, sentida tanto por ser mulher lésbica, quanto por ser negra. Para ela, esse tipo de violência, no caso de mulheres lésbicas, é algo mais comum e rotineiro: “Muitas vezes, a gente só entende o preconceito com gestos e palavras explícitas, mas eu diria que o preconceito velado é mais latente, diário, e inclusive ele atinge mais” (LÍRIO, 2021).

A intolerância e os preconceitos criados pela abjeção instituída dentro dos espaços públicos institucionais, sejam postos de forma direta ou velada, vão contra os direitos fundamentais e Direitos Humanos das mulheres lésbicas. O que envolve problemas relacionados à cidadania sexual, a participação nos campos de conhecimento, o acesso a capacitação para serem inseridas no mercado de trabalho, o direito ao respeito, a liberdade, a

igualdade, a intimidade a autonomia de escolha, de buscarem felicidade, às distanciando do pressuposto de que são pessoas passíveis de merecimento de uma vida digna.

Quando questionadas se, diante das represálias e violências sentidas em espaços públicos institucionais, procuraram amparo legal para culpabilizar e punir aqueles responsáveis pelas condutas lesbofóbicas, Azaléia, Margarida, Tulipa, Lírio e Rosa afirmaram que nunca buscaram essa responsabilização. Lírio aponta a principal dificuldade que sente ao pensar em procurar justiça: “Nos espaços foi mais velado, e não tínhamos como dar andamento, não tínhamos provas a não ser o que sentimos” (LÍRIO, 2021). As mulheres lésbicas constituem um grupo socialmente vulnerável que sofreram historicamente com o apagamento de suas figuras, ou com a submissão de seus corpos, o que nos remete também a ideia de minimização de seus sofrimentos, e o grau de confiabilidade que entes, participantes do poder, depositam sobre seus relatos. A própria invisibilidade lésbica gera precedentes agravantes diante situações como essas, visto que, aquelas que não são validadas á vida pública, política e social, não existem, e, uma vez relegadas à esfera da não existência, não possuem autoridade e credibilidade em suas vozes até que ocorra um confronto pela luta e resistência.

Orquídea e Girassol trouxeram situações bem específicas que se diferem das outras interlocutoras em razão do tipo de território em que ocorreram, levadas ao enfrentamento e até a buscar amparo e proteção legal, essas mulheres sofreram com a invasão dos seus territórios de refúgio e segurança, com fatos ocorridos dentro de suas casas.

O que aconteceu uma vez comigo foi na casa que a gente morava. Foi uma agente de saúde, ela chegou e foi fazendo perguntas do tipo “quantas pessoas moram na casa?” aí eu disse “quatro pessoas” e ela “pai mãe e filhos?” e eu respondi “não, moram quatro pessoas”, e ela ficou insistindo várias vezes, questionando, então eu disse “eu, a minha esposa e dois filhos” aí ela parou espantada, aí falei “próxima vez que tu for fazer uma visita, tu não faz isso não. Porque hoje o contexto familiar mudou, então você vai entrar em casas que não vai ter pai, mãe e filhos, vai ter pais e filhos, mães e filhos e você insistindo dessa forma como você fez, você deixa a pessoa constrangida (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Orquídea foi constrangida dentro de sua própria casa, com a sua existência questionada, bem como a de sua família, fora dos limites territoriais demarcados pelo espaço público institucional, todavia, em sua essência, equipara-se as situações vivenciadas pelas demais interlocutoras em razão de ter sido provocada por um indivíduo ligado a equipe multiprofissional que atuava, naquele momento, em nome de uma instituição específica, não dissociada dela, carregando, dessa maneira, as predileções defendidas pela ordem

institucional. Cabe ainda a complexa análise sobre o caso, por se tratar de uma agente de saúde pública, questões relativas a essa seara serão mais aprofundadas em tópico futuro sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres lésbicas na presente pesquisa.

No caso de Girassol, o temor exercido por um profissional que atuava em nome de determinada instituição, invadindo os limites territoriais de sua casa, chegou a um nível de extrema violência. Devido a um desentendimento e a inconformidade do proprietário em ter seu restaurante situado ao lado da casa em que ela vivia com sua esposa e filhos, Girassol viveu um ataque à bomba, agressões físicas, insultos e humilhações:

Eu morava vizinho ao restaurante X, o cara soltou uma bomba no terraço da minha casa e eu morava com uma mulher e aí ele depois bateu em mim, me chamou de sapatão, me chamou de macumbeira porque o pessoal tocava lá em casa. O povo fez um movimento na frente do restaurante X, foi grave, foi um episódio terrível, lesbofobia extrema, me lembro que o movimento foi para frente do restaurante, as mães de santo porque eles não sabiam nem o que era uma ciranda, e no fim eu perdi o processo. Em todo canto eu procurei amparo legal, e eu perdi, porque ele tinha muitas condições, ele tinha oito advogados e ele montou testemunhas, entendeu? Meus filhos vendo tudo isso, sabe? Quando eu fui para delegacia com a minha companheira fazer o B.O. ficaram os meus dois filhos em casa, o cara que bateu em mim queria arrombar o portão e matar meus filhos, minha filha ligando para dizer que meu filho estava com uma faca e que se o cara entrasse iria virar um assassino. Tu imagina? Você em uma delegacia fazendo um B.O. e tua filha liga assim desesperada, traumatizando. Eles têm medo, entendeu? Porque não foi fácil e não tá sendo fácil, não tá sendo fácil (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

É a invasão da lesbofobia dentro do território privado e particular do lar, legitimado pelas predileções pregadas pela ordem institucional que reflete uma sociedade extremamente misógina e heterossexista. A articulação do movimento em protesto feito na frente do restaurante em apoio a Girassol e sua família, uniu mulheres lésbicas e outros grupos que vivem em situação de vulnerabilidade social, constituindo assim fortes sinais da presente luta e resistência desses segmentos sociais.

Com base no movimento de resistência, e todo o contexto da luta feminina, as mulheres lésbicas e as suas questões vêm ganhando cada vez mais notoriedade, indo contra o processo de apagamento das suas existências, o que representa uma crise no controle patriarcal de seus corpos e espaços de pertencimento. Como aponta Durval Muniz (2013, p.135), o patriarcalismo, como conceito, nasce da visão de homens pertencentes a um grupo social que se sente emasculado, perdendo a sua potência de dominação: “homens fragilizados, amolecidos, desfibrados, senis, depauperados, senão fisicamente, mas do ponto de vista de seu

poder e status, homens em declínio, ameaçados por novos grupos sociais que vêm dividir seu espaço, encurtá-lo, modificá-lo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p.135).

No caso de Girassol, percebemos sua inconformidade e revolta, justificáveis, diante a impunidade daqueles que atacaram a ela e sua família, em suas palavras, aponta o desespero que sente em não ter sido amparada juridicamente: “Em todo canto procurei amparo legal” (GIRASSOL, 2021). Ainda assim, o desfecho do caso lhe trouxe prejuízos psicológicos, se definindo como uma “mulher adoecida mentalmente”, que hoje convive com problemas de pressão alta, além do fato que precisou se mudar da casa em que morava temendo por sua segurança e de sua família. O que nos faz pensar que, no caso em questão, a lesbofobia fincou uma bandeira de vitória dentro do território do lar de uma família com matriarcas lésbicas, porém não sendo uma vitória absoluta por ter encontrado forças de resistência que se opuseram em organização contra aquela dominância.

Como anteriormente mencionado, duras são as penalidades sociais impostas as mulheres que vivenciam a lesbianidade, o afastamento nos campos de conhecimento implica em dificuldades no acesso a capacitação, além das barreiras instituídas pelo preconceito e estigmatização do grupo, quando inseridas no mercado de trabalho. A maioria das nossas interlocutoras passou por questionamento sobre a orientação sexual no espaço de atuação profissional, outras buscaram manter estratégias para que essa não fosse revelada mediante o temor de sofrerem perseguições ou perderem o emprego.

No mundo sexualmente hierarquizado, existe uma relação entre a orientação sexual e às relações capitalistas. Para Gilberta Soares (2016, p.132), quando as mulheres se descobrem lésbicas, se deparam com a necessidade de começar a trabalhar, sair da casa dos pais e garantir o lugar de provedora da sua vida: “O trabalho adquiriu o significado da autonomia pessoal para poder garantir a independência e não sofrer discriminação da família, conquistada com a independência financeira” (SOARES, 2016, p.132). Como foi o caso de Azaléa, que saiu de casa e buscou sua independência financeira após o episódio em que partiu para a luta do domínio de seu corpo território, opondo-se ao pai que queria invadi-la com um vestido.

Muitas vezes, as atividades profissionais são desenvolvidas dentro de instituições, e diante a complexa relação das mulheres lésbicas com os espaços públicos institucionais, essas se deparam com violências diversas, praticadas pela própria equipe multiprofissional, quais sejam seus colegas de trabalho ou aqueles que ocupam cargos de chefia. Com nossas interlocutoras, as violências foram postas de forma direta ou velada, rodeadas de pressões

diante a curiosidade de se revelar a orientação sexual daquelas que tinham uma postura mais discreta, como um pecado a ser exposto, ou de ataques diretos a dignidade e segurança das que faziam questão de afirmar a identidade lésbica dentro daquele espaço.

Por exemplo, eu trabalhei em escolas na rede privada, e na última escola que trabalhei eu sofri uma certa pressão apoiada nesse preconceito velado, justamente porque as pessoas tinham curiosidade sobre minha vida, fofocas dentro do ambiente de trabalho mesmo, eu só me abria a uma ou duas pessoas que eu geralmente falava e confiava. Eu me lembro que um fato bem determinante que inclusive me levou a ser demitida dessa escola, foi que no final do ano tinha aquelas festas de confraternização que as escolas fazem, algumas pessoas já desconfiavam que eu me relacionava com mulheres, mas nunca perguntavam diretamente e quando faziam eu já sabia qual era a intenção então eu não falava, sempre desconversava, e era uma escola de elite, em um bairro de elite daqui de João Pessoa então eu já sabia o peso que isso poderia atrair [...] e eu disse a minha atual companheira que nós iríamos noivar porque eu queria levar ela nessa festa de confraternização, e nós realmente fomos com alianças na mão, e eu me lembro que foi um furdunço a noite inteira por causa de nós duas. As pessoas perguntavam quem ela era, se era minha prima, minha irmã, mesmo nós duas sendo etnicamente diferentes, e eu não respondia, só apresentava ela pelo nome e eu me lembro que essa situação foi difícil para mim, mesmo minha companheira levando a noite inteira de forma bem leve e humorada. E depois daquela confraternização, na semana seguinte, eu fui demitida, e foi justamente porque eu sabia que estava sendo motivo de conversas, o pivô dos comentários, hoje tenho muita lucidez em dizer que aquilo foi um gesto de LGBTfobia, na época eu não tinha testemunha, não tinha comprovação explícita (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

Para Lírio, sempre existiu uma expectativa que, durante muito tempo não foi consumada, sobre a sua orientação sexual, e isso gerou um ambiente de trabalho hostil a sua existência, quando confirmadas às suspeitas, sofreu ainda mais preconceito. O enclausuramento doméstico da figura feminina, e seu afastamento do campo educacional, também repousam sobre a sistemática de dominação paternalista. Essa projetou, ainda mais severamente, tais imposições às mulheres lésbicas.

Os espaços públicos institucionais voltados à educação se positivam enquanto campos de conhecimento e aprendizagem, mas também assumem a dimensão de rede de poder como meio da biopolítica, na qual se reproduzem os ensinamentos da ordem social. A orientação sexual é um aspecto intrínseco da vida humana, por mais que existam as relações dentro da lógica do armário, somos seres sexuados e não deixamos a orientação sexual na porta da sala de aula.

Inseridos em um contexto que tomou como herança político cultural a centralização do poder masculino, replicamos aspectos dessa dominação no ambiente escolar, que atingem os

educandos como também a equipe multiprofissional. Nos deparamos com a necessidade de descolonização dos currículos educacionais, o que significa assumir uma nova direção nesses meios, que contemplem as subjetividades dos indivíduos, em uma política da diferença, chamando ao debate, e dando autoridade aos entes subalternizados no processo de dominação estabelecido por homens brancos. Para Stuart Hall, o conhecimento é ligado ao poder. Esse não apenas assume a autoridade “da verdade”, como tem campo de se fazer verdadeiro: “Conhecimento, quando usado para regular a conduta de outros, leva à constrição, à regulação e ao disciplinamento de práticas” (HALL, 2016, p.88). Afastar a existência lésbica dos espaços públicos institucionais voltados à educação é uma tentativa do poder vigente de torná-las invisíveis a ordem social, como também, breca o aprofundamento dessas nos campos do conhecimento.

Lírio também revelou que, por ser mulher negra, sempre sentiu uma vigilância maior em relação às suas condutas e abordagens: nunca das crianças para quem lecionava ou de seus pais, mas sim dos colegas de trabalho: “[...] isso veio de quem eu não esperava, todo preconceito, toda violência, vinha sempre por parte de outros colegas de profissão” (LÍRIO, 2021). No caso em questão, o entrecruzamento com as opressões de gênero, sexualidade e raça criaram duras consequências para Lírio, que perdeu seu emprego.

Rosa é outra de nossas interlocutoras que perdeu seu emprego em decorrência da interseccionalidade de opressões. Como uma mulher negra, lésbica, sobrevivendo com baixa renda familiar, conseguiu um emprego junto a sua esposa em um atacadão, mas mesmo ambas mostrando um excelente rendimento diante as metas estabelecidas no trabalho, foram demitidas.

[...] Tirou porque a gente é lésbica, a gente conseguiu muita clientela pra ele, e ele mesmo assim nos tirou e ainda saiu sujando nosso nome. E foi o próprio patrão, os clientes que nos falaram depois. Na época da demissão ele falou para uma ex-patroa minha que tinha demitido a gente porque pegou a gente tendo relação dentro do trabalho, e ela falou que não acreditava, porque nunca faltamos com respeito no trabalho. Pra gente ele não nos deu justificativa, ele falou só que não estava dando certo, que a gente sempre estava juntas e os clientes não iam gostar de ver duas lésbicas lá no ambiente, e minha esposa disse “olhe, ela é minha esposa, não vou excluir ela e estou vendo que o que está incomodando é a presença dela, e se ela não pode tá eu prefiro sair” (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Não satisfeito em fazê-las perder o emprego, o fato de o patrão seguir difamando-as denuncia o heterossexismo presente no espaço de trabalho. Analisando a perspectiva da sexualidade associada às relações capitalistas, temos Joseli Silva (2009, p.39), refletindo sobre

Knopp (1992), a sexualidade, o gênero e a classe, juntamente com a raça, a etnia e tantos outros elementos, estão implicando de forma relacional, e as estruturas espaciais e conflitos constitutivos das reações de classe são também elemento essenciais da sexualidade, onde o desenho urbano se baseia nas divisões dos papéis de gênero e da divisão espacial do trabalho implicando na construção da sexualidade hegemônica. É uma relação imbricada entre todos esses entes que corrobora para que a heterossexualidade seja o padrão de sexualidade vigente.

Girassol é uma mulher lésbica que passou por diversos processos traumáticos nos espaços de atuação profissional que trabalhou ao longo da vida, como professora, vivenciou o primeiro enfrentamento após organizar uma greve em uma escola da rede privada onde os colegas de profissão ainda não tinham conhecimento da sua orientação sexual, foi constrangida publicamente pelo diretor da instituição: "ele me chamou de sapatão na frente dos alunos, que eu era 'sapatão mãe da greve', todo mundo na escola ficou me olhando passados, todo mundo, né? Porque ninguém sabia que eu era e eu também não disse nada" (GIRASSOL, 2021). O diretor da escola, uma figura masculina, que ocupa cargo hierarquicamente superior ao de Girassol, ao escolher, propositalmente, constrangê-la expondo a sua identidade sexual sem seu consentimento, com base na forma pejorativa com a qual a tratou, utilizou de violência simbólica para desqualificá-la e retirar a credibilidade do movimento de greve que ela estava à frente, como uma tentativa de brechar seu empoderamento político e papel de liderança. Girassol conclui que mediante a situação precisou pedir demissão, e, ao chegar no gabinete do diretor, foi novamente vitimizada pelos ataques e ofensas: "quando fui sair da escola cheguei para pedir minha demissão e ele disse 'mas você é sapatão!', e aí eu assumi para ele pela primeira vez 'sou, e não admito que você fique dizendo, eu não lhe dei esse direito'" (GIRASSOL, 2021). Nascendo desse primeiro momento de enfrentamento, Girassol passou a se empoderar para enfrentar situações de lesbofobia no ambiente de trabalho, sempre afirmando a sua identidade sexual de mulher lésbica, porém revelando as diversas dificuldades e sequelas que esse processo lhe trouxe:

Todo mundo gostava de mim, eu era uma pessoa maravilhosa e os professores me respeitavam, até o dia em que uma professora me convidou para ser vice diretora da escola, aí foi peso, aí foi onde eu conheci a lesbofobia de verdade. Meu primeiro embate forte em um espaço público foi esse, quando cheguei na sala dos professores todos saíram. Uma aluna foi e disse "professora tão dizendo que a senhora é sapatão lá na sala dos professores, a outra chapa disse que a senhora vai ensinar a gente a ser sapatão, a fumar maconha". E lá tem uma escola de experiência, né?, que é de crianças que as meninas faziam os pedagógico e elas iam fazer estágio na própria escolinha, aí a diretora faz uma reunião com os pais e lá diz que eu sou sapatão e que eu não posso ganhar e que as mães e os pais não podem ter

uma mulher como eu, sendo sapatão, na direção da escola, questionando o que é que eu iria ensinar a essas crianças, fez um discurso conservador, e eu sem saber de nada, né?, aí a gente marca uma reunião, a outra chapa, e eu fiquei transtornada, eu fiquei super mal, eu não queria voltar para escola eu não queria. Me crucificaram de uma forma que eu fiquei sequelada na escola, eram três candidatos, e aí começaram a fazer perseguição dentro da escola, meu armário foi arrombado, quando a gente chegava na sala dos professores ninguém falava com a gente. A gente teve apenas 10 votos, fizeram uma campanha tão miserável. E a escola tinha muita mulher lésbica, tinha meninas e mulheres assim, mas falavam nos corredores que era eu que ensinava que as meninas virassem lésbicas, todo mundo ficou falando, e isso foi muito grave para mim, eu não conseguia mais ficar na escola, eu não consegui dar aula mais, eu fiquei em um estado emocional horrível, eu fiz um relatório para secretaria de educação falando que eu não aguento mais me arranja minha transferência que eu não aguento (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Diversos são os pontos que chamam a atenção nesse relato de Girassol, o primeiro deles é o fato de que ela foi acusada a ensinar e influenciar as outras meninas e mulheres a tornarem-se lésbica, como se a sua orientação fosse um tipo de epidemia que se espalharia pelo espaço institucional, ideias contrárias à naturalização da lesbianidade. Debatendo sobre a problemática da influência, Marina Teixeira (2017, p.46) diz que, em nossa sociedade, criamos crianças e jovens para se tornarem heterossexuais, e ainda assim a homossexualidade existe, o que nos leva a questionar esse poder.

Então eu entendi que eu passei 20 anos nessa escola e as pessoas me toleravam porque eu nunca cheguei e elas nunca viram que eu sou lésbica. Eu disse: “eu não aguento mais, é muita porrada em cima de mim”, eu chegava mal todos os dias em casa. Aí pronto, aí foi quando eu saí da escola muito mal, e eles passam por mim, os professores da escola, me olham atravessado, olha foi terrível e não parou por aí. Os alunos eram todos do meu lado, os alunos e as alunas, não tinha nenhum aluno contra e eles queriam fazer até manifestação para eu ficar, mas eu disse “não façam porque eu não vou ficar, porque se o problema fosse só vocês, mas eu tenho que convidar, eu tenho que fazer planejamento de aulas, eu tenho que sentar e quando eu sentava saía todo mundo da sala dos professores, era horrível (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Assim como relatado por Lório, o preconceito e a discriminação maior sofridas por Girassol não partiam dos alunos(as) ou mães e pais daqueles matriculados na instituição, mas sim da equipe, dos colegas de trabalho, o que comprova a tendência desses em reforçar e reproduzir os ensinamentos presentes no contexto social dentro do espaço público institucional, tomam para si, com base em interesses próprios, o papel de agentes reguladores da ordem institucional. Em razão das constantes perseguições, e da forte lesbofobia presente nas instituições, Azaléa evidencia que, apesar de lutarem para que essa situação mude, as

mulheres lésbicas, mesmo as que são ativas dentro do movimento, deixam a critério pessoal se querem ou não revelar a orientação sexual dentro do espaço de atuação profissional: “se eu revelasse, colocasse como bandeira no local de trabalho, estaria adoecida [...] é difícil pra gente, se você não tem saúde para isso, não invente, porque é doloroso” (AZALÉA, 2021).

Girassol também relatou um outro momento muito sensível e traumático, para a sua saúde física e mental, que vivenciou dentro do seu espaço de atuação profissional, quando uma vereadora de João Pessoa a expôs e processou, atacando sua metodologia, plantando alunos na sala de aula para montar uma aula que foi divulgada com fatos falsos, a depreciando publicamente em nome de bandeiras conservadoras de direita que atacam temas relacionados ao gênero e diversidade.

[...] Você invadir a sala de aula de um professor e dizer que o professor disse isso, sem o professor dizer. Violou a liberdade de cátedra que nós temos, nós temos uma lei implantada por Ricardo Coutinho, governador, de liberdade de cátedra e essa lei não existe, ninguém bota em prática. Como é que uma vereadora que não sabe o que é que a gente tá dando aula, nós temos aula sim de diversidade, tem os temas transversais, tem a BNCC, um monte de coisa que ela não entende e ela vai e simplesmente bota na imprensa, joga a gente, foi horrível. Até hoje eu tenho sequela, ela chegou ao ponto de pedir meu emprego, de dizer e pedir para que eu fosse demitida do Estado, meus filhos entraram em pânico, eu só tenho esse emprego. Só porque você é uma mulher lésbica assumida? Aí falam de espaço de poder, as mulheres lésbicas estão existindo porque elas estão brigando para ser visíveis no espaço de poder, mas elas não são visibilizadas, elas são invisibilizada em todos os espaços (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

A realidade da atual situação política brasileira, intensificou severamente as tensões que giram em torno da sociedade e das sexualidades desviantes da heteronormatividade. Para Jamerson de Souza (2016, p.360), o conservadorismo tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos, a razão disso é o significado social que o pensamento e a práxis conservadoras representam dentro de um país de inserção periférica, dependente e heterônoma no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil: “as ideologias conservadoras em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política” (SOUZA, 2016, p.360).

Assim como a situação vivenciada por Girassol, que teve sua sala de aula invadida em nome de uma personalidade política conservadora de direita, que prega o ódio a todos aqueles contrários a ordem institucional da heteronormatividade, Azaléa também revelou situações de preconceito e violência vivenciadas após a chegada do atual governo de direita no poder:

O único momento que eu senti lesbofobia lá em casa foi nessa chegada do Bolsonaro, na campanha, e aí eu tive um certo embate com um cunhado e não foi legal porque ele partiu para o lado pessoal, né? E quando parte para isso é complicado, você tá discutindo a questão política e de repente solta um “sapatão” na história e daquele jeitão bem pejorativo, a minha irmã ainda veio conversar comigo, chorou, pediu que eu deixasse para lá, mas sabe, não, eu tenho minha vida eu vivo minha vida, não dependo dele para nada, prometi que nunca mais iria na casa deles, hoje ainda vou, mas muito pouco (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Para Rosa Godoy (2016, p.02), nos últimos anos, vem-se explicitando cada vez mais na sociedade brasileira um processo histórico qualificado de fascistização, seguindo um sentido político de aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência, e em um sentido ideológico. Diversas são as evidências, documentadas na mídia, especialmente nas redes sociais que comprovam o paralelo entre os governos direitistas e sua relação com a fascistização:

- uma crescente violência, simbólica e física, contra grupos socialmente excluídos;
- uma ampla explicitação de casos de discriminação de minorias sociais, com ênfase sobre relações homoafetiva;
- uma intolerância manifesta de cunho religioso, visivelmente contra expressões religiosas de base étnico-cultural indígena e africana;
- atitudes manifestas contra a liberdade de expressão, nos mais diversos espaços, qualificando opiniões e ações dissidentes às dos manifestantes com o rótulo genérico e homogeneizante de “comunismo”;
- uma desqualificação mútua e generalizada nas redes sociais entre opiniões políticas divergentes;
- ações legislativas para impor uma Escola dita sem Partido, mas nitidamente de cunho religioso creacionista, de base evangélica de mercado, contra princípios culturais e científicos divergentes;
- ações legislativas para enquadrar institucionalmente a Família segundo o velho padrão patriarcalista (GODOY, 2016, p.03).

Esse processo de fascistização da sociedade brasileira tem sido extremamente danoso às mulheres lésbicas, confrontando as suas existências diante o aumento de casos de discriminação de minorias sociais, intolerâncias, e as atitudes manifestas contra as suas participações no campo social e político, o que intensificou os efeitos da abjeção no qual são historicamente sujeitas.

A família piorou muito depois de Bolsonaro, porque eles tinham meu número e me mandavam kit gay, aí foi preciso eu falar sério, ligar e dizer “para, para que isso é notícia falsa, vocês são professores e desde quando a gente recebeu kit gay?”, eu precisei bloquear todos, entendeu? Hoje eu não falo com ninguém, nem eles falam comigo, porque todas apenas me toleravam. Primeiro porque eu era adotada, e eu senti minha vida toda um preconceito por isso, e depois por ter saído em todos os lugares meu nome, em todo canto, com o sobrenome, como coordenadora de um centro gay, nas

paradas gay em um trio elétrico falando [...] Todas as minhas primas fechavam a porta. A minha questão de vida é que eu vivi tanta invisibilidade que, que eu aprendi, não vou fazer nada, vou simplesmente dizer quem eu sou. Se estão me cancelando eu vou para o enfrentamento (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Em paralelo com a historicidade de opressão às mulheres, os ataques e negações da memória coletiva das mulheres lésbicas, e as tentativas de invisibilizar suas existências, vivenciamos momentos tortuosos na seara política, do alinhamento de ideias autoritaristas apoiadas no conservadorismo cristão que alia pautas econômicas e sociais, diante a imposição do padrão cultural da política sexual heteronormativa. Os avanços e conquistas, frutos da luta e resistência daqueles subalternizados no processo de constituição da nossa sociedade, encontram reação quando governos conservadores ocupam o poder.

De acordo com Guacira Louro (2008, p.242), se, por um lado temos alguns setores sociais que passam a demonstrar uma maior aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, encontramos setores tradicionais que renovam e recrudescem seus ataques: “realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (LOURO, 2008, p.242). Existe então, uma crise nas superestruturas, onde o opressor, legitimado durante anos a oprimir e subalternizar entes em desprestígio a sua existência, tem se organizado e reagido com violência diante as ameaças de perda de controle desse poder.

Partindo das narrativas apresentadas por nossas interlocutoras, constatamos que a relação das mulheres que amam mulheres com os espaços públicos institucionais é, muitas vezes, problemática. A descrença nos mecanismos jurídicos de proteção para as mulheres lésbicas, bem como o desamparo encontrado por aquelas que o buscaram, denunciam limitações significativas na proteção dessas, em especial nas Políticas Públicas promovidas pelo Estado, pontos levantados por cada uma de nossas interlocutoras que serão apresentados posteriormente.

Diante o espaço social produzido, ligado ao nosso contexto cultural, as instituições sociais vão reproduzir, dentro da ordem institucional, princípios morais que se configuram sobre os indivíduos como poder opressor. É aquilo que chamamos de poder paternalista ou patriarcado. Enquanto que, o espaço social vivenciada pelas mulheres lésbicas, nossas interlocutoras, não está direcionado nessas instituições, mas é demonstrado pelas experiências de alteridade, nas quais desenvolveram seus próprios mecanismos de proteção diante abjeções

e violências historicamente sofridas, conformando uma maneira diferenciada de lidar com essas superestruturas.

Resiliência também dói, né? Muito, muito, muito. Agora se você me perguntar se eu faria tudo isso de novo, eu faria tudo de novo, só para ser essa pessoa que eu sou. Todo mundo diz “você é muito forte”, ah meu amigo! Eu não sou forte não, apenas tô tentando sobreviver (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Manter uma postura discreta de constante autovigilância, evitar trocar carícias e contatos afetuosos com suas parceiras, em especial dentro de espaços públicos institucionais, ter o cuidado de analisar o tipo de lugar que estão frequentando e as possíveis variáveis que podem surgir pelo incomodo ou não aceitação que sua presença pode gerar, traduzem a forma diferenciada que as mulheres lésbicas desenvolveram para lidar com as superestruturas. Joseli Silva (2009, p.45), reflete sobre a ocultação das identidades homossexuais, tema desenvolvido por Valentine (1993), devido à forte ideia de inferioridade atribuída aos dissidentes da heteronormatividade, com suas implicações espaciais, centrada nas experiências das mulheres lésbicas, alerta que: “para evitar a hostilidade e a discriminação, o grupo opta, muitas vezes, por não expressar claramente sua identidade sexual em determinados locais e em determinadas épocas da vida, estabelecendo estratégias de sobrevivência” (SILVA, 2009, p.45). Essas estratégias, desenvolvidas por mulheres lésbicas, também nos remete a táticas de resistências, podemos relacioná-las a princípios desenvolvidos no campo das ciências biológicas, as estratégias de sobrevivência são: “adaptações de organismos às condições externas desfavoráveis, que aumentam sua capacidade de sobrevivência” (TISCHLER, 1983).

A ocultação da identidade lésbica, em espaços hostis, pode então se configurar como um meio que o grupo, diante sua vulnerabilidade social, desenvolveu para promover a proteção pessoal e de suas semelhantes.

Ter uma reação mais enérgica, na expressão e afirmação da identidade lésbica, partindo para o enfrentamento mediante questionamentos, humilhações e agressões, representa uma mudança de paradigma e uma crise nas estruturas de poder. Quando Girassol diz que “resistência também dói”, ela denuncia a força com a qual as superestruturas costumam contra-atacar, essas ainda são o polo mais privilegiado dessa relação de embate, e diversas são as dificuldades encontradas pelas mulheres lésbicas, que, ainda assim, continuam se organizando e partindo para a luta.

3.2 Lésbicas na Paraíba: Direitos Humanos e Políticas Públicas

Você não ter o direito de dizer o que é, o direito de existir, porque sou lésbica, só porque eu amo uma mulher eu não posso viver? Eu não posso dar aula? Eu não posso ir ali com medo? (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Para Norberto Bobbio (2004, p.12), os direitos humanos são coisas desejáveis, fins que merecem ser perseguidos, e que ainda não foram todos eles, por toda a parte e em igual medida, reconhecidos: “aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos fosse feita também pelos outros, é um meio adequado para obter para eles um mais amplo reconhecimento” (BOBBIO, 2004, p.12).

Existem diversas possibilidades de conceituação para os direitos humanos, e, em nosso estudo, nos apropriaremos das definições de Cranston (1973), ao defini-los como um direito moral universal, algo que todos, em todos os lugares, em todos os tempos, devem ter, algo que ninguém pode ser privado ou suprimido sem configurar uma afronta grave à justiça, como aquilo que é devido a cada ser humano simplesmente porque é humano. Partindo dessa conceituação, e, em paralelo com os ensinamentos de Bobbio (2004, p.17), os direitos humanos encontram seu fundamento na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1894, cujo principal problema que enfrentamos, dentro desse universo, é o das garantias.

As garantias são levadas a efeito por meio da implementação das políticas públicas, as quais nem sempre demonstram plena eficácia, ou em razão de sua escassez, prejudicam a proteção dos grupos invisibilizados. Como aponta Mireya Maritza Guzmán (2008, p.2), desde 1940 não há dúvidas sobre a estreita relação entre os direitos humanos e as políticas públicas, por um lado, os direitos humanos devem inspirar as políticas públicas, e por outro, a realização dos direitos humanos requer políticas públicas específicas. Desta feita, a importância de traçarmos a investigação da efetivação das garantias dos direitos humanos das mulheres lésbicas, bem como sua relação com as políticas públicas vigentes no estado da Paraíba, partindo do ponto de vista da experiência pessoal de cada uma de nossas interlocutoras.

A priori, destacamos que a luta pelos direitos humanos, assim como elucidada Andréa Lima (2017, p.33), está relacionada à desigualdades, na distribuição do poder pelas classes dominantes, ao longo da história, em diferentes contextos, aqueles que detinham o poder

abusavam de sua autoridade, violando os direitos dos outros indivíduos que participam de determinado contexto: “À medida que uma classe social reivindica um determinado direito por meio de disputas políticas que rompem com hierarquias socioeconômicas, novos valores agregam-se aos existentes” (LIMA, 2017, p.33). Em vista disso, partiremos então a discussão da complexidade gerada entre as garantias dos direitos humanos, a luta pela promoção de políticas públicas, na vida daqueles que vivenciam uma sexualidade desviante da pregada pela ordem social, que estão inseridos em um contexto gerenciado pela dominação masculina, heteronormativa, que historicamente tramou ataques à questão identitária, a memória, e visibilidade das mulheres lésbicas.

De acordo com Falquet (2009), ao fazer um resgate histórico do movimento lésbico, internacionalmente, esse surgiu no mundo ocidental no fim da década de 1960, vinculado ao movimento homossexual e embasado nas críticas da segunda onda do feminismo, na contestação ao poder do patriarcado.

As reivindicações, em território nacional, de direitos e garantias em meio a disputas políticas, de pessoas subalternizadas na hierarquização das sexualidades, quais sejam pertencentes à comunidade LGBTQIA+, segundo Andréa Lima (2017, p.34), se deu em um contexto de redemocratização política, diante de uma nova estrutura governamental da pós-ditadura, com o grande crescimento e avanço dos movimentos sociais nos anos 1970.

O movimento de mulheres, enquanto meio de organização política, contribuiu significativamente para o fortalecimento de outros movimentos que também contestavam a patriarcalização da sociedade. Para Green (2000, p.394), as inquietações geradas pelo movimento feminista contestavam a ordem hegemônica de muitos conceitos historicamente consolidados: “O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978” (GREEN, 2000, p.394).

De acordo com Vera Telles (1994, p.7), no Brasil dos anos 1980 vivenciamos avanços e conquistas importantes. sob o signo da esperança democrática, com a organização dos movimentos sociais, sindicatos, e as aspirações de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, entramos nos anos 1990 vivendo um paradoxo: “uma democracia consolidada nas suas instituições e nas regras formais do jogo político, mas que convive cotidianamente com a violência, a violação dos direitos humanos e a incivilidade nas relações sociais” (TELLES, 1994, p.7).

Segundo Gilberta Soares e Jussara Costa (2014, p.21), nos anos 1990, compostas por organizações feministas, surgem às redes nacionais com a finalidade de potencializar a ação e fortalecer o movimento feminista no Brasil, ocorrendo um aumento de mulheres feministas em cargos governamentais, com o surgimento dos organismos de políticas para mulheres no âmbito nacional, estadual e municipal: “nesse momento, o processo de institucionalização foi um vetor para a manutenção da resistência a incorporação da crítica a heteronormatividade e as questões das mulheres lésbicas” (COSTA; SOARES, 2014, p.21). Ainda assim, por mais que estivessem sujeitas a opressões semelhantes e lutassem por pautas comuns, para as autoras, a lesbianidade não foi assumida como prioritária pelos movimentos feministas, negando a lesbianidade sob o pretexto de obter reconhecimento do movimento ou não afastar mulheres que tinham o receio de serem confundidas com lésbicas: “A necessidade de aceitação parece ser motivo suficiente para que as feministas lésbicas não conseguissem afirmar a definição dessa pauta como prioridade” (COSTA; SOARES, 2014. p. 23).

A visão excludente que permeia a não aceitação das pautas relacionadas às mulheres lésbicas dentro do movimento feminista, o medo de serem rotuladas, além da reprodução de opressões, fazem parte da concepção do feminismo hegemônico, presente nos anos iniciais dessa luta, já debatidos no presente trabalho, diante a não contemplação da interseccionalidade de opressões, muito criticadas pelas mulheres lésbicas e mulheres não brancas. Ainda sobre essa problemática, Jussara Costa e Gilberta Soares (2014, p.24), pontuam que, os feminismos brasileiros resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em produções teóricas e agenda política, persistindo a lacuna de crítica à heteronormatividade na constituição das relações de gênero. Ao adotarem essa visão excludente como abordagem, o feminismo hegemônico se ateve a uma bolha específica de mulheres, trazendo prejuízos no campo acadêmico, científico e social, dificultando o combate a produção de violências e violações contra as mulheres lésbicas, mulheres negras e não brancas.

Também cabe lembrar, os possíveis reflexos históricos advindos da tortuosa relação das mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual, diante a reprodução de opressões perpetuadas na ordem social e redefinidas dentro da comunidade, como machismo, misoginia, que acarretam a hostilidade e marginalização de suas pautas. No tópico anterior da presente pesquisa, trouxemos, com base nas experiências vivenciadas por nossas interlocutoras, as disparidades ainda enfrentadas dentro da hoje chamada comunidade LGBTQIA+, e os

subgrupos que a compõe, diante da prioridade de alguns entes mais visibilizados em detrimento de outros.

As mulheres lésbicas encontraram entraves tanto no movimento feminista quanto no movimento homossexual, mediante a subalternização de suas bandeiras, bem como tentativas de apagamento e silenciamento. A saída encontrada foi de questioná-los, partindo para a articulação de suas forças em auto-organização. Para Falquet (2012, p.15), o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais foi justamente esse, de lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos: “muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos” (FALQUET, 2012, p.15).

Por essa razão, há um investimento na criação de Encontros Lésbicos Latino Americano e Caribenho, como espaço de resistência e acolhimento lésbico, no qual são delineadas estratégias políticas que privilegiam novas linguagens, criação artística, rodas de conversa para compensar a insuficiência dos recursos políticos tradicionais. A experiência de diáspora pelos movimentos feminista e LGBT é tomada como objeto de reflexão nos referidos encontros, resultando no investimento conceitual no regime heterossexista, como categoria teórica e política que compreende o heterossexualismo como regime político (COSTA; SOARES, 2014, p.32).

O protagonismo da luta das mulheres lésbicas em território Latino Americano, nasceu da inconformidade de se perceberem em um local de desprestígio dentro daqueles movimentos que defendiam a libertação de opressões, mas que reforçavam o ciclo de invisibilização do qual foram historicamente aprisionadas. Por meio das entrevistas realizadas com nossas interlocutoras, vinculadas ao Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria da Paraíba, verificamos, em especial com as integrantes mais antigas, que a organização do grupo partiu dessa necessidade de autoafirmação da identidade lésbica:

Era difícil ter a participação das meninas, mas a política não podia andar só com os homens. Tinha momentos em que a gente via do outro lado só uma autodefesa, como a gente tem um gay defendendo as lésbicas? Isso incomodava muito. Então não era só na política nacional que precisava dessa organização individual de cada “letrinha”, nos anos 2000 chegou esse tempo de necessidade de dançar cada um no seu quadrado. Também tivemos o apoio feminista para dizer que não era certo ter homens gays falando sobre a gente. Foi um período onde muita coisa aconteceu, essa proposta de organizar um grupo era um debate que já estava acontecendo a nível nacional, então a gente começou a caminhar. [...] Também tinha um curso de formação na UFPB em Direitos Humanos, como uma pós-graduação, e eu deixei a minha vaga para uma companheira, o que interessava era conseguir

formar o grupo e ter esse apoio (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Ao contar os primeiros passos de criação do grupo, Azaléa revelou a relação da formação desse, com a necessidade do embasamento acadêmico e científico que a formação em Direitos Humanos possibilitaria, como aliado na luta pela reivindicação de direitos e políticas públicas das quais enfrentariam, mostrando a preocupação que as idealizadoras tiveram em dar fundamento, legitimidade e amparo as pautas e necessidades que vinham surgindo. Segundo Azaléa, o principal objetivo das Quitérias é a defesa e promoção dos direitos e da cidadania das mulheres lésbicas: “A gente trabalha pelo bem viver delas, nosso, pela nossa sobrevivência” (AZALÉA, 2021). Outro ponto de comprometimento do grupo, logo no início da sua formação, foi com a produção de visibilidade na promoção da questão identitária:

É um grupo de mulheres lésbicas de João Pessoa, e por mais que existisse a noção que a gente sabia que iria encontrar barreiras, pegamos uma discriminação muito grande, as coisas vão só surpreendendo a gente, mas o que foi interessante nisso aí, quando a gente elaborou o estatuto, presidente, tesoureira, tal, estava em João Pessoa uma porto-riquenha chamada Ochy Curiel que hoje ela é antropóloga, e Rosangela de Castro que era uma representação do Ministério da Saúde e aquela época, já no governo FHC, já começou as discussões GLBT que era naquela época, e essas meninas estavam por aqui e sugeriram dar uma oficina para a gente, sobre patriarcado, misoginia, e foi maravilhoso, e paralelo a isso surgiu a ideia de um festival de música, isso em 2003, porque o grupo surgiu oficialmente em 10 de novembro de 2002, no papel, e em março de 2003 estávamos realizando esse festival de música chamado ‘Mulheres cantam mulheres’, [...] foi muito legal, foi surpreendente porque a gente mal tinha nascido e estava realizando um evento com oficinas instrumentais, feministas, tinha umas meninas do SOS Corpo, discussões sobre questões do fundamentalismo que estava se discutindo muito naquela época, de música, percussão, composição musical, foram três dias maravilhosos. E logo no 8 de março foi a primeira vez que fomos à rua com a nossa bandeira ‘Lésbicas Lesbianas’, que foi uma bandeira construída no Fórum Social Mundial em uma grande oficina com mulheres de todos os lugares da América Latina. Foi nossa cara na rua e em João Pessoa (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Perguntamos às nossas interlocutoras como tomaram conhecimento da existência do Maria Quitéria, e como foi a história pessoal da chegada de cada uma para integrar um grupo voltado para a luta dos direitos das mulheres lésbicas. A Azaléa, uma das idealizadoras na formação de início do grupo, foi bastante comentada, como uma figura que traçou diversas estratégias para tornar viável a efetivação dos objetivos, buscando atrair mulheres das mais diversas áreas:

Eu cheguei chegando, né, porque eu sou muito intensa. A convite de Azaléa, encontrei o Maria Quitéria ainda muito pequeno, né? Poucas participavam, aí eu entrei e aí a gente começou a desenvolver várias ações. Fiquei na Maria Quitéria e também na Marcha Mundial de Mulheres, a daqui de João Pessoa nasceu lá em casa, nasceu no terraço de casa. Então eu comecei a ver a importância dessa representatividade de mulheres, puxando outras mulheres e as lésbica. As lésbicas da minha cidade de Sapé eu já comecei a botar no grupo Maria Quitéria. O grupo ia crescendo, mas a célula mãe era pequena, porque o povo tinha medo, não eram tão visibilizadas de início (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Eu cheguei no grupo em 2018 a convite de Azaléa, eu estava na época candidata a Deputado Estadual e na minha primeira candidatura a Azaléa disse que chamou a atenção dela porque nunca fui candidata e na sua primeira eleição coloquei que era uma candidata lésbica e fiz questão de abraçar as pautas. Eu sempre dizia assim para minha esposa: que momento que eu começar a caminhar, a construir uma caminhada política, a primeira coisa que eu vou fazer é ir para a base, porque eu entendo que política se faz a partir das bases, então eu disse para ela que precisava encontrar um grupo. Não entrei para pedir votos, mas sim para fazer uma construção social, pessoal, e assim foi (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

Eu já ouvia falar do Grupo Maria Quitéria e fui convidada por uma amiga para ir para uma formação em 2013, eu acho. E em 2014 um amigo nosso, me apresentou a Azaléa, e aí ela já muito esperta, como sempre, eu era da saúde e aí ela já me encaixou nessa história da saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais, e eu fui me apropriando, fui lendo, fui participando, fui me envolvendo (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

No geral, a chegada das nossas interlocutoras ao grupo se deu por meio de indicações, onde outras companheiras, que já participavam ou conheciam, as convidaram, constituindo uma espécie de rede, que se traduz no apoio e acolhimento de mulheres que sofrem ou sofreram por vivenciarem um espaço social hostil as suas existências. Como é o caso de Rosa, que precisou fugir da sua casa, deixando os filhos, mediante as constantes ameaças do ex-marido, história aqui apresentada anteriormente.

Cheguei na minha fuga, conheci através da minha irmã que participa, e quando eu fui para casa dela no outro dia tinha uma reunião em que elas foram para me colher, entendeu, tinha psicóloga que era vizinha e minha cunhada já chamou para conversar comigo. As Quitérias vieram para dar uma força, porque quando acontece isso a sociedade coloca a culpa toda em mim. Elas vieram para me dizer que não, “a primeira coisa que você tem que colocar na sua cabeça é que nada que está acontecendo com você é sua culpa, você nasceu assim, você é linda e maravilhosa, você não traiu seu marido, você não abandonou seus filhos, você saiu por esse outro motivo”. Então o Grupo Maria Quitéria foi muito forte na minha história, e ainda é até

hoje, eu tenho muito orgulho de dizer que sou uma Quitéria sim, registrada. Todos os dias elas estavam ali, todos os dias, você não tem noção de como é, assim, você passou a vida toda sem ninguém para falar com você, para perguntar como você tá, como é que tá a sua vida, mas todos os dias elas estavam ali perguntando “você dormiu?”, “já comeu?”, “tu lembra o que eu falei ontem, você é uma pessoa maravilhosa, você não tem culpa de nada, a gente vai conseguir que você fale com seus filhos”. Comigo não teve nenhuma falha, o Maria Quitéria foi e é maravilhoso na minha vida (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

O trabalho desenvolvido pelo Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria da Paraíba, não se atem apenas ao movimento social de reivindicação de direitos, mas também no amparo e acolhimento de mulheres que sofrem com as mais diversas violências e opressões que emanam do poder de dominação do poder paternalista, da heteronormatividade e do heterossexismo. E, indiretamente, através desse trabalho de acolhimento, tocam a vida daquelas violentadas pelo contexto patriarcal, que em diversas situações, ao perceberem que a opressão que sofrem faz parte de algo muito maior, passam a integrar o grupo.

As Quitérias representam na minha vida força, elas colocaram algo dentro de mim para fora, que eu não tinha: resistência. Hoje eu consigo resistir, de ver alguém sofrendo um preconceito e ser forte de está para ajudar, de dizer que ela não merece, que ela é uma pessoa forte (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Eu devo muito as Quitérias, ao grupo que me embasou no conhecimento desses direitos e por isso hoje eu atuo no Espaço LGBT, e acho muito importante redirecionar os usuários aos movimentos sociais, porque entendo que os movimentos são meio educativos dos direitos e também dos deveres (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

A forma como o grupo paraibano atua, e intervém na vida das mulheres lésbicas, conforma uma conduta diferenciada de lidar com as superestruturas, desde a articulação de meios de promoção da visibilidade, a questão identitária, e a reivindicação de direitos e políticas públicas, visto que essas trabalharam para manter um bom canal de comunicação com aqueles entes responsáveis pelas formulações dessas.

Segundo Joseane Silva et al. (2017, p.1097), o primeiro marco referente as demandas da comunidade LGBTQIA+, foi o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), abordando ações enfocadas na orientação sexual enquanto dimensão da garantia do direito à liberdade, opinião e expressão e outras relacionadas à garantia do direito à igualdade, após sua realização, a preocupação do poder público se voltou as questões relativas a atenção integral à saúde, contemplada por meio do programa do governo federal intitulado Brasil sem

Homofobia: “o qual estabelece diretrizes para o combate à violência e à discriminação, além da promoção da cidadania homossexual” (SILVA et al., 2017, p.1097).

O primeiro projeto foi de “Brasil Sem Homofobia”, foi um projeto que financiava não só os movimentos, como também os poderes públicos, já com Lula no poder. Só que, mesmo tendo esse projeto nacional a gente precisava de ter um espaço, e foi aonde a gente começou a cobrar. A gente precisava de mais, que o estado fizesse sua parte, tinha que ter um pilar permanente, porque uma hora o projeto iria acabar, não tínhamos como manter psicólogo, assistente social trabalhando no grupo. Tivemos sorte porque era um governo progressista na Paraíba, e quando o Ricardo entrou, a Secretária absorveu muito as nossas ideias e criou o Centro de Referência LGBT [...] A verdade é que a gente está sempre correndo, de ter a visão, de exigir que a coisa tem que acontecer, as políticas públicas precisam acontecer (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O contato com as questões dos direitos humanos, desde a formação do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, e a sua relação com as primeiras políticas desenvolvidas em território nacional voltadas a atender as demandas dessa população, foi notadamente um fator estratégico, utilizado não só para fundamentar as diretrizes norteadoras do grupo, mas também como escudo protetor diante eventuais violações, assim como a união das participantes quando partiam, e partem, para o enfrentamento.

A gente andava muito ligada aos direitos humanos, assim não tinha pra onde promotor, não tinha pra onde ninguém reclamar, tinham que engolir nossa presença, nossa participação nos lugares. E então estávamos nós, sempre levando bandeira, pedindo pelas políticas públicas, e a gente só andava de bando, era dois, quatro, seis, a reunião que fosse, o lugar que fosse, o protesto, tudo era de bonde. Existia muito isso na gente, de não andar só, sempre era em grupo (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

O que a gente conseguiu de política pública, de direitos humanos, foi uma luta, tudo é um ganho do movimento, e a gente está o tempo todo cobrando alguma coisa que está faltando, sempre em cima, não deixamos políticas só de faixa (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Para Clodoaldo Cardoso (2014, p.81), o discurso e a prática dos direitos humanos precisam assumir algumas configurações para que consigam de fato contribuir para as transformações das estruturas sociais que determinam as profundas desigualdades entre os indivíduos, na superação do forte individualismo e autoritarismo presentes em nossa cultura. Segundo o autor, essas configurações se fazem por meio da superação da visão liberal na atuação em direitos humanos, levando em consideração a indivisibilidade e a

interdependência entre os direitos individuais de liberdade e os sociais de igualdade socioeconômica:

Assim, hoje a luta pelos direitos humanos, com sentindo realmente emancipatório, passa por transformações nas estruturas sociais, por meio das políticas públicas e dos movimentos sociais dialeticamente articulados. Sem pressão dos movimentos sociais e fiscalização, as políticas públicas podem se tornar formas de controle social; de outro lado sem políticas públicas, as bandeiras e conquistas dos movimentos sociais não se efetivam e nem se institucionalizam (CARDOSO et al., 2014, p.82).

De acordo com Mireya Maritza Guzmán (2008, p.3), as políticas públicas devem traduzir as reivindicações dos direitos humanos em regras operacionais e em práticas sociais que viabiliza ao Estado cumprir com suas obrigações, se dividindo entre políticas públicas de direitos humanos gerais e específicas. As primeiras visam melhorar a promoção e proteção dos direitos humanos em contextos nacionais específicos, enquanto que as segundas visam resolver problemas públicos específicos diretamente relacionados à realização dos direitos humanos, como questões relativas à saúde, educação ou emprego.

Questionamos se nossas interlocutoras tinham conhecimento sobre quais são as políticas públicas voltadas para as mulheres lésbicas na Paraíba, se sabiam o trabalho que essas desenvolvem e representam na cidadania daquelas que vivenciam a lesbianidade. Todas apontaram a importância do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, enquanto responsável por informá-las, bem como de embasá-las politicamente na reivindicação das políticas em áreas das quais sentem maior carência.

Foi um ganho do movimento que pressionou governadores, e eu fiz parte de tudo isso aí, nessa época eu era uma ativista e estava participando junto com as meninas. Quando foi criado o Centro de Referência eu fui como representação lésbica indicada pelas meninas do Maria Quitéria, as meninas faziam parte do conselho (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Sim, tenho conhecimento de algumas, da maioria eu acho. Então, são políticas que tem uma proposta bem interessante, mas que no momento a gente enxerga que existe ainda um déficit com relação as mulheres lésbicas em muitas áreas (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Na Paraíba, temos o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, desenvolvido pela secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), promovido pelo governo da Paraíba, como um instrumento para a interlocução entre o Governo do Estado, os governos municipais, o poder legislativo, o judiciário e os movimentos

de mulheres, com o intuito de consolidar a política pública e fortalecer a cidadania das mulheres, fazendo menção às mulheres lésbicas.

O Plano estabelece ações intersetoriais para mulheres na perspectiva da gestão cumprir o seu dever de promoção de equidade e igualdade no contexto da universalidade da política pública. Constitui-se como um instrumento de gestão do Governo do Estado da Paraíba para implementação de políticas públicas específicas para as mulheres, com ações prioritárias a serem desenvolvidas de forma integrada e transversal pelos diversos órgãos e secretarias de governo (PARAÍBA, 2016).

Para compreendermos como se dá a composição dessas ações e propostas, em especial relacionadas ao grupo socialmente vulnerável elegido em nosso estudo, fizemos um levantamento das passagens que fazem referência direta as mulheres lésbicas. Para tal, traçamos a seguinte lista, vejamos:

Lista 01
AÇÕES DO GOVERNO DA PARAÍBA
 Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres
 – **Propostas dirigidas às mulheres lésbicas – 2016:**

- Atualizar, acompanhar e avaliar os Planos de Educação, as Propostas Curriculares e os PPPs das escolas, observando as normativas legais do Governo Federal, através das orientações do MEC/SECADI para educação e cultura inclusiva não-sexista, não-machista, não-racista, **não-lesbofóbica**, não-homofóbica e não-transfóbica;
- Criar uma casa de apoio para acolher **mulheres lésbicas**, transexuais e bissexuais que foram expulsas de casa por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Apoiar e estimular a realização de encontros, seminários e espaços para debates e discussões programática do enfrentamento ao racismo, sexismo e **lesbofobia** e da promoção da equidade de gênero;
- Incentivar campanhas que fortaleçam as políticas intersetoriais de enfrentamento ao machismo, sexismo, **lesbofobia**, transfobia e racismo;
- Criar um selo de reconhecimento, com incentivo financeiro, para os municípios que desenvolvam ações, de acordo com o Plano Nacional de Direitos Humanos, que gerem mudanças de comportamento e valores, no âmbito da Educação, para o enfrentamento ao racismo, machismo, **lesbo-bi-transfobia** e na promoção da igualdade racial e equidade de gênero;
- Fortalecer o acesso e a permanência das meninas e mulheres jovens na educação formal, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, **lésbicas**, com deficiência e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, com horários acessíveis e metodologia diferenciada;
- Desenvolver ações específicas para a atenção à saúde das mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS;
- Garantir a formação e qualificação profissional, para as/os profissionais de saúde no atendimento qualificado e humanizado às mulheres jovens, idosas, mulheres com deficiência, em especial **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais;
- Estimular a criação e a capacitação de núcleos jurídicos para garantir o direito de resposta ou mesmo processo judicial contra os veículos de comunicação responsáveis pela divulgação de

imagens ou informações estigmatizadoras ou inverídicas contra mulheres, população negra, cigana, indígena, **lésbicas**, bissexuais, religiões de matriz africana e demais matrizes;

- Ampliar as campanhas de enfrentamento à **lesbofobia**, transfobia, racismo, xenofobia, violência contra as mulheres, entre outros tipos de discriminação;
- Criar projetos para financiamento de cooperativas e empreendimentos para mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS;
- Criar programas permanentes de capacitação profissional para as mulheres do campo e da cidade, em situação de prisão, em especial para as mulheres jovens e idosas, as quilombolas, indígenas, **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais e com deficiência e com HIV/AIDS;
- Criar editais para cultura e arte voltada para mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS;
- Estimular o acesso e permanência das mulheres negras, **lésbicas**, bissexuais, travestis e transexuais, nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertando turmas em horários diversificados e incluindo a contratação de cuidadoras para as/os filhas/os nas turmas que apresentarem a necessidade;
- Realizar campanhas de afirmação da identidade negra e enfrentamento ao racismo, a **lesbofobia**, contra o machismo e as desigualdades de gênero em todo estado da Paraíba;
- Qualificar as ouvidorias para acolher denúncias de racismo, sexismo, **lesbofobia** e transfobia no âmbito do serviço público;

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

As propostas de ações presentes no plano, estabelecem diretrizes para que as gestões possam se fundamentar, no cumprimento do seu dever, promovendo políticas públicas específicas para as mulheres pelos diversos órgãos e secretarias vinculadas ao governo do estado. Partindo dessa perspectiva, questionamos as nossas interlocutoras no sentido de que se sentiam ou não amparadas pelas políticas promovidas pelo Estado. Todas apontaram para as dificuldades sentidas em áreas que ainda precisam de maior atenção, como a questão da saúde e segurança pública.

Não, tá pouco a gente precisa de mais coisas. Não me sinto segura, não existe uma política pública de segurança de verdade para as mulheres, se for uma mulher lésbica em uma parada de ônibus às 22 horas da noite, imagine! Como tem um caso em São Paulo, de uma menina lésbica que pegaram ela e bateram, ela vive vegetando. Se tiver uma lésbica, com o estereótipo bem machuca não entendi, e um cara bem podre na parada ele vai fazer o que com ela? Vai fazer todo tipo de desgraça, infelizmente é a realidade. A gente anda com medo, infelizmente é esse meu sentimento, a gente não tem segurança, a gente não tem saúde, a gente não ocupa os espaços públicos de poder que poderia participar, veja, olha quem nos representa na Câmara Municipal de João Pessoa, uma mulher conservadora, hétero, fundamentalista, entendeu? (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

A política pública que pode ser melhorada é a Delegacia Contra Crimes Homofóbicos, ainda temos alguns embates e entraves, não só enquanto movimento social, mas como usuárias. Eu já fui atendida lá e já passei por situações vexaminosas, no sentido de que, embora aquele órgão esteja ali para proteger meu direito, era como se eu sentisse que estavam questionando se eu merecia ser protegida ou não. Uma coisa é você estar lá enquanto usuário, outro é como servidor, eles tem um atendimento, mas ainda não é um atendimento que nos represente e nos faz sentir seguras, ainda falta essa sensação de amparo e segurança (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

Enquanto grupo, no Maria Quitéria, a gente percebe a dificuldade que há nos dados a serem identificados tanto na delegacia de crimes homofóbicos quanto no centro de referência LGBT, e essa dificuldade de visibilização dessas violências a gente tem conhecimento enquanto grupo, a gente tem contato com mulheres que sofrem violência, mas à nível de política pública a gente ainda sente essa falta. Uma das nossas lutas é a questão da visibilidade porque é como se a gente não sofresse violência, né? Então, além de sofrer violência a invisibilidade dificulta ainda mais inclusive nas denúncias, então a gente enxerga isso. A gente quer dados, números, para poder somente justificar. A gente vê campanhas da violência doméstica contra as mulheres, mas é como se as mulheres lésbicas não existissem, porque quando você fala violência contra mulher você já imagina uma mulher que sofre violência do marido, que sofre do namorado, você nem imagina a mulher sofre violência de outra mulher, que uma mulher lésbica sofre violência do pai, do irmão, do tio, e tudo isso acontece com a gente e é invisibilizado. E é uma luta antiga, mas que é muito difícil porque existe essa luta maior que é global da luta das mulheres pelos seus direitos, e a gente fica nesse meio dessas mulheres todas e perdemos, ficamos esquecidas, porque ninguém fala sobre estupro corretivo que a maioria de nós sofre (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Não, principalmente nessa de segurança. A gente só é amparada quando a gente vive perto, aqui onde eu moro não tem onde recorrer, a gente tem medo até de ir dormir e não acordar. Minha esposa sofre muito assédio, eu também sofro (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

É muito pouco, temos as questões relativas aos direitos sexuais ainda para ser discutida, também não tem quase nada de segurança. Se a gente vê, a gente sofre um pouco de tudo. [...] Então, pelas políticas que já existem, é geral, falta muito (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Para Borrilo (2010, p.107), com regularidade ficamos sabendo que numerosos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais vivem com temor de serem agredidos simplesmente por causa de sua orientação sexual. O autor cita que a Amnesty International (1980) denuncia os assassinatos, as execuções legais, as torturas, os estupros, as terapias forçadas, os despedimentos abusivos e os insultos de que essas pessoas continuam sendo vítimas.

A questão da segurança pública, com as dificuldades na efetivação do amparo e proteção das mulheres lésbicas, é relacionada à lesbofobia institucional que existe dentro dos órgãos responsáveis pela fiscalização e aplicação dessa proteção. Para a professora Suane Felipe⁵ (2019), existe um grande número de casos subnotificados de violências contra as mulheres lésbicas, e, o que mais chama a atenção, é a lesbofobia institucional, que é a incapacidade do governo de se responsabilizar pela segurança das lésbicas.

Outro fator que implica em significativas marcas na segurança das mulheres lésbicas é a invisibilidade que rodeia esse segmento social, enquanto grupo que necessita de uma atenção e proteção diferenciadas e específicas as suas necessidades. Como aponta Orquídea (2021): “[...] não é que a gente queira ter um tratamento diferenciado, mas sim algo mais específico, né? E isso falta” (ORQUÍDEA, 2021).

Pensar a igualdade segundo o valor da fraternidade significa ter em mente as diferenças e as particularidades humanas em todos os seus aspectos. A tolerância em tema de igualdade, nesse sentido, impõe a igual consideração do outro em suas peculiaridades e idiosincrasias. Numa sociedade marcada pelo pluralismo, a igualdade só pode ser igualdade com igual respeito às diferenças. Enfim, no Estado democrático, a conjugação dos valores da igualdade e da fraternidade expressa uma normatividade constitucional no sentido de reconhecimento e proteção das minorias (Julgamento da Medida Cautelar da ADPF, fls. 08 e 09).

Ao contrário das críticas lançadas por aqueles que se opõem aos direitos das pessoas que vivenciam uma sexualidade desviante a heteronormatividade, pensar em estratégias diferenciadas para a proteção e atendimento das mulheres lésbicas, em matéria de segurança pública, não implica em privilégios, mas sim, na contemplação das garantias resguardadas pelos direitos humanos, e em valores de igualdade, fraternidade, na efetivação do Estado democrático de direito. As diversas denúncias quanto ao déficit na área da segurança pública das mulheres lésbicas, apontadas por nossas interlocutoras, nos revelam uma carência quanto às aplicações efetivas das ações propostas no Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, e nas garantias de direitos humanos que giram em torno dessa seara.

Outro ponto levantado por nossas interlocutoras, como uma grande lacuna e área de carência diante da falta da efetivação das políticas públicas, são as questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres lésbicas. Cabe destacar que, os direitos humanos, assim como aponta Bobbio (2009), são direitos históricos que nascem gradualmente em certas circunstâncias, e a saúde se configura em um desses direitos conquistados em determinado

⁵ Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/noticias_todas/2019/Lesbocidio-Violencia-Invisivel-e-tema-de-debate-na-EMERJ.html. Acesso em: 12 ago. 2021.

período e contexto. Isto é, as questões relativas à saúde não são um conceito abstrato. Para Silva (2013), essa é determinada em um momento histórico específico da edificação de uma sociedade a partir das lutas dos indivíduos, quais sejam, os profissionais da área, a população, os usuários, e dos movimentos sociais.

A historicidade de opressão à figura feminina, seu aprisionamento no espaço privado doméstico, a subalternização de seu papel na vida social, a imposição da heterossexualidade compulsória às mulheres lésbicas, a desvalorização dos seus afetos pela sociedade falocêntrica, trouxeram implicações significativas à cidadania sexual e os direitos reprodutivos destas.

A noção de cidadania íntima é um conceito sensibilizador que “olha para as decisões que as pessoas têm que tomar acerca do controlo (ou não) do seu corpo, dos seus sentimentos e das suas relações; do acesso (ou não) a representações, relações, espaços públicos, etc.; e das escolhas pensadas (ou não) acerca das identidades, experiências de género, experiências eróticas. Não implica um modelo, um padrão ou um caminho (PLUMMER, 2001, p. 151).

A sexualidade é um importante aspecto da vida humana. A boa comunicação com ela é essencial ao estabelecimento de uma saúde física e mental. E, no mundo contemporâneo, o estabelecimento da cidadania íntima ou sexual tem relevância social, política e jurídica. É por meio de uma análise desses aspectos que um Estado vai promover as políticas públicas voltadas a proteção da saúde e segurança desse segmento social.

No que concerne à saúde íntima, Regina Maria e Barbosa e Regina Facchini (2006, p.19), apontam que mulheres lésbicas tendem a não revelar a sua sexualidade em consultas por medo de sofrerem preconceitos e discriminações, a invisibilidade, nesse momento, contribui para a vulnerabilidade social e programática dessa população.

Por exemplo, você vai fazer um citológico, e você chegar dizendo que é lésbica, é muito complicado porque elas não estão preparadas, as médicas. Muitas dizem que são virgens, mas não dizem que são lésbicas, e você vai usar o espécuro, isso é uma outra violência que a gente sofre, essa é a falta de conhecimento básico da saúde. Não são preparadas para perguntar, se você já transou, como, se com homem. Alguns não conseguem nem mais conversar com a pessoa, porque sentem que você fez um absurdo, fez errado, e não sabem mais nada para te dizer (AZALÉA, entrevista concedida a pesquisadora em 04 de junho de 2021).

Existe ainda um despreparo de profissionais, nos espaços públicos institucionais de atendimento à saúde, que, ao tomarem conhecimento da sexualidade das mulheres lésbicas, fazem consultas mais rápidas, solicitam menos exames preventivos do que o previsto, ou

simplesmente não sabem lidar com uma sexualidade diferente da heterossexual. Costumam realizar menos exame citopatológico do colo do útero em comparação a mulheres bissexuais e heterossexuais. A não incidência desse tipo de exame configura-se como um grande fator de risco para o câncer de colo de mama e do útero. Regina Maria Barbosa e Regina Facchini (2006) determinam a responsabilização dos profissionais nessa relação: “profissionais de saúde solicitam menos sua realização e que as mulheres nem sempre procuram cuidado, quando necessário, ou só o fazem quando surgem sérios problemas e em períodos de maiores agravos à sua saúde” (BARBOSA, FACCHINI, 2006, p.19).

Eu acho que tem que melhorar, sabe, com a saúde da mulher lésbica, eu sempre, na minha cabeça, eu sempre via assim a gente quando casada com homem tem um jeito de se tratar e quando casada com lésbica é outro jeito diferente, entendeu? Então eu fui fazer o meu citológico, né? E eu pedi para ela me explicar e ela disse que não sabia, em outro médico ele disse que era a mesma coisa, mas a gente sabe que não é (ROSA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

O que falta é que é necessário que as pessoas que trabalhem com saúde tenham sensibilidade e isso precisa de capacitação, oficinas, para ela descobrir esse conhecimento, até há no papel, até porque isso é necessário para quebrar preconceitos. Você enquanto pessoal pode até nem aceitar a questão da lesbianidade, mas enquanto profissional você tem que respeitar sua paciente, então é legal que você tenha o conhecimento, porque a gente percebe que não há nem o conhecimento, por exemplo, eu tenho problemas deles se assustarem por eu não transar com homem, tá entendendo? É claro que hoje se espera que as pessoas tenham um pouco mais de conhecimento, mas é isso que falta, uma coisa mais séria, até para os próprios médicos. Tem meninas que não vão fazer exames ginecológicos, parece que quando vai tá cobrando que tem que transar com homem, um despreparo de lidar com mulher que não é hétero (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

Eu penso que ainda é muito arcaico, eles não tem isso na formação acadêmica deles, aí eles não vêm isso na formação técnica, na formação de nível superior, eles não vêm nada dessas coisas então é uma coisa bem cara, não é do currículo, não é uma coisa que tá ali que todo mundo vai ter que saber e aprender então no total não existe isso, então para mim é bastante precária (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Também foi levantado por nossas interlocutoras, a preocupação quanto a inobservância de profissionais da saúde com as mulheres lésbicas e as infecções sexualmente transmissíveis, diante da inexistência de políticas públicas efetivas para a conscientização, divulgação e distribuição de meios e mecanismos de proteção específicos, bem como tratamentos eficazes para atender esse segmento social.

Porque, assim, a ginecologista pergunta logo se você toma anticoncepcional, só a questão do método reprodutivo, mas não pergunta nada além, acha que lésbica não pega DST, né? Não pergunta [...] O que falta eu acho é na questão da saúde pública, falta os profissionais da saúde reconhecerem a orientação sexual das mulheres lésbicas, porque a gente passa por esse problema todo dia. Se a gente vai ter uma formação para as mulheres lésbica a primeira coisa levantada é a questão da saúde pública, para mim é prioridade, que é saúde é vida, entendeu? É vida, você só reconhece uma lésbica quando ela vai para um posto de saúde e pegaram ela e fizeram um estupro corretivo, aí você reconhece que a mulher é lésbica, mas enquanto ela tá fazendo a consulta com você, você não reconhece, você não pergunta, e muitas não dizem com medo, entendeu, então é esse reconhecimento por parte dos profissionais de saúde. Isso é uma forma de visibilizar que as lésbicas existem, que as lésbicas tem vida, e as lésbicas também pegam doenças DST, AIDS também, tudo isso (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

E sem contar a saúde sexual, porque as pessoas não tem conhecimento das práticas sexuais lésbicas e muito menos dos meios de prevenção, porque não são mais nem de prevenção são barreiras que a gente inventa e foram inventadas para gente tentar se proteger, no meio da gente é muito difícil se usar, né? A história do papel filme isso aí é balela, todo mundo diz isso, é balela, mas é uma forma que foi encontrada para tentar evitar algum contágio, mas nada que chegue próximo ao que é a divulgação do preservativo masculino e a produção em massa desses preservativos, você não encontra facilmente nem para vender o preservativo de dedo, o preservativo de língua, você não consegue encontrar facilmente, tem muita gente que nem ouviu falar, então é um déficit muito alto com relação à saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Tem muita, muita, muita falha no atendimento de mulheres lésbicas, sabe, porque aconteceu uma vez com comigo até no postinho de saúde, né? Que eu fui e fiz um exame e às vezes a gente fica com uma bactéria e a médica passa a medicação, passa o creme e um comprimido, no caso ela sempre dá dois comprimidos, um seu e o do parceiro. Aí eu disse ‘mas eu não sou casada com um homem, mas com uma mulher’, então no caso ela parou e disse ‘ah eu não sei como agir, eu não sei como funciona’, aí eu quem disse ‘então correto seria a senhora passar a mesma medicação para minha companheira, né? Eu tive que orienta-la, então é isso que falta, sabe, pessoas que saibam tratar, a forma de lidar, forma de tratar, sabe? Até a forma de tocar (ORQUÍDEA, entrevista concedida a pesquisadora em 09 de junho de 2021).

Podemos apontar que a negligência de profissionais da saúde no atendimento a essas mulheres vem de três possíveis locais que se relacionam. O primeiro é a desinformação baseada no senso comum que esse tipo de relação sexual incide menores riscos à saúde íntima feminina; a segunda é a herança histórica que não reconhece o sexo sem a presença do pênis; a terceira também faz jus à historicidade da visão social que desconsidera a relevância dessas relações enquanto relações sexuais. A situação agrava-se ainda mais diante da lesbofobia

dentro dos espaços institucionais que promovem a saúde dessas mulheres, sendo comum, relatos de lésbicas que sofreram algum tipo de violência dentro de consultórios ginecológicos, passando a sentir aversão a esse tipo de serviço, em razão dos traumas vivenciados dentro desses espaços, como nas experiências apontadas por nossas interlocutoras:

É horrível essa questão da saúde, entendeu, porque quando chega lá, eu já vi casos pesados, de uma menina que trabalhava comigo, todo mundo gostava da menina, ela foi fazer uma consulta com a ginecologista e ela cortou o períneo dela quando ela disse que ela era lésbica, isso foi terrível, a gente abriu um processo contra essa ginecologista e a gente fez uma formação dentro do PSF [...] por isso que eu chego logo digo que eu sou lésbica, até para proteção, eu já procuro saber antes quem é a médica, como ela é, se for uma homofóbica eu já não vou, deixo de ir mesmo (GIRASSOL, entrevista concedida a pesquisadora em 08 de junho de 2021).

Sem contar que ainda existem muitos casos de violência na hora de fazer o exame ginecológico, que é uma das maiores queixas, é um dos maiores problemas, muitas de nós não frequentam ginecologista que é uma luta nossa também para conscientizar as meninas de irem mesmo, elas tem esse direito (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Total carência, sabe? Eu lhe digo mais a maioria das mulheres lésbicas esqueceram a sua saúde íntima e ginecológica por conta de situações vexatórias dentro de consultórios de ginecologia. As violências na maioria das vezes são veladas, mas em alguns momentos também são violências até médicas das mais absurdas possíveis. De um espécule que se coloca de uma maneira grosseira, de uma maneira desproporcional até ao seu órgão genital, são muitas coisas, não só de escutar relatos não, eu já vivenciei, já entrei no consultório ginecológico com minha esposa e da médica falar que não sabia como passar uma medicação para ela, para nós, e isso foi pelo SUS em um PSF, mas recentemente passei por outra situação e não foi no SUS. Então a gente vê que existe um despreparo total dos profissionais, nos serviços de saúde em geral, ninguém sabe lidar com as especificidades sobretudo ginecológicas de uma mulher que se relaciona com outra mulher, ninguém sabe como tratar, como entender, como respeitar (LÍRIO, entrevista concedida a pesquisadora em 05 de junho de 2021).

A aversão gerada em decorrência de traumas psicológicos e físicos vivenciados, ou do conhecimento da ocorrência desse tipo de situação violenta para com o grupo que se faz parte, cria uma atmosfera de medo e insegurança nessas mulheres, muitas vezes já marcadas por experiências de abjeção com base no contexto sociocultural em que vivemos. Fato é que, os relatos apontam para a carência da efetivação dos direitos e garantias das mulheres lésbicas dentro de espaços institucionais de saúde, em especial aqueles voltados ao atendimento ginecológico, diante da não contemplação das ações propostas.

Houve uma época, durante o resultado das conferências, de planejar, por parte do aparato do Estado, de capacitar, fazer oficinas e o movimento estaria junto, mas ficaram no papel por questões políticas e deixou-se perder essa capacidade do próprio movimento contribuir com isso (TULIPA, entrevista concedida a pesquisadora em 10 de junho de 2021).

A questão da saúde reprodutiva das mulheres lésbicas é um tema delicado que também faz parte desses espaços institucionais voltados à ginecologia e obstetrícia, que reproduzem uma série de violências, seja pelo despreparo no atendimento médico de qualidade às gestantes lésbicas, ou até a não contemplação de políticas públicas destinadas a inseminação artificial gratuita e segura por parte do governo.

Existem muitos casos de mulheres lésbicas masculinizadas que são estupradas, que elas engravidam, então tem todo esse processo, e também os casos de casais de mulheres que fazem inseminação artificial caseira que é outro perigo que a gente sempre alerta, mas que elas muitas vezes não querem saber porque é muito caro para fazer e o SUS não oferece, ainda mais para mulheres lésbicas (MARGARIDA, entrevista concedida a pesquisadora em 07 de junho de 2021).

Flávia Piovesan (2003, p.238), diz que os direitos reprodutivos correspondem a um conjunto de direitos ao livre exercício da sexualidade e da reprodução humana: “Esse conceito compreende o acesso a um serviço de saúde que assegure informação, educação e meios, tanto para o controle da natalidade, quanto para a procriação sem riscos para a saúde” (PIOVESAN, 2003, p.238).

A não contemplação de políticas públicas voltadas aos direitos reprodutivos de inseminação artificial segura e gratuita às mulheres lésbicas, as colocam em uma situação de risco a integridade e saúde, visto que as práticas caseiras podem repercutir em infecções no colo do útero, entre outros prejuízos, mediante a realização sem profissionais qualificados na área, com instrumentos e ambientes inadequados. Destarte, segundo Brauner, a lei deve estabelecer as condições de acesso às tecnologias reprodutivas: “em reconhecimento ao caráter excepcional de assistência médica à procriação e medir os riscos e benefícios criados” (ALDROVANDI apud BRAUNER, 2005, p.180). O que configura uma omissão por parte do Estado para com essa população.

A garantia da cidadania sexual é necessária para a efetiva criação de políticas públicas que promovam a saúde física, mental, reprodutiva e sexual das mulheres lésbicas. Conforme as reivindicações dos direitos sexuais e reprodutivos acontecem, como parte dos direitos humanos das mulheres, essa complexidade tem potencial de extensão ao suporte à reivindicação de direitos das lésbicas. Negar essa realidade acarreta uma série de prejuízos,

que partem desde a estigmatização social das mulheres lésbicas, preconceitos, violências e experiências de abjeção dentro dos espaços institucionais voltados à saúde sexual e reprodutiva, a privação de cuidados acerca do próprio corpo, configurando uma terrível violação de direitos humanos que tem o potencial de produzir efeitos particulares e difusos a todo o grupo.

O reconhecimento dos direitos humanos das mulheres lésbicas é levado a efeito por meio da efetivação das garantias, que se faz na implementação de políticas públicas voltadas a atender as necessidades do grupo. O movimento de mulheres lésbicas, foi permeado pela luta do movimento homossexual e do movimento de mulheres, mas, em decorrência das diversas questões aqui apresentadas, se viu diante da necessidade de auto-organizar-se.

Quando o Estado falha, ao promover ações que não são levadas ao total efeito nas políticas públicas, acarreta prejuízos para toda a sociedade que deixa de amadurecer enquanto autora do fim da violência cotidiana e das violações dos direitos humanos, confrontando diretamente a existência das mulheres lésbicas, desprotegidas e vulnerabilizadas. Como é o caso do Estado da Paraíba que, apesar de promover ações voltadas a cidadania das mulheres lésbicas, com base nos relatos das nossas interlocutoras, não estão sendo efetivamente aplicadas nas políticas públicas. E, ao estabelecermos uma relação dessa realidade com os dilemas da efetivação da cidadania das mulheres lésbicas, temos o conceito da legalidade truncada. Para Vera Telles (1994, p.7), vivemos em uma sociedade de tradição autoritária, diz O'Donnel (1993), que garante os direitos políticos e democráticos, mas não é capaz de fazer vigorar a lei, os direitos e a justiça no conjunto heterogêneo da vida social: “subtraídos que são por circuitos paralelos de poder que obliteram a dimensão pública da cidadania, repõem a violência e o arbítrio na esfera das relações privadas, de classe, de gênero ou etnia e tornam o Estado cada vez mais ineficaz em tornar efetivas suas próprias regulações” (TELLES, 1994, p.7).

Mesmo com a organização do movimento de mulheres lésbicas na Paraíba, em especial do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, pela luta de fazer levar a efeito as ações propostas no âmbito estadual, promovendo a visibilidade, encontram dificuldades no reconhecimento de suas pautas e questões por parte dos entes que estão no poder, comprovando que vivemos sob um ideal de justiça que se baseia na legalidade truncada, que não vê as especificidades de cada um dos grupos, e logo não atinge efetivamente a justiça, como uma justiça que se nega a fazer seu papel constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o caminho traçado na realização do nosso estudo, a partir das articulações feitas com as categorias de cultura e território, podemos apontar algumas considerações finais que afirmam que as mulheres lésbicas compõem um grupo socialmente vulnerabilizado, marcadas por constantes ameaças de violações de direitos humanos, diante da inobservância de ações eficazes que promovam políticas públicas voltadas a atender as subjetividades que se apresentam no grupo.

Por meio da nossa análise teórica, identificamos que a definição de cultura, tal como temos, é formada a partir das significações criadas pelo homem e seu poder social de dominação, que foi edificado com base em uma óptica misógina, capitalista, racista a qual expõe a violências, desigualdades, inferioridade e opressões sociais diversas, todos aqueles considerados desprezíveis a esse sistema. O poder de dominação encontrou sua aplicabilidade apoiado pelas redes de poder, que conformam nas superestruturas as predileções necessárias à alimentação retroativa desse sistema. Mediante essa conjuntura, todo o jogo social ficou restrito a figura masculina. Principal autor no processo de territorialização dos espaços, tornando o único ente com legitimidade para participar da vida pública, política e social. O espaço territorial de pertencimento da figura feminina foi determinado conforme as definições desse poder, que imprimiu marcas as suas existências, no enclausuramento doméstico, afastamento dos campos intelectuais, sociais e políticos.

A patriarcalização dos territórios teve um importante papel no processo de subalternização da figura feminina no território Latino Americano. Seu lugar social de pertencimento foi demarcado de acordo com as predileções definidas por esse poder. Essa dominação transcendeu e ultrapassou os limites dos espaços territoriais convencionais e passou a ser circunscrita nos corpos. O corpo feminino tornou-se um espaço a ser territorializado, em especial, as não marcadas pelo privilégio branco. Em oposição às opressões sofridas pelas invasões desse poder, apoiadas na resistência, surge o corpo feminino enquanto corpo-território de luta, no enfrentamento as opressões de gênero, raça e classe. Conforme foram se articulando, as mulheres passaram a contestar a supremacia cultural do homem, que lhes negava princípios básicos de humanidade, na objetificação de seus corpos, na servidão de suas existências, como movimento de resistência e luta que reivindicou

direitos, cidadania, proteção estatal, políticas públicas, diante das consequências históricas violentas da misoginia.

Contudo, identificamos que, a dominação do poder paternalista utilizou de diversas ferramentas para a validação de sua supremacia cultura, a principal delas foi à sexualidade. Vivemos em um mundo sexualmente hierarquizado e, essa competência humana é ligada as relações de poder. Ao tomar para si o controle das sexualidades, na definição das condutas socialmente aceitas dentro da ordem social, o poder de dominação paternalista pregou a heterossexualidade compulsória, como única prática aceitável, apoiado em discursos fundamentalistas e proselitistas. Na desvalorização de todas as sexualidades desviantes da heteronormatividade, passou a perseguir, punir, estigmatizar e invisibilizá-los.

As mulheres lésbicas foram duramente afetadas por essa realidade que se apresenta completamente contrária as suas existências, sofrendo abjeções por fazerem parte de um gênero que foi historicamente subalternizado e afastado dos mais diversos campos de participação social, como também, por vivenciarem seus afetos e desejos sexuais na contramão da heterossexualidade compulsória, contrariando assim as principais expectativas que lhes são destinadas.

Diante disso, esta pesquisa se propôs a analisar o construto da invisibilidade lésbica a partir da articulação com as categorias de cultura e território, buscando compreender as injunções entre essas e as violações de Direitos Humanos sofridas por esse segmento social.

A destruição de registros que documentem as realidades e vivências de mulheres lésbicas, ao longo da história, tornou nosso trabalho um desafio pela literatura reduzida sobre o tema e ausência de discussões metodológicas mais aprofundadas, denunciando ser esse um importante fator no processo social de dominação que nega a existência dessas, no apagamento e quebra de sua identidade, acarreta intensos prejuízos quanto à produção de visibilidade. Muito embora tenhamos um crescente número expressivo de produções acadêmicas e científicas que lutam para realizar esse regate, constituindo uma forma de resistência.

A produção de visibilidade é uma importante estratégia para o estabelecimento da ideia de pertencimento e existência social, tonando viável, novos contornos nas relações de poder. As opressões e abjeções lançadas em desfavor das mulheres lésbicas criaram uma atmosfera de invisibilidade. Esse ciclo é simultaneamente uma causa e uma consequência das desigualdades nas suas vidas diárias (FRA, 2009). Entretanto, ao realizarmos uma análise minuciosa quanto ao espaço social vivenciado pelas mulheres lésbicas, com base nos relatos

colhidos na pesquisa de campo com nossas interlocutoras, descobrimos que essas mulheres, em muitas situações, se apropriam dessa invisibilidade no desenvolvimento de seus próprios mecanismos de proteção, como estratégias de sobrevivência as violências historicamente sofridas, conformando uma maneira diferenciada de lidar com essas superestruturas.

Partindo dos relatos das nossas interlocutoras, constatamos que, notadamente, os espaços públicos institucionais incorporaram, tradicionalmente, as regras do jogo social, na reprodução de estigmas, exclusão e perseguição às mulheres lésbicas, assumindo assim as dimensões de lugares sociais projetos a expulsão desse segmento social, levando-as a invisibilização, o que motiva a abjeção dessas vivências. A abjeção lançada nos espaços públicos institucionais, contra as mulheres lésbicas, envolve penalidades imensuráveis e de naturezas variáveis, visto que esses se configuram como ambientes destinados a oferecer uma série de serviços, muitos essenciais, à vida humana. Ela se mostra por meio das inúmeras violências veladas, violências simbólicas e físicas que atacam a integridade e dignidade humana do grupo.

A invisibilidade lésbica nos espaços públicos institucionais repercute diretamente na garantia dos Direitos Humanos desse segmento social. Apesar das várias conquistas relacionadas a auto-organização das mulheres lésbicas, e os avanços dos movimentos sociais voltados para a promoção dos Direitos Humanos, a efetiva aplicação das garantias que concedam uma cidadania e vida digna para essa população permanece estruturalmente reduzidas, diante da crescente lesbofobia, sexismo e racismo, em especial com os avanços de governos conservadores de direita no Brasil.

Trabalhar com a interseccionalidade de opressões mostrou-se necessário, visto que, o poder de dominação masculina que confronta a existência lésbica, produz opressões de gênero, raça e classe, impondo severas punições sociais às mulheres não brancas, e/ou pobres, intensificando significativamente as experiências sofridas de abjeção.

O trabalho de campo desta pesquisa proporcionou o encontro com mulheres plurais, que vivenciam a lesbianidade, com diferentes experiências ao longo de suas vidas, conforme a geração, raça, e classe da qual fazem parte, com relatos colhidos mediante a realização da entrevista em meio virtual. Nossas interlocutoras mostraram-se extremamente comprometidas em participar da realização da pesquisa. Acreditaram, desde o primeiro momento, na importância e relevância que as produções acadêmicas podem ter na efetivação real de mudanças para todo o grupo. Abriram seus corações no tocante a questões sensíveis de suas vivências, oferecendo histórias enriquecedoras, essenciais para a realização do trabalho, o que

demonstrou a escolha acertada de desenvolver a presente pesquisa partindo do ponto dessas realidades, em especial junto ao Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria.

Na apresentação de suas narrativas pessoais, nossas interlocutoras tornaram possível a identificação de pontos relevantes para os debates levantados em nossa pesquisa, como a importância de se produzir visibilidade na vida cotidiana. O estabelecimento da questão identitária para o empoderamento lésbico, da ideia de pertencimento e existência social no avanço da articulação política, as estratégias de sobrevivência e resistência traçadas pelo grupo, e quais os reflexos que a dominação cultural masculina heterossexista promovem no acesso às políticas públicas e garantias de direitos humanos desse segmento social na Paraíba partindo das suas vivências e experiências pessoais.

No contexto paraibano, nos debruçamos sobre a apresentação do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do ano de 2016, desenvolvido pela secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), promovido pelo governo do estado da Paraíba, que faz menção as questões relativas às mulheres lésbicas, promovido pelo governo com o intuito de ofertar ações a serem absorvidas pelos governos municipais, poder legislativo, judiciário e os movimentos sociais, na consolidação de políticas públicas. Identificamos, com base nos relatos colhidos na pesquisa de campo, que no campo prático, essas ações não estão sendo efetivamente aplicadas, segundo a opiniões pessoais de nossas interlocutoras, diante das diversas dificuldades encontradas cotidianamente na ordem social.

As duas principais lacunas e carências detectadas à partir das falas das entrevistas, foram no campo da segurança pública das mulheres lésbicas, e nas questões relativas à saúde sexual e reprodutiva. Nossas interlocutoras revelaram que, não se sentem seguras nas ruas, tampouco amparadas por aqueles responsáveis por protegê-las. Com as dificuldades na efetivação, amparo e proteção das mulheres lésbicas, observamos que é uma complexidade relacionada à lesbofobia institucional que existe dentro dos órgãos responsáveis pela fiscalização e aplicação dessa proteção.

Quanto à questão da saúde sexual e reprodutiva, as nossas interlocutoras apontaram existir um despreparo de profissionais, nos espaços públicos institucionais de atendimento à saúde, no oferecimento de tratamentos adequados que atendam as subjetividades do grupo, e a deficiência de políticas públicas nesse campo que de fato funcionem. Intensificados pela lesbofobia institucional, a abjeção que sujeita essas mulheres a passarem por situações vexatórias, constrangedoras e violentas dentro de consultórios ginecológicos, comprovam que

a garantia da cidadania sexual não está sendo levada efetivamente a efeito, causando danos a saúde física, mental, reprodutiva e sexual das mulheres lésbicas.

Segundo nossas entrevistadas, existe uma carência de políticas públicas que atendam as especificidades das mulheres lésbicas na Paraíba, ainda que, de forma tímida, tenhamos avanços. O caráter urgente relacionado ao reconhecimento dessa população enquanto vulnerável se faz pela garantia de seus direitos e visibilidade. Quando o Estado falha, ao promover ações que não são levadas ao total efeito nas políticas públicas, acarreta prejuízos para toda a sociedade que deixa de amadurecer enquanto autora do fim da violência cotidiana e das violações dos direitos humanos, confrontando diretamente a existência das mulheres lésbicas, desprotegidas e vulnerabilizadas.

As mulheres que amam mulheres, confrontam o poder da heteronormatividade e do patriarcado, seus afetos tornam-se atos de rebeldia e gritos de liberdade ao resistirem dentro de um lugar social baseado na misoginia, que foi edificado contra a sua existência em todos os espaços, o que inclui os espaços de participação social, como os espaços públicos institucionais. Segundo Adrienne Rich (2012), a existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida, levando em consideração as imposições da heterossexualidade, ela é também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres: “possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência” (RICH, 2012, p.36).

A patriarcalização dos territórios, a supremacia cultural do macho, a supervalorização da heteronormatividade, as imposições da heterossexualidade compulsória, e a subalternização das mulheres em nossa sociedade, fomentam um mundo completamente hostil à existência lésbica, cercado de violências, dentro e fora de suas famílias, nos espaços públicos institucionais e demais espaços de participação social. Essas instâncias agem por meio das superestruturas, que tramam artifícios para desvalidar suas potencialidades, minimizar suas dores, por se oporem a servidão do macho, e dos artifícios sociais da construção do que é ser mulher, agindo contra a corrente, sob diversas ameaças e duras penalidades sociais, em especial para aquelas mulheres que se opõem a ideia de feminilidade, como é o caso das lésbicas masculinizadas. As mulheres lésbicas ocupam o espaço da não existência. Um território não demarcado pela dominação masculina, e, no momento em que essas mulheres começam a se perceberem, se reconhecerem entre si, a se declararem socialmente, politicamente, e se assumirem, elas passam a marcar o seu território: o território da resistência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino. 2ªed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALDROVANDI, Andréa. **O acesso às tecnologias reprodutivas**: garantias e limites jurídicos. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – ICH, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006, p. 76. Disponível em: < <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/150> >. Acesso em: 19 ago. 2021.

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luíza. **Não somos mulheres gays**: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. Publicado na Revista Gênero: Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2. sem. 2008

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARC, Stéphanie. **As lésbicas**: Mitos e Verdades. São Paulo: Edições GLS, 2009.

AVENA, Daniella Tebar. **A violência doméstica nas relações lésbicas**: realidades e mitos. Revista Aurora, 7, 2010, pp 99 – 107. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3907>. Acesso em 12 de ago. 2021.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Regina, M.; FACHINI, R. **Saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2006.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENELLI, Sílvio José. **A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar**. Estudos de Psicologia (Campinas), [S.L.], v. 21, n. 3, p. 237-252, dez. 2004.

_____. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 85-89.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território**. In: Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **A dominação masculina**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BORGES, Lenise Santana. **Mídia e Lesbianidade**: Uma análise sobre posicionamentos na telenovela senhora do destino. Revista Interinstitucional de Psicologia, 4ed. 60-72. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v4n1/v4n1a07.pdf>>. Acesso em 19 de ago. de 2021.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRITTAN, Arthur; MAYNARD, Mary. **Sexism, racism and oppression**. New York: Basil Blackwell, 1984.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BÜLOW, Marisa von; ABERS, Rebecca. Agir, Interpretar, Imaginar: Movimentos Sociais Frente à Pandemia. In: o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Rio de Janeiro, 2020.

CAMPOS, CH; MACHADO, LZ; NUNES, JK; SILVA, AR. **Cultura do estupro ou cultura antiestupro?**. Rev Direito GV 2017; 13(3):981-1006, 2017.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CHAVES, Marcelo Pinto; REIS, Paulo Roberto Mostaro; RIBEIRO, Rafael Pacheco Lanes; LELES, Roberto Camilo (org). **Interdisciplinaridade e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020.

COLLINS, Patricia H. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens**: políticas de identidade e violência contra as mulheres não-brancas, 2017. Disponível em:< <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>>. Acesso em 12 de ago. 2021.

CRANSTON, Maurice William. **What are human rights?**. London: Bodley Head, 1973.

CRUZ HERNÁNDES, D. T. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femininos**. Solar, vol. 12, n.1. 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. **Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 35, n. 16, p. 274-305, 16 set. 2013.

FALQUET, Jules. **Lesbianismo**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

_____. **Romper o tabu da heterossexualidade**: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, ano VI, n. 5, p. 8-31, dez. 2012.

FERREIRA, Eduarda; VENTURA, Isabel; REGO, Luísa; TAVARES, Manuela; ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **Percursos Feministas: desafiar os tempos**. Brasil: Umar/universidade Feminista, 2015.

FIGARI, Carlos Eduardo, DIAZ-BENITEZ, M. Elvira. **Sexualidades que importam entre a perversão e a dissidência**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FLAUSINO, Márcia Coelho. **Mídia, sexualidade e identidade de gênero**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7789680175130545946076454673496728979.pdf>> . Acesso em: 26 jun. 2021.

FRA. European Union Agency for Fundamental Rights, Homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in the EU member states, Wien, European Union Agency for Fundamental Rights, 2009.

FRANÇA, Marlene H. O. **Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero**. *Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. p. 212-227.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. SP: Perspectiva, 1987.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONZALES, LÉLIA. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Caderno de formação política do círculo Palmariano, n. 1, p. 12- 21, 2011.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

GUZMÁN, Mireya Maritza Peña. **Derechos humanos y políticas públicas**. Aportes Andinos: revista de derechos humanos, Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuado, maio 2008. Disponível em: < <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/1003/1/RAA-21-Pe%20b1a-Derechos%20humanos%20y%20pol%20adticas%20p%20bablicas.pdf>>. Acesso em 28 de ago. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra)**: contribuições decoloniais. **Geographia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 76-90, 16 jun. 2020. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2020.v22i48.a43100>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2016.

_____. Quem precisa da identidade? SILVA, Tomaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, v. 8, 2000. 2004.

HOOFT, S. **Ética da virtude**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: Mulheres negras e feminismo. 1ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

_____. **Vivendo de amor**. Portal Geledés, 2010. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 07 jun 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2015.

LACOMBE, Andrea. **Pra homem já tô eu**: masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LESBOCÍDIO: Violência Invisível é tema de debate na EMERJ. Escola da magistratura do estado do rio de janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/noticias_todas/2019/Lesbocidio-Violencia-Invisivel-e-tema-de-debate-na-EMERJ.html>. Acesso em: 20, ago. 2021.

LIMA, Andréa Moreira. **Política Sexual:** os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular. Belo horizonte mg, relicário edições, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Pro-posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã:** escritos reunidos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** uma nova política da espaciaçõade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Space, place, and gender.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MARCELINO, Sandra Regina. **Entre o Racismo e a Lesbofobia:** relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro. Revista Gênero. v.16, n.2, 1,p. 111 – 129, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal Kawano. **Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), [S.L.], n. 31, p. 28-56, abr. 2019.**

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é o lesbianismo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

NUNAN, Adriana. **Violência Doméstica entre casais homossexuais:** o segundo armário? Psico, 2004 v. 35, n. 1, pp. 69-78

PEREIRA, Caetana de Andrade Martins. **Heterossexualidade Compulsória:** uma análise de modos de subalternização na revista jornal das moças. **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 5, p. 151-163, 30 abr. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2003

PLUMMER, Ken. **Documents of Life 2:** An invitation to a critical humanism. London: Sage, 2001.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com judith butler. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

_____. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Revista Bagoas, v. 4 n. 5, p. 17-44, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROHRBAUGH, Joanna Bunker. **Domestic violence in same-gender relationships**. Family Court Review, v. 44, n. 2, abril, 2006.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, [S.L.], n. 16, p. 115-136, 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt>>. Acesso em 13 de ago. 2021

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Saúde mental de mulheres donas de casa**: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. Revista Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n.1, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 2, p. 71-99. 1995.

SCHAEFER, M; TISCHLER, W. **Wörterbuch der Biologie**: Ökologie. UTB, G. Fischer. Stuttgart. 354p.1983.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagú, Florianópolis, v. 28, p. 19-54, 2007.

SEWELL, William H. **Historical Events as Transformations of Structures**: Inventing Revolution at the Bastille, Theory and Society, 25(6): 841-81, 1996.

SILVA, Joseli. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalvra, 2009.

SILVA, Joseane Barbosa Freire da *et al.* **Evolução histórica das políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no estado da paraíba** *historical evolution of public policies for lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transexuals in the state of paraíba*. Revista de Enfermagem: UFPE Online, Recife, n. 11, p. 1096-1102, fev. 2017.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A fascistização da sociedade brasileira**. In: XVII Encontro Estadual de História, v. 17, n.1., 2016, João Pessoa.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. Afro-Ásia, n. 17, 1996.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?: metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Núcleo de Estudos da Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

_____.; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros**. Labrys: études féministes, n. 20/21, 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 126, p. 360-377, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 de ago. de 2021.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186-2**. Distrito Federal. 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. **Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. História Revista**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 33-58, 14 jan. 2016. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/hr.v19i3.32992>.

TELES, M. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELLES, Vera. **Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, n.2, p.07-14, 1994.

TEIXEIRA, Fernando Silva et al. **Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades**. Psicol. cienc. prof., vol.32, no.1, p.16-33, 2012.

TOSI, Giuseppe; Ferreira, L.F.G; Zenaide, M.N.T. **A formação em Direitos Humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

_____. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2017 (entrevista) **O que estamos vendo no planeta hoje é um combate de povos e não de classes, ou as classes estão voltando a se redefinir como povos**. Disponível em: < <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/o-que-estamos-vendo-no-planeta-hoje-e-um-combate-de-povos-e-nao-de-classes-ou-as-classes>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Sr.(a)_____ está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade**, desenvolvida por **LOUISE HERMANIA DE OLIVEIRA MARQUES** aluna regularmente matriculada no **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora **GLORIA DE LOURDES FREIRE RABAY**, e coorientação da professora **MARLENE HELENA DE OLIVEIRA FRANÇA**.

Os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral: Analisar o construto da invisibilidade lésbica a partir da articulação com as categorias de cultura e território, buscando compreender as injunções entre essas e as violações de Direitos Humanos sofridas por esse segmento social.

E tem como objetivos específicos: a) Compreender os meandros das assimetrias de gênero, na produção sistemática de poder, e sua relação com a constituição dos espaços; b) Analisar os relatos colhidos na pesquisa de campo, por meio da entrevista com mulheres lésbicas, trazendo as vivências e observando, a partir dessas experiências, de que maneiras vem se constituindo a invisibilidade e quais os reflexos no acesso às políticas públicas e garantias de Direitos Humanos desse segmento social na Paraíba; c) Registrar o que essas mulheres têm feito para romper com o ciclo de invisibilidade que as rodeiam, na produção de visibilidade social.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de uma problemática que se assenta no fato de que, vivemos em um espaço público não inclusivo para às mulheres lésbicas, baseado em uma cultura que despreza a figura feminina, bem como as diversas expressões da sexualidade, o que irá implicar na constante ameaça à cidadania dessas.

Como critério de seleção entrevistaremos apenas mulheres, acima de 18 (dezoito) anos de idade, que residem na Paraíba, vivenciam a lesbianidade e participam do “**Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria**”.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Se você decidir participar, você será submetido(a) ao procedimento de **entrevista** nos fornecendo informações importantes sobre as experiências do cotidiano do equipamento do qual você faz parte.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, à exemplo a possibilidade de eventual desconforto psicológico, vergonha, estresse, recordação de eventos traumáticos que podem desencadear ansiedade e emoções negativas, bem como cansaço ao responder às perguntas. Em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada. Se sentir-se constrangido(a) de alguma forma, em qualquer momento poderá se recusar a responder a alguma pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação por nós realizada. Obedeceremos a critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, utilizando a técnica de análise de conteúdo

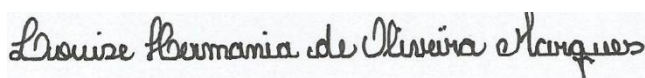
Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

CONSENTIMENTO APÓS O ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa “**MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade**”, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável.

_____, ____ de _____ de 2021.

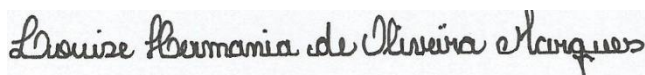


Louise Hermania de Oliveira Marques

Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

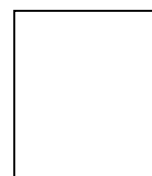
OBSERVAÇÃO: No caso do pesquisado ser analfabeto, deverá ser colocado o quadriculo para colocação da impressão datiloscópica, assim como deverá ser inserido o espaço para colocação da assinatura de uma testemunha.



Louise Hermania de Oliveira Marques

Pesquisador responsável

Testemunha



APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO

Eu, _____,

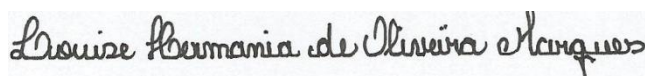
autorizo a gravação em áudio das informações que prestarei à pesquisadora responsável durante a entrevista que faz parte do processo de coleta de informações da pesquisa: **“MULHERES QUE AMAM MULHERES: Direitos Humanos, Territórios e Visibilidade”**. Permito que as informações que prestei sejam utilizadas para o desenvolvimento da mesma. Elas poderão ser gravadas em meio digital, e armazenadas em mídias eletrônicas, transcritas a partir de critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, bem como poderei solicitar a leitura das transcrições a qualquer momento.

Se sentir-me constrangido(a) de alguma forma em qualquer momento, poderei me recusar a responder qualquer pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação realizada.

Certo de que as informações serão utilizadas apenas para fins científicos de análise da realidade social, permito que sejam utilizadas para o desenvolvimento da referida pesquisa.

_____, ____ de _____ de 2021

Assinatura do participante da pesquisa



Louise Hermania de Oliveira Marques

Pesquisadora responsável

CONTATOS

Pesquisadora Responsável:

Louise Hermania de Oliveira Marques

Telefone: (83) 99612-9243

E-mail: louisemarques_@hotmail.com

Professora Orientadora:

Gloria De Lourdes Freire Rabay

Telefone: (83) 98813-8938

E-mail: gloria.rabay@gmail.com

Professora Coorientadora:

Marlene Helena De Oliveira França

Telefone: (83) 98808-1796

E-mail: marlenecel@hotmail.com

Comitê de Ética:

Telefone: (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA COM MULHERES LÉSBICAS

Data:

Entrevistada:

1. Dados básicos:

1.1 Qual sua idade?

1.2 Estado Civil?

1.3 Filhos?

1.4 Renda Individual:

☐ Não exerce atividade remunerada☐ Até um salário mínimo☐ De um a dois salários mínimos☐ De dois a três salários mínimos☐ De três a cinco salários mínimos☐ Mais de cinco salários mínimos☐ Não sabe informar

1.5 Renda Familiar

☐ Não exerce atividade remunerada☐ Até um salário mínimo☐ De um a dois salários mínimos☐ De dois a três salários mínimos☐ De três a cinco salários mínimos☐ Mais de cinco salários mínimos☐ Não sabe informar

1.6 Profissão/Atuação Profissional:

2. O Amor Entre Mulheres

2.1 Com que idade você percebeu interesse afetivo e sexual por mulheres?

2.2 Como foi o processo de se perceber enquanto mulher lésbica?

2.3 Qual a reação das amigas e da família?

2.4 Já se sentiu pressionada, pela família, mercado de trabalho, ou outras instancias sociais, a seguir uma orientação sexual diferente, ou a esconder sua orientação?

2.5 Como você se sente ao ser chamada pela palavra “lésbica” ou “sapatão”?

2.6 Já passou por questionamentos que envolvessem a sua orientação sexual e o tema “maternidade”?

2.7 Você já passou por situações onde desmerecerem ou desacreditaram a sua orientação sexual?

3. Espaço de atuação profissional:

3.1 Já passou por questionamentos sobre a sua orientação sexual no seu espaço de atuação profissional? E em outras instituições em que atuou profissionalmente?

3.2 Se sim, foi por parte da equipe/colegas ou os usuários dos serviços oferecidos no espaço?

3.3 A equipe multiprofissional tem conhecimento da sua orientação sexual?

4. Espaços Públicos Institucionais:

4.1 Já frequentou espaços públicos institucionais na companhia de parceira(as)?

4.2 Se sentiu à vontade, confortável, e segura para trocar carícias e contatos afetuosos nesse espaço social?

4.3 No ambiente e situação descritos, já sofreu alguma represaria ou violência em decorrência desse comportamento? Caso sim, foi por parte da equipe que atua nesse espaço ou dos outros usuários(as) desse serviço?

4.4 Já procurou ajuda e amparo legal diante de situações de lesbofobia?

5. Direitos Humanos e o Amor entre Mulheres:

5.1 Você se sente representada dentro da comunidade LGBTQIA+?

5.2 Já sofreu alguma violação de Direitos Humanos em decorrência da sua orientação sexual? Se sim, aonde e quando?

5.3 Além de ser mulher lésbica, você acredita que outros fatores influenciaram nessa situação de abjeção descrita?

5.4 Você tem conhecimento de quais são as Políticas Públicas voltadas para as mulheres lésbicas na Paraíba? Quais? Sabe o que fazem que políticas desenvolvem?

5.5 Sente-se amparada por essas Políticas Públicas promovidas pelo estado?

5.6 Já utilizou algum dos serviços oferecidos pelo estado da Paraíba voltados as mulheres lésbicas?

6. Produção de Visibilidade:

6.1 Como descobriu o Maria Quitéria? Conte sua história com o grupo.

6.2 Você se sente representada, enquanto mulher lésbica, em nossa sociedade? Em produções midiáticas, nos ambientes e espaços sociais que frequenta.

6.3 Acredita na importância de se produzir visibilidade para as mulheres lésbicas?

6.4 Você tem feito algo para quebrar o ciclo de invisibilidade dentro do seu espaço de atuação profissional? E fora desse?

6.5 Como você avalia a questão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres lésbicas?

6.5 Como você percebe a produção e visibilidade em meio à crise sanitária da covid 19 que estamos vivenciando?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O amor de Safo: Um estudo de caso sobre a (in)visibilidade lésbica

Pesquisador: Louise Hermania de Oliveira Marques

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40962820.4.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.473.192

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa da mestranda LOUISE HERMANIA DE OLIVEIRA MARQUES, apresentado à disciplina de Seminário de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Linha de Pesquisa: Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais. Com a orientação da Profa. Gloria de Lourdes Freire Rabay e co orientação da Profa. Marlene Helena de Oliveira França

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o construto da invisibilidade lésbica, destinado às mulheres, buscando compreender as injunções entre essa e as violações de Direitos Humanos sofridas por esse segmento social.

Objetivo Secundário:

- Compreender os meandros das assimetrias de gênero, na produção sistemática de poder, e sua relação com a constituição dos espaços;-

Registrar a história do movimento de resistência das mulheres lésbicas no Brasil e na Paraíba na luta por Direitos Humanos;- Descrever os relatos

colhidos na pesquisa de campo, trazendo as vivências e subjetividades do grupo, observando, a partir dessas experiências, de que maneiras, modos

e intencionalidade vêm se constituindo a visibilidade lésbica;- Analisar como uma sociedade marcada pela dominação masculina heteronormativa,

Endereço: UNIVERSITARIO S/N		
Bairro: CASTELO BRANCO		CEP: 58.051-900
UF: PB	Município: JOAO PESSOA	
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comiteetica@ccs.ufpb.br

